

Série
Serviço Social

ADEMIR ALVES DA SILVA
RAQUEL RAICHELIS
coordenadores

Marxismo e questão étnico-racial: desafios contemporâneos

Maria Beatriz Costa Abramides
organizadora



educ



**Marxismo e questão étnico-racial:
desafios contemporâneos**



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

Reitora: Maria Amalia Pie Abib Andery

educ

Editora da PUC-SP

Direção

José Luiz Goldfarb (até 28/2/2021)

Thiago Pacheco Ferreira (a partir de 1º/3/2021)

Conselho Editorial

Maria Amalia Pie Abib Andery (*Presidente*)

Ana Mercês Bahia Bock

Claudia Maria Costin

José Luiz Goldfarb

José Rodolpho Perazzolo

Marcelo Perine

Maria Carmelita Yazbek

Maria Lucia Santaella Braga

Matthias Grenzer

Oswaldo Henrique Duek Marques

Ademir Alves da Silva
Raquel Raichelis
Coordenadores da Série Serviço Social

MARXISMO E QUESTÃO ÉTNICO-RACIAL: desafios contemporâneos

Maria Beatriz Costa Abramides
Organizadora

Núcleo de Estudos e Pesquisas em Aprofundamento Marxista (Neam)



educ



São Paulo
2021

Copyright © 2021 Maria Beatriz Costa Abramides. Foi feito o depósito legal.

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Reitora Nadir Gouvêa Kfourri/PUC-SP

Marxismo e questão étnico-racial : desafios contemporâneos / Maria Beatriz Costa Abramides (org.) - São Paulo : EDUC, 2021.

162 p. ; 24 cm - (Série serviço social)

Bibliografia.

Livro lançado em comemoração aos 50 anos do Serviço Social da PUC-SP e tem a Série serviço social coordenada por Ademir Alves da Silva e Raquel Raichelis.

ISBN 978-65-87387-63-5

1. Serviço social - Pesquisa. 2. Discriminação racial - Aspectos políticos. 3. Miscigenação. 4. Negros - Condições sociais. I. Abramides, Maria Beatriz Costa. II. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social Núcleo de Estudos e Pesquisas em Aprofundamento Marxista.

CDD 361.3

362.82

305.8

Bibliotecária: Carmen Prates Valls - CRB 8a. 556

EDUC – Editora da PUC-SP

Direção

José Luiz Goldfarb (até 28/2/2021)

Thiago Pacheco Ferreira (a partir de 1º/3/2021)

Produção Editorial

Sonia Montone

Preparação e Revisão

Valéria Diniz

Editoração Eletrônica

Waldir Alves

Gabriel Moraes

Capa

Gabriel Moraes

Imagem de Gerd Altmann por Pixabay

Administração e Vendas

Ronaldo Decicino

educ

Rua Monte Alegre, 984 – Sala S16

CEP 05014-901 – São Paulo – SP

Tel./Fax: (11) 3670-8085 e 3670-8558

E-mail: educ@pucsp.br – Site: www.pucsp.br/educ

APRESENTAÇÃO DA SÉRIE SERVIÇO SOCIAL

Ademir Alves da Silva

Raquel Raichelis



É com grande satisfação que apresentamos às(aos) leitoras(es) esta série comemorativa dos *50 anos do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUC-SP (PPG-PUC-SP)*.

Implantado em 1971, o PPG completa, neste ano de 2021, *cinco décadas de existência*, em uma trajetória pontuada por conquistas, desafios e pioneirismo. Sendo um dos primeiros programas de Pós-Graduação criados pela PUC-SP, o primeiro mestrado e o primeiro doutorado do Brasil e da América Latina na área, seu desenvolvimento constitui expressão da própria história do Serviço Social brasileiro e de sua consolidação como área de conhecimento e de pesquisa. Responsável também pela formação dos primeiros mestres e doutores em países da América Latina, Europa e África, mantém-se como referência no país e no exterior, especialmente em Portugal, França, Argentina e, mais recentemente, em Angola.

A *Série Serviço Social* cumpre dois objetivos principais: comemorar meio século de uma trajetória inseparável da maturidade intelectual alcançada pelo Serviço Social brasileiro, para a qual o PPG em Serviço Social da PUC-SP vem contribuindo desde a sua criação; e divulgar o conhecimento elaborado pelos

Núcleos de Estudos e Pesquisas – NEPs¹ que integram a estrutura curricular dos cursos de mestrado e doutorado em Serviço Social e constituem espaços fecundos de reflexão crítica e produção acadêmica sobre temáticas de relevância profissional, política e social.

Reunindo mestrandas(os), doutorandas(os), egressas(os), pós-doutorandas(os), docentes de graduação e pesquisadoras(es) de diferentes áreas, sob a coordenação de uma(um) docente do Programa, os NEPs são componentes curriculares que assumem centralidade na formação e na produção de conhecimento nas áreas de concentração e linhas de pesquisa do Programa. Configurando-se como espaços interdisciplinares, fortalecem o caráter plural e o debate teórico-crítico sobre temáticas da área do Serviço Social, seus fundamentos e teorias sociais que lhe dão suporte.

Cadastrados no Diretório do CNPq, os NEPs desenvolvem as pautas de pesquisa do PPG a partir da particularidade dos seus objetos de investigação e são em grande medida responsáveis pela rica produção acadêmica e bibliográfica dos seus docentes e discentes, funcionando como “radares” que esquadrinham as expressões da questão social que pulsam com a realidade social e interpelam a academia. É possível afirmar que parcela significativa das pesquisas e publicações produzidas pelo Programa é tributária dos NEPs e das relações de cooperação acadêmica estabelecidas na PUC-SP e com universidades brasileiras e estrangeiras, agregando, também, as pesquisas de pós-doutoramento.

Esta Série vem a público em um contexto particularmente grave e desafiador para a pesquisa e para a pós-graduação brasileira, que sofre ataques sem precedentes que ameaçam seu funcionamento, em meio à pandemia provocada pelo novo coronavírus, que se retroalimenta de uma combinação de crises do capitalismo contemporâneo. No caso brasileiro, a crise sanitária associa-se às crises econômica, política e civilizatória e ao ideário neofascista e ultradireitista que reconfigura o Estado e as políticas públicas, com impactos deletérios na política científica e de fomento à pesquisa e à pós-graduação. Paradoxalmente, apesar do obscurantismo, negacionismo e darwinismo social, presenciamos uma efervescência intelectual

1. Nesta série, representados pelos seguintes Núcleos: Seguridade e Assistência Social (Nepsas); Movimentos Sociais (Nemos); Identidade (Nepi); Criança e Adolescente: ênfase no Sistema de Garantia de Direitos (NCA-SGD); Ensino e Questões Metodológicas em Serviço Social (Nemess); Trabalho e Profissão (Netrab); Ética e Direitos Humanos (Nepedh); Política Social (Neppos); Aprofundamento Marxista (Neam); e Cidades e Territórios.

vigorosa dos programas de pós-graduação – seus docentes, discentes, egressos – que, em tempos de capitalismo pandêmico, buscam a reflexão coletiva para resistir e avançar.

A *Série Serviço Social* insere-se nesse esforço político-acadêmico que mobiliza as armas do conhecimento e da crítica social para desvendar o tempo presente e apontar rumos para seu enfrentamento. Composta por 10 coletâneas, na forma de *dossiê* temático, reúne produções acadêmicas de diferentes autorias e modalidades, conforme os textos selecionados pelas(os) docentes e discentes organizadoras(es), veiculando teses e dissertações defendidas no Programa, pesquisas coletivas, artigos, *papers* e outras contribuições vinculadas às duas áreas de concentração – *Serviço Social e Política Social* e a seis linhas de pesquisa: Fundamentos, conhecimentos e saberes em Serviço Social; Profissão: trabalho e formação em Serviço Social; Ética e Direitos Humanos; Política Social e Gestão Social; Seguridade e Assistência Social; Movimentos Sociais e Participação Social.

Com a presente série comemorativa dos *50 anos do Programa*, cuja edição conta com a parceria da Educ e apoio da Capes/Proex, objetivamos contribuir para o debate das questões pulsantes de nosso tempo – com olhos no futuro, valendo-se da memória da experiência histórica –, animando as formas de resistência ao retrocesso histórico neoliberal e ultraconservador e à infame destruição de conquistas civilizatórias, resistindo à tendência de degradação das condições de vida e de trabalho, favorecendo a emersão de propostas criativas para o fortalecimento das lutas populares por acesso à riqueza – material e imaterial – socialmente construída.

Ademir Alves da Silva

Raquel Raichelis

Coordenadores da Série Serviço Social

PREFÁCIO

Maria Helena Elpidio¹

*Brasil, o teu nome é Dandara
E a tua cara é de cariri
Não veio do céu
Nem das mão de Isabel
A liberdade é um dragão no mar de Aracati
Salve os caboclos de julho
Quem foi de aço nos anos de chumbo
Brasil, chegou a vez
De ouvir as Marias, Mahins, Marielles, malês²*

Prefaciар o livro *Marxismo e questão étnico-racial: desafios contemporâneos* se constitui como um privilégio e representa muito mais do que uma tarefa acadêmica, por vários motivos. Primeiro, por ser organizado pela aguerrida e admirada professora Bia Abramides (como afetuosamente é conhecida), que mais uma vez nos brinda com sua produção inquieta, provocativa e comprometida. Desta vez, acompanhada de jovens pesquisadoras(es) que espelham perfis profissional e acadêmico promissores em face da banalização e da funcionalidade instrumental do conhecimento científico. Ao aceitarem o desafio de produzir com qualidade este livro que chega em suas mãos, nos presenteiam com um conjunto de conhecimentos que serve ao propósito de fortalecer o projeto ético-político do serviço social

-
1. Assistente social. Professora do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Federal do Espírito Santo (PPGPS/Ufes). Pós-doutora pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora (PPGSS/FSS/UFJF). Doutora em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Membro do Centro de Estudos Octávio Ianni (CEO) da Uerj e do Núcleo de Estudos Interfaces da Ufes. Presidente da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (Abepps), gestão 2017-2018. Mulher negra, de origem periférica, candomblecista e integrante do Núcleo Estadual de Mulheres Negras do Espírito Santo/ES.
 2. Samba-enredo 2019 do Grêmio Recreativo Escola de Samba (G.R.E.S.) Estação Primeira de Mangueira da cidade do Rio de Janeiro – *Histórias para ninar gente grande*. Compositores: Danilo Firmino, Deivid Domênico, Mamá, Márcio Bola, Ronie Oliveira e Tomaz Miranda.

brasileiro, colocando-se em defesa dos interesses da classe trabalhadora em seus diversos segmentos em prol de uma sociedade livre de todas as formas de exploração e opressão – pois os artigos, mais do que preocupados em descrever a realidade, trazem elementos para decifrar e superar questões do nosso tempo.

Esta obra, produzida pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas em Aprofundamento Marxista do Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (Neam/PEPGSS/PUC-SP), também está alinhada com a intensificação do debate antirracista na sociedade e na categoria, que tem ganhado evidência, nos últimos anos, com a campanha de gestão do conjunto Conselho Federal de Serviço Social/Conselho Regional de Serviço Social de São Paulo CFESS/Cress (2017-2020), intitulada “Assistentes Sociais no Combate ao Racismo”, e com as ações da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (Abepss), em especial, a indicação da implantação da política de cotas nos cursos de pós-graduação (2017) e o documento base da Abepss gestão 2017-2018 que apresenta os “Subsídios para o debate étnico-racial na formação em serviço social”³ para discussão e implementação nos cursos de graduação e pós-graduação.

Tal propósito nos inspira nesses dias inimagináveis deste inexplicável 2020, ano marcado por mais de 100 mil mortes (até o início do mês de agosto) e um número infinitamente maior de subnotificações da *Corona Virus Disease* (Doença do Coronavírus), Covid-19, transmitida por um novo coronavírus (SARS-CoV-2), cujas consequências econômicas, sociais e políticas, certamente serão agravadas, estão por vir. De antemão, tais desdobramentos já se mostram devastadores no contexto da pandemia, que chega em um mundo abalado pela crise estrutural do capitalismo tardio e em um Brasil soterrado pela política ultraliberal e neofascista do governo Jair Bolsonaro.

Tempos de recrudescimento do neoliberalismo, que já deixava suas destrutivas marcas desde a década 1970, com a retração do acesso público e universal aos parques direitos sociais, perdas sucessivas de garantias sociais e trabalhistas e processos de intensificação e ampliação das formas de exploração e superexploração da força de trabalho exponencialmente aprofundadas nos últimos anos de governos pós-golpe democrático de 2016.

A somatória dessa equação perversa mostra, novamente, o esgotamento do capitalismo, ancorado em um Estado moldado aos interesses dominantes de uma burguesia nacional submissa e operante para o incremento do grande capital. Um país de democracia frágil, que ora busca sustentar-se com o apaziguamento pela

3. Documento apresentado pela gestão 2017-2018, da qual tive a satisfação de fazer parte e de constituir o grupo de elaboração do documento base.

negação e/ou repressão à luta de classes, ora se apega em ilusões pela desfaçatez da conciliação de classes. Considerando as particularidades da formação social do Brasil, sabemos que estamos em face de um grande desafio, que, em sua trajetória, se coloca como questão: como superar uma sociedade fundada na relação de dependência do grande capital e no mito da democracia racial?

Os textos que seguem contribuem para pensarmos coletivamente as trilhas de comunas revolucionárias e de quilombos, pois ajudam a compreender – para superar – os fundamentos, estratégias e desdobramentos dos traços conservadores que buscam se reiterar na dinâmica da vida social e permitem que o território da América Latina siga convivendo num pacto obscuro das elites para manter a falácia da harmonia entre o *arcaico e o moderno*, como ensina Florestan Fernandes. Dualismo que ultrapassa os tempos e contribui para compreender por que, no Brasil, até mesmo a Covid-19, que não escolhe a quem acometer, encontra nos territórios e corpos negros as formas de proliferação e letalidade mais violentas. Não foi por acaso que a doença, vinda da Europa, na mala da primeira classe, matou primeiro uma empregada doméstica negra ao chegar ao país. São mais de 40% de óbitos entre a população negra e, ao chegar em periferias, quilombos, favelas, morros, cortiços e aldeias indígenas, o cenário da banalização da vida e da morte se acomoda à constante indiferença produzida pelo racismo estrutural e institucional presente nas entranhas deste país, agora com o agravante da escolha de governos negacionistas, conservadores e nitidamente genocidas na condução da nação.

Contrariando as estatísticas e o silenciamento predominante no ideário social, o debate étnico-racial traz e anuncia com denúncia e ação, no vigor da resistência do povo preto, formas igualmente potentes de produção de outra sociabilidade, ao declarar com punhos cerrados o urgente fim do racismo, do capitalismo e todas as formas de exploração e opressão que sustentam a sociedade contemporânea, tendo em vista que os textos aqui apresentados apontam, acertadamente, como direção teórico-metodológica, o marxismo. Tal maturação se faz no processo de uma inflexão coletiva capaz de enfrentar as suas polêmicas, ausências, silêncios e divergências internas. Este é o sentido do trabalho coletivo da esquerda e da luta do movimento negro em suas vertentes críticas.

Os artigos apresentados neste livro são, em sua maioria, frutos de teses, dissertações, diálogos e debates promovidos pelo Neam (PEPGSS/PUC-SP), que se propõe, ao longo de seus anos de existência, abarcar o debate sobre o marxismo e as múltiplas determinações das lutas de classes. O núcleo vem deixando um importante legado crítico para a profissão, em face do conservadorismo, e uma sólida

articulação com os movimentos e lutas sociais. Em tempos de negação da ciência e devastação do ensino superior público, de qualidade, presencial e socialmente referenciado, a produção do Neam vem também na forma de um acalanto.

Os textos abordam desde as formas de vida e sociabilidade dos sujeitos coletivos com sua arte e cultura de resistência, até as estratégias de lutas sociais para o acesso a políticas públicas que envolvem o trabalho e a formação profissional. Apontam, conjuntamente, para a defesa dos fundamentos do serviço social nas suas dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, reforçando a necessidade de aprofundamento do debate étnico-racial como elemento fundante da sociedade, estruturando e dando forma às particularidades da questão social no Brasil. São textos que enfrentam, ainda, o debate oportuno do conservadorismo e como ele se associa ao mito da democracia racial para reforçar tendências pós-modernas de evocação ao indivíduo e à meritocracia como saídas isoladas da crise.

Trata-se de uma obra que oportuniza um conhecimento aprofundado dos aspectos do racismo estrutural como elemento determinante na sociedade capitalista, de como ele se organiza no conjunto das relações sociais – especialmente no modo de produção capitalista/imperial, patriarcal, branco e burguês – na particularidade do Estado brasileiro, a partir dos seus fundamentos. São ricos os debates que contribuem para superarmos falsos dualismos e fragmentações das questões de raça, classe, gênero e sexualidade, considerando a totalidade histórica e os diferentes sujeitos que a compõe.

Este livro fala, também, dos rumos e trajetórias que residem e resistem nas quebradas entre becos e vielas, divididos entre o “sonho da bola” e do colorido revolucionário dos “pixos e graffitis” presentes na arte urbana, na força inigualável das mulheres negras, a despeito de todas as dores e violências sofridas, que se estendem à comunidade LGBTQIA+ e na prematura institucionalização – fatalmente o início maldito do encarceramento da juventude negra ou de um futuro interrompido pelo extermínio desta moçada, que morre cedo demais pela bala da polícia ou dos seus desesperados irmãos.

Mostra, ainda, conforme nos ensina Abdias Nascimento, como o silenciamento, o branqueamento e o genocídio da população negra não são apenas físicos. Tentam calar o nosso sagrado com o racismo religioso, uma das formas de satanização da cultura negra e das formas comunais de vida e organização social nas comunidades tradicionais de matriz africana.

Neste sentido, esta produção coletiva do Neam brinda seus 25 anos de existência revolucionária, dando mais um passo largo e firme ao afirmar que toda luta antirracista precisa ser necessariamente anticapitalista e vice-versa. Aponta a tradição marxista, consolidada no grupo desde a presença inaugural do professor José

Paulo Netto, voltando-se para a relevância do debate racial que não fragmenta ou hierarquiza raça, classe, gênero e sexualidade. Os motivos deste debate fortalecem ainda mais o marxismo e seu propósito de superação da sociedade de classes.

Todos os autores apontam para um debate oportuno e em plena consonância com o tempo presente, que semeia o futuro de uma outra sociabilidade, que apenas será possível ao se afirmar antirracista e antifascista. Espero que a leitura deste livro permita sentir a emoção que tive em vários momentos do contato com os textos que aqui estão.

Toda vez que tenho em mãos produções críticas de negros e negras e lutadoras(es) não negros que encampam a luta antirracista, me volta a emoção provocada pelos tambores e repiques, pulsando pela vida e nos convocando à liberdade, como sentimos ao ouvir o samba-enredo estampado na epígrafe deste prefácio.

Que essa e outras batidas de vida não nos deixem esmorecer diante de cada corpo preto que tomba ou sofre injúria pela cor da pele ou pela negritude que carrega nas tranças e no black. Miguéis, Joãos Pedros, Ágathas, Cláudias, Amarildos, Evaldos, Marielles não serão esquecidos! Que não aceitemos a morte ou a escravidão como horizontes nem do passado e muito menos do futuro.

Convido a uma leitura atenta deste livro, que já se coloca como um aliado e importante instrumento para as nossas pazes com a memória e a verdadeira história das lutas e resistências deste país!

Ilha de Vitória, dentro de casa.

Agosto de 2020

APRESENTAÇÃO

Maria Beatriz Costa Abramides¹

O livro *Marxismo e questão étnico-racial: desafios contemporâneos*, publicado pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas em Aprofundamento Marxista do Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (Neam/PEPGSS/PUC-SP), reúne dez capítulos escritos por pesquisadoras(es) do Neam, fruto de atuações profissionais e/ou dissertações e teses.

Seu tema apresenta relevância histórica e contemporânea para estudiosos, profissionais e militantes da luta contra a exploração capitalista e as formas de opressão social de classe, gênero, raça, etnia e sexualidade. Por outro lado, colabora com o debate e enfrentamento dos desafios postos à formação e ao trabalho profissional das(os) assistentes sociais e de todos(as) que atuam diretamente com as expressões da questão social.

O capitalismo, a partir de meados dos anos de 1970, em sua crise estrutural, sistêmica – decorrente da queda tendencial da taxa de lucro, da crise da superprodução e estagflação (taxas aceleradas de inflação com estagnação) – estabelece novas estratégias para recuperar suas taxas de lucro, que uma vez mais, de forma acelerada, aprofunda os ataques à classe trabalhadora ao destruir direitos historicamente conquistados. Sua investida no mundo do trabalho por meio do processo da *acumulação flexível* amplia o desemprego estrutural, com precarização, trabalho intermitente, informal, por tempo determinado, por pejotização, terceirização em atividades meio e fim na desregulamentação das relações de trabalho. Na esfera da política, os consecutivos ajustes fiscais e as contrarreformas do Estado, administrativa, trabalhista, sindical, da previdência e do ensino superior são implantados, desde os anos 1990, com a programática neoliberal iniciada no governo de Fernando Henrique Cardoso – atravessando os governos denominados

1. Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Aprofundamentos Marxistas da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (Neam/PEPGSS/PUC-SP). Pós-doutora pelo Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa (IHC/UNL). Diretora da Associação de Professores da Pontifícia Universidade de São Paulo (Apropuc/PUC-SP). Membro da diretoria ampliada do Grupo Temático de Pesquisa Movimentos Sociais e Serviço Social da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (GTP/Abepss).

democrático-populares de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, o governo golpista de direita de Michel Temer e, a partir de 2019, o desgoverno de extrema direita, profascista de Jair Bolsonaro. As medidas destrutivas adotadas recaem diretamente sobre os trabalhadores, que pagam o ônus da crise capitalista, que não foi contraída por eles, na retomada dos padrões de acumulação para a burguesia. Na esfera da cultura, a investida ideológica é a da chamada *pós-modernidade*, orientada pelo presentismo, pela fugacidade, pela efemeridade (potencializados nas relações virtuais), pela negação das teorias macroestruturais, pelo incentivo ao individualismo, com ataque frontal ao legado marxiano e à tradição marxista, de negação da existência das classes sociais e do trabalho como categorias fundantes do ser social, com o ideário de que o capitalismo triunfou. Daí a propagação do *fim da história*.

Os ataques à classe trabalhadora são ainda mais violentos ao se voltarem à população pobre e negra, multissecularmente a mais atingida, desde o período da sociedade escravista até os dias atuais, posto que o racismo cronifica ainda mais suas precárias condições de vida e trabalho. As mulheres negras são as que vivem a maior desigualdade no interior da classe: nas opressões sociais de raça, gênero e sexualidade; recebendo os valores mais baixos da pirâmide salarial. São, também, as mais atingidas em trabalhos precarizados.

O racismo tem um caráter de dominação econômica, ideopolítica e étnico-racial, portanto, é estrutural no modo de produção capitalista. As nações que vivenciaram a dominação colonial escravocrata, entre elas as da América Latina, reproduzem e mesclam a herança desse sistema em todo o desenvolvimento histórico do capitalismo, que mantém e amplia as formas de exploração econômica e segregação racial, eternizando o racismo estrutural originário da “[...] assim chamada acumulação primitiva” (Marx, 2017)². No Brasil, o primeiro grupo a ser escravizado foi o indígena, a seguir substituído pela mão de obra forçada dos negros arrancados da África em navios negreiros para serem escravizados. Depreende-se, daí, que a escravidão na América Latina, por quase 400 anos, foi fruto da colonialidade eurocêntrica opressora e dominante, base da existência do processo de acumulação capitalista. O tema da colonialidade na América Latina, com a escravidão indígena e negra, será objeto de estudo do (Neam) no primeiro semestre de 2021. Neste livro, tratamos da questão racial negra no Brasil – em que a racialidade, como construção mental dos colonizadores se impõe – e da conseqüente inserção do negro(a) na sociedade capitalista pós-colonial, pois expressam a mesma lógica. De um lado, a propriedade privada de corpos negros no trabalho escravo; de outro, a subsunção dos negros(as) aos trabalhos

2. Capítulo 24 do Livro I – O Capital Karl Marx, Editora Boitempo, 2017, p. 785.

mais precarizados no capitalismo, constituindo-se na superpopulação relativa latente, flutuante e estagnada tão bem trabalhada por Marx na Lei Geral da Acumulação Capitalista. Esta população compõe o exército industrial de reserva nos grandes centros urbanos, que, a partir da crise estrutural sistêmica, se constitui como população sobrando, desempregada ou vindo a ocupar os mais desregulamentados trabalhos, sem nenhuma ou precária proteção trabalhista e social.

A partir da Lei da Terceirização n. 13.429, aprovada em 31/3/2017, no governo golpista de direita de Michel Temer, a previsão é de que, em 2022, 75% dos trabalhadores serão terceirizados, o que contabilizará 32,3 milhões a se somarem aos 45 milhões de trabalhadores existentes no Brasil em situação desoladora para o conjunto da classe trabalhadora, ampliando o pauperismo absoluto. Acrescentam-se, no mesmo governo, medidas de ataque, com maior celeridade a partir de 2016, aprofundadas drasticamente, em plena pandemia, pelo desgoverno profascista de Bolsonaro.

De acordo com os índices do Departamento Intersindical de Estudos Socioeconômicos (Dieese), os trabalhadores terceirizados recebem 24,7% a menos que os contratados; trabalham em média 47 horas semanais (7,5% a mais do que os contratados); permanecem menos tempo no emprego (2,7 anos contra 5,8 dos contratados); possuem média de rotatividade de 64,4% (contra 33% dos contratados) – o que significa o dobro de rotatividade –; 90% dos trabalhos análogos à escravidão os envolvem. A maioria dos trabalhadores terceirizados é composta por lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transgêneros, transexuais, *queers*, intersexuais, assexuais (LGBTQIA+), jovens, negros, mulheres e pessoas aposentadas que tentam complementar suas pequenas aposentadorias. Entre os(as) trabalhadores(as) que exercem a mesma função, as mulheres recebem menores salários que os homens; as mulheres negras são as últimas na pirâmide salarial; de dez trabalhadores que sofrem acidentes de trabalho, oito são terceirizados. Em 2014, 2.448 pessoas morreram devido a acidentes de trabalho; 14.837 tornaram-se incapacitadas para o trabalho; ocorreram 737.378 acidentes de trabalho e, destes, 90% eram terceirizados. De acordo com dados da previdência oficial, entre 2014 e 2018 foi registrado no Brasil 1,8 milhão de afastamentos por acidente de trabalho; 6,2 mil óbitos; a grande maioria dos trabalhadores(as) subsumidos ao desemprego, precarização e trabalhos análogos ao da escravidão é composta por negros(as) (Abramides, 2019).

A Lei da Terceirização ainda prevê a perda ou redução de direitos como a licença maternidade, a licença paternidade e o abono assiduidade. Em relação aos trabalhadores, 50% dos terceirizados são jovens, em janeiro de 2016, 19,8% desta população se encontrava desocupada e 20% desempregada, o que expressa um quadro avassalador. Em 2020, o número de desempregados é de 14,3 milhões e o de

quem está fora da força de trabalho, sem trabalho, desalentados que não estão procurando emprego, atinge 74,4 milhões de pessoas no país, segundo dados referentes a setembro de 2020 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2020).

A opressão de gênero, de relações sociais de sexo, advinda desde o patriarcado, se aprofunda e se pereniza no capitalismo, cuja maior incidência recai sobre as mulheres negras – ainda submetidas ao racismo estrutural. A luta das mulheres trabalhadoras contra a opressão, o racismo, a violência, pela igualdade de salários e direitos sobre os corpos, se expressa cotidianamente, bem como a da população LGBTQIA+, que sofre abusos, violências, genocídios, preconceitos e discriminações ampliadas a cada dia. Esses índices alarmantes de barbarização da vida social, em todas as suas dimensões, recaem demasiadamente sobre a população negra (pardos e pretos).

Em um momento em que a sociedade brasileira está sob o comando de um desgoverno protofascista, de extrema direita, negacionista, ataques racistas, LGBTQIA+fóbicos, misóginos, genocídios contra jovens negros e a população indígena crescem exponencialmente – assim como legislações retrógradas se avolumam no Congresso Nacional, o mais reacionário da história da República. As populações indígena e negra sofrem, historicamente, as maiores violências pela colonialidade, e racialidade fruto do eurocentrismo branco que se inicia no período da colonização do país e se cronifica no capitalismo, cada vez mais destrutivo. A luta contra a exploração capitalista deve estar combinada com a luta contra todas as formas de opressão, ou seja, antirracista, contra ataques LGBTQIA+fóbicos, antimachista e antipatriarcal, na perspectiva de uma sociedade antifascista, antiimperialista e anticapitalista, pelo fim das classes sociais, do trabalho alienado, explorador e reificado, da propriedade privada, dos meios de produção, do fim do Estado de dominação a serviço do capital.

Este horizonte emancipatório encontrará sua possibilidade histórica no processo de transição socialista, na direção de uma sociabilidade emancipada, da auto-organização dos indivíduos livremente associados – na sociedade denominada por Marx e Engels de comunista, igualitária, libertária, comum a todas(os) os indivíduos sociais na genericidade humana. A concepção de totalidade da vida social em que universalidade, particularidade e singularidade se articulam orienta a análise, interpretação e superação deste estado de destruição das relações sociais e da natureza pela barbárie do capital.

O livro *Marxismo e questão étnico-racial: desafios contemporâneos* – escrito por pesquisadores(as) negros(as) e não negros que se colocam na mesma direção na luta antirracista, antifascista, antiimperialista e anticapitalista – está organizado em três partes. Contém dez capítulos cuja referência é a concepção teórico-metodológica e

histórica do legado marxiano e da tradição marxista. Sua publicação, portanto, traz ao(à) leitor(a) um conjunto de elementos categoriais que poderá se somar às estratégias de lutas em defesa dos interesses imediatos e históricos dos trabalhadores.

Esperamos que este livro se traduza em mais um instrumento para todas(os) aquelas(es) inseridos(as) na classe trabalhadora, que se colocam em movimento contra a exploração capitalista, o racismo estrutural e todas as formas de opressão; que têm sua militância, suas pesquisas, seu trabalho profissional diretamente voltados às múltiplas expressões da questão social em que a população negra é maioria e a mais atingida pela barbárie capitalista. Desejamos a todos(as) uma boa leitura – com um bom e permanente combate.

ESTRUTURA DO LIVRO

PRIMEIRA PARTE – Racismo Estrutural e Lutas Anticapitalistas, na qual estão contidos três capítulos:

Miscigenação, raça e branqueamento: o projeto de povo em Renato Kehl

Autor: *Weber Lopes*

Tem como objetivo expor as determinações sociais que possibilitaram a emersão da eugenia enquanto proposta de efetivação do povo brasileiro, a partir do principal expoente do movimento eugenista do Brasil: Renato Kehl (1889-1974). Temas referentes à “miscigenação”, à “raça” e ao “branqueamento” apresentam-se entranhados no projeto de nação pela ideologia eugenista que se perpetua em nossa realidade.

A indissociabilidade entre as lutas antirracista e anticapitalista: aproximações necessárias

Autor: *Tales Willyan Fornazier Moreira*

Trata do racismo estrutural e estruturante de raça e classe na formação sócio-histórica brasileira. Explicita sua relação intrínseca com o sistema capitalista de exploração econômica e opressão social a partir da divisão social e racial do trabalho, trazendo a importância das lutas antirracista e anticapitalista na cena contemporânea.

O gatilho conservador: ataques “pós-modernos” a negras e negros da classe trabalhadora

Autor: *Diogo Joaquim dos Santos*

Busca caracterizar o arcabouço “pós-moderno” articulado recentemente no Brasil após o golpe de 2016 – desse modo, gestado no bojo dos acirramentos da crise estrutural do capital internacionalmente, cujos ataques possuem como alvo inequívoco negras e negros da classe trabalhadora. Problematizam-se as estratégias da dominação classista conservadora, que revelam a dimensão da questão racial no Brasil.

SEGUNDA PARTE – Relações Sociais de Classe, Raça-Etnia, Gênero e Sexualidade, totalizando cinco capítulos:

Lélia Gonzalez e Beatriz Nascimento: contribuições para o combate à tríade capitalismo-patriarcado-racismo

Autora: *Renata Gonçalves*

O artigo aborda a contribuição de duas intelectuais negras brasileiras, Lélia Gonzalez e Beatriz Nascimento, fundamentais na construção do movimento negro nos anos 1970 e nas discussões feministas pautadas pelas mulheres negras.

A imbricação das relações sociais de classe, sexo, “raça”/etnia e LGBTQIA+: debates necessários acerca das lutas anticapitalistas

Autora: *Alana Andreia Pereira*

Explicita a relevância das categorias relações sociais de classe, sexo, “raça”/etnia como partícipes da mesma razão alienada, portanto, indissociáveis e de igual importância para a análise, atuação e superação do capitalismo, para uma sociabilidade sem exploração e opressão, na direção da emancipação humana.

A mulher negra e pobre no olho da barbárie

Autora: *Eliana Pereira da Silva*

Analisa o racismo e o patriarcado na conformação do capitalismo no Brasil. Essas formas de exploração-dominação impactaram, especialmente, as condições de vida das mulheres negras. Essas mulheres construíram, historicamente, um legado de lutas e resistências que, na contemporaneidade, se organiza e se manifesta a partir de diversas formas de expressão.

O mito da proteção contra a violência doméstica

Autora: *Talita Melo*

Dirige-se aos serviços de proteção social especial a mulheres vítimas da chamada violência doméstica e aponta para uma razão funcional, voltada ao envolver, na rede de proteção estatal, as reações, a violência sofrida, as mulheres pobres e negras daqueles territórios, deixando morrer o ímpeto de violência que as mobiliza, sobretudo como experiência coletiva. Com lastro em Gloria Jean Watkins, mais conhecida como bell hooks, “recusando-se a ser uma vítima”, surge a seguinte questão: tais estruturas protetivas se inscrevem como aspectos da *branquitude*, ou melhor, da *feminilidade branca*?

Violência contra a mulher: patriarcado, relações de classe, gênero e raça

Autora: *Léa Gomes da Cruz Soares*

Dedica-se ao estudo da violência doméstica e sua relação com o patriarcado, trazendo as categorias de gênero e de relações sociais de sexo para compreender o debate e a luta contra as opressões sociais presentes no capitalismo em suas múltiplas dimensões. As particularidades e ciclos da violência doméstica e os homicídios praticados contra mulheres são apresentados em dados e análise.

TERCEIRA PARTE – Questão Racial: Arte, Religião, Infância, Adolescência e Futebol, compreendendo três capítulos:

Arte de rua: um grito do coração

Autora: *Juliana Abramides dos Santos*

Revela a riqueza das manifestações culturais urbanas, buscando capturar, em meio às fachadas texturizadas e ruas, componentes políticos da urbe presentes na arte urbana por meio do pixo, *graffiti*, estêncil e *hip-hop*. Estas formas evidenciam um conjunto de expressões da questão social, constitutivo do reflexo da desigualdade social contemporânea que recai sobre a juventude pobre e negra das periferias e guetos das grandes cidades.

Racismo religioso: uma das faces do genocídio da população negra

Autora: *Elisa Vidal*

Analisa a inseparável relação entre racismo e discriminação religiosa, visto que as religiões afro-brasileiras são as vertentes mais atingidas pelas práticas e discursos de ódio. O racismo religioso revela-se enquanto uma das expressões do genocídio do povo negro na medida em que oprime e violenta seu patrimônio cultural.

Racismo na infância e adolescência no Brasil: entre a bola e a institucionalização

Autoras: *Márcia Eurico e Roberta Pereira*

Propõe-se a apresentar as semelhanças existentes entre os projetos de pesquisa desenvolvidos pelas autoras, respectivamente, de doutorado e mestrado. Estas se efetivam a partir da violação de direitos humanos em relação a crianças e adolescentes que buscam o futebol como forma de profissionalização bem como àqueles que se encontram em serviço de acolhimento. Em ambas situações, enfatizam-se denúncias e formas de organização de negros e negras em face ao racismo no futebol de várzea e enfrentamentos ao racismo institucional.

SUMÁRIO

Introdução

O Núcleo de Estudos e Pesquisas em Aprofundamento Marxista:
trajetória histórica e perspectivas, **25**

Maria Beatriz Costa Abramides

PRIMEIRA PARTE: RACISMO ESTRUTURAL E LUTAS ANTICAPITALISTAS

Miscigenação, Raça e Branqueamento: o projeto de povo em Renato Kehl, **35**

Weber Lopes Góes

A indissociabilidade entre as lutas antirracista
e anticapitalista: aproximações necessárias, **47**

Tales Willyan Fornazier Moreira

O gatilho conservador: ataques “pós-modernos”
a negras e negros da classe trabalhadora, **59**

Diogo Joaquim dos Santos

SEGUNDA PARTE: RELAÇÕES SOCIAIS DE CLASSE, RAÇA-ETNIA, GÊNERO e SEXUALIDADE

Lélia Gonzalez e Beatriz Nascimento:

contribuições para o combate à tríade capitalismo-patriarcado-racismo, **73**

Renata Gonçalves

A imbricação das relações sociais de classe, sexo, “raça”/etnia e LGBTQIA+:
debates necessários acerca das lutas anticapitalistas, **87**

Alana Andreia Pereira

A mulher negra e pobre no olho da barbárie, **97**

Eliana Pereira da Silva

O mito da proteção contra a violência doméstica, **107**

Talita Melo

Violência contra a mulher: patriarcado, relações de classe e raça, **121**

Léa Gomes da Cruz Soares

**TERCEIRA PARTE: QUESTÃO RACIAL: ARTE, RELIGIÃO,
INFÂNCIA, ADOLESCÊNCIA E FUTEBOL**

Arte de rua – um grito do coração, 133

Juliana Abramides dos Santos

Racismo religioso: uma das faces do genocídio da população negra, 141

Elisa Vidal

Racismo na infância e adolescência no Brasil:
entre a bola e a institucionalização, 151

Márcia Campos Eurico

Roberta Pereira da Silva

INTRODUÇÃO

O NÚCLEO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM APROFUNDAMENTO MARXISTA: TRAJETÓRIA HISTÓRICA E PERSPECTIVAS

Maria Beatriz Costa Abramides¹

O Núcleo de Estudos e Pesquisas em Aprofundamento Marxista do Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da Pontifícia Universidade de São Paulo (Neam/PEPGSS/PUC-SP) completa 25 anos em 2020, momento da publicação do livro *Marxismo e questão étnico-racial: desafios contemporâneos*, que se configura como seu livro inaugural.

AGRADECIMENTO

Quero dedicar esta recuperação histórica do Neam ao querido professor doutor José Paulo Netto, que com sua capacidade intelectual e generosidade possibilitou – e ainda possibilita – a toda uma geração de estudantes, intelectuais, profissionais e militantes o prazer de poder mergulhar com inquietação, curiosidade e sentido crítico no legado marxiano e na tradição marxista, com sua radicalidade sempre necessária aos enfrentamentos contra o capital e o capitalismo. Essas bússolas analíticas são fundamentais na compreensão da realidade histórica e contemporânea e para municiar com instrumentos teórico-metodológicos e políticos nossa práxis cotidiana, em todas as dimensões da vida social, na perspectiva da emancipação humana.

1. Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Aprofundamentos Marxistas da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (Neam/PEPGSS/PUC-SP). Pós-doutora pelo Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa (IHC/UNL). Diretora da Associação de Professores da Pontifícia Universidade de São Paulo (Apropuc/PUC-SP). Membro da diretoria ampliada do Grupo Temático de Pesquisa Movimentos Sociais e Serviço Social da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (GTP/Abeps).

Gratidão, Zé Paulo, mestre e amigo querido, por sua imprescindível e eterna contribuição que nos ilumina.

ORIGEM

O Neam foi gestado no segundo semestre de 1994, no período em que o professor doutor José Paulo Netto ministrava os cursos “O método em Marx” e “Fundamentos filosóficos e a questão do método nas ciências sociais”, no PEPGSS/PUC-SP, para mestrandos, doutorandos, pós-doutorandos em serviço social, para os(as) estudantes de pós-graduação em filosofia, história, ciências sociais, psicologia social, economia, entre outros cursos. A ideia de algumas doutorandas era criar um núcleo de estudos e pesquisas para o aprofundamento do legado marxiano e da tradição marxista e, paralelamente, um grupo de pesquisa que fosse coordenado pelo professor doutor José Paulo Netto.

Fomos amadurecendo a proposta e, em uma noite, regadas(o) a um bom vinho e a uma deliciosa massa, no restaurante Michelli, na rua Turiaçu (Perdizes), selamos e brindamos a criação do Neam, apostando que o núcleo duraria, no mínimo, durante os próximos 14 anos. Lá estavam: o “megamestre” professor doutor José Paulo Netto, o Zé Paulo (assim o chamávamos, carinhosamente, e em homenagem à Mega Editora – pioneira na publicação das obras de Karl Marx e Friedrich Engels), a professora doutora Maria Lúcia Silva Barroco, que depois constituiu e é coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Ética e Direitos Humanos (Nepedh/ PEPGSS/PUC-SP), a mestra Elizabete Borgianni, à época doutoranda e editora de publicação na área de serviço social da Cortez Editora, a professora Yolanda Guerra, professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), e eu, professora Maria Beatriz Costa Abramides, à época professora no curso de graduação em serviço social da PUC-SP (ambas doutorandas). O Neam esteve sob a coordenação do Zé Paulo no período de 1995 a 2008, quase 14 anos!

De imediato, ele aceitou coordenar o Neam e convidou a professora doutora Dilsea Adeodata Bonetti e o professor doutor Evaldo Amaro Vieira, ambos do PEPGSS/PUC-SP, para participarem do núcleo. As contribuições da professora Dilsea, que posteriormente inaugurou o Núcleo de Estudos e Pesquisas do Trabalho e Profissão, e do professor Evaldo, que ministrava a disciplina de Política Social e criou o Núcleo de Política Social junto com o coordenador professor doutor José Paulo Netto, foram fundamentais para a organização e maturação do Neam, com debates colados às exigências da conjuntura, ao aprofundamento teórico, às pesquisas em curso e à práxis profissional e militância política.

Nós, as(os) estudantes da pós e participantes do Neam, não víamos a hora de chegar sexta-feira à noite, a cada 15 dias, para lermos linha a linha, em nossos encontros – cuja programação semestral era coletivamente construída – os textos de Marx, Engels, Lenin e diversos autores(as) da tradição marxista e seus interlocutores clássicos e contemporâneos. Como grupo de pesquisa, a cada semestre sistematizamos os debates das principais categorias teóricas e o pensamento dos autores, cujo material se encontra transcrito para pesquisas posteriores. O Neam, naquele período, esteve nas seguintes atividades: a) publicação de um caderno pelo programa Ontologia social, formação profissional e política (1997); b) organização dos 150 anos do Manifesto do Partido Comunista (1998); c) organização dos 130 anos da Comuna de Paris (2001); d) apresentação de uma mesa coordenada no Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (Enpess), no Rio de Janeiro, intitulada A pesquisa no Neam (2001). O professor doutor José Paulo Netto não podia mais vir com frequência a São Paulo, posto que também ministrava aulas na UFRJ. Apartou-se da PUC-SP como professor permanente, inserindo-se como professor convidado, ministrando uma disciplina a cada semestre e a coordenação do Neam e, a partir de 2009, desligou-se da PUC-SP. A disciplina o Método em Marx foi assumida pela professora doutora Maria Lúcia Silva Barroco; em 2016, a disciplina Fundamentos Filosóficos e a Questão do Método nas Ciências Sociais, não mais proporcionada, foi assumida pelo professor concursado doutor Antonio Carlos Mazzeo. O Neam ficou desativado de 2009 a 2011, até sua retomada em 2012.

RETOMADA DO NEAM

Em 2011, o PEPGSS/PUC-SP abriu credenciamento para professoras(es) doutoras(es) da graduação para que pudessem assumir atividades acadêmicas na pós-graduação. Candidatei-me ao processo seletivo, no qual fui aprovada, com a proposta de retomar o Neam, além de assumir orientações de mestrands(os) e doutorands(os). No primeiro semestre de 2012, ingressei no PEPGSS e retomei o Neam, que foi oferecido a estudantes da pós-graduação, mestrandos, doutorandos, pós-doutorandos em serviço social e, também, para estudantes pós-graduandos de outras áreas, em um percentual de 5% das matrículas.

O reinício do Neam contou com uma conferência proferida pelo professor doutor José Paulo Netto, como convidado, seguida de debates. Ao longo destes 25 anos, desde seu início, com 22 anos de funcionamento sistemático (13 sob coordenação do professor José Paulo e 9 sob minha coordenação) nossos

objetivos gerais – perspectiva teórico-metodológica, sistemática, dinâmica e funcionamento – permanecem na mesma direção, desde sua origem, seu desenvolvimento e momento atual.

OBJETIVOS DO NEAM

- a. aprofundar o legado marxiano e a tradição marxista no âmbito da ontologia do ser social, enquanto totalidade da vida social, para responder teórica e politicamente aos desafios postos na contemporaneidade à classe trabalhadora, aos profissionais, pesquisadores(as) e militantes no horizonte da emancipação humana;
- b. sistematizar o debate ocorrido no Núcleo com pesquisas bibliográfica, documental e de registro das principais categorias histórico-analíticas de relevância e da atualidade da teoria social para a compreensão, interpretação e superação da ordem do capital;
- c. tratar das principais polêmicas relacionadas à tradição marxista, documentar os debates e aprofundamentos teóricos realizados como fonte documental – relacionando-os com as pesquisas em curso de mestrandos(as), doutorandos(as), pós-doutorandos(as) – e as desenvolvidas no Neam;
- d. formar pesquisadores e realizar atividades teóricas e de intervenção no âmbito acadêmico da universidade e fora dela.

MÉTODO DE ESTUDO E PESQUISA

- a. estudo temático a cada semestre;
- b. leitura prévia dos textos escolhidos;
- c. leitura linha a linha dos textos selecionados nos encontros do Núcleo;
- d. levantamento de polêmicas e realização de aprofundamentos necessários;
- e. divisão de tarefas entre os participantes:
 - os textos ficam a cada encontro sob a responsabilidade de uma dupla/trio que operam como disparadoras(es) das principais questões teóricas, históricas, analíticas, políticas, metodológicas, seguidas de debates com todos os participantes;
 - síntese pelos disparadores dos textos sob sua responsabilidade.

MEIOS DE ESTUDO E PESQUISA

Os meios de estudo e pesquisa se estabeleceram a partir do(a):

- a. aprofundamento teórico das obras de Marx para percorrer o processo do pensamento marxiano em seu método de investigação e exposição;
- b. leitura externa de Marx por meio de autores que reconstróem o pensamento do autor em sua historicidade;
- c. debate do legado marxiano com autores que o negam;
- d. debate do legado marxiano e da tradição marxista com o projeto de formação e exercício profissional, nas diferentes expressões da *questão social*, em seus desafios contemporâneos no processo de crise estrutural do capitalismo e seus rebatimentos para a classe trabalhadora;
- e. periodicamente, tratar da conjuntura nacional e internacional em relação aos textos estudados, articular os debates relacionados à formação e ao trabalho profissional dos assistentes sociais, profissionais da área de ciências humanas e sociais e outros profissionais participantes do Neam;
- f. gravação: os debates realizados durante os 13 anos do Neam, sob a coordenação do professor José Paulo, foram gravados e transcritos; os realizados nos últimos nove anos encontram-se gravados e, parte deles, transcrita;
- g. a cada semestre, o grupo de participantes que permanece no núcleo se responsabiliza por apresentar a síntese do conteúdo trabalhado para os novos ingressantes.

GRUPO DE PESQUISA

O Grupo de Pesquisa em Aprofundamento Marxista foi reconhecido em 2014 pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), sob a liderança da coordenadora do Neam, professora doutora Maria Beatriz Costa Abramides.

Atividades desenvolvidas de 2012 a 2020

As atividades desenvolvidas pelo Neam – sistematizações, vídeos, bibliografia, gravações, transcrições dos encontros, programas semestrais, atividades programadas

(ATPs), seminários, mesas redondas, pesquisas, minicurso, lançamento de livros de autores marxistas, comemoração dos 100 anos da Revolução Russa e cartazes – encontram-se para consulta no *blog* do Neam: <https://neampucsp.wordpress.com>

Destaco a seguir, algumas das atividades organizadas pelo Neam que se relacionam diretamente com a escolha da temática do livro e foram e estão direcionadas a seus participantes, ao programa e a outros cursos da universidade:

- a. minicurso ministrado pelo doutor Mauro Iasi, professor do curso de serviço social da UFRJ, sobre “A teoria do valor trabalho em Marx”, um dos temas centrais na ontologia do ser social e no projeto profissional;
- b. ATPs
 - b1) a primeira ATP do Neam foi realizada em conjunto com o Núcleo de Estudos e Pesquisa em Ética e Direitos Humanos (Nepedh), coordenado pela professora doutora Maria Lúcia da Silva Barroco, e com o Núcleo de Estudos e Pesquisas em Identidade (Nepi), coordenado pela professora doutora Maria Lúcia Martinelli, com o tema “Estética, história e ontologia do ser social na obra de György Lukács”, ministrada pelo professor doutor Antonio Rago, do curso de história da PUC-SP;
 - b2) a segunda ATP se refere ao tema “Questão racial e serviço social”, proferida pela professora doutora Renata Cristina Gonçalves, do curso de serviço social da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp, campus da Baixada Santista), ocasião em que as(os) participantes do Neam e de outros cursos puderam aprofundar o debate étnico-racial com a leitura de clássicos marxistas sobre a questão da “Formação sócio-histórica do Brasil” – entre eles, Clóvis Moura, Beatriz Nascimento, Florestan Fernandes, Lélia Gonzalez, Octavio Ianni – e com palestras realizadas pelos professores doutores Silvio Almeida, Deivison Mendes Faustino Nkosi e mestres William Menezes, Márcio Farias e Weber Lopes sobre a temática racial e as lutas antirracista e anticapitalista.
- c. seminários
 - c1) a concepção marxista de partido e a necessidade histórica do partido revolucionário:
 - Marx e o partido – Antônio Rago e Livia Cotrim;
 - O Leninismo – Erson Martins de Oliveira e Antônio Carlos Mazzeo;
 - Trotsky e Rosa Luxemburgo – Simone Ishibashi e Valério Arcary;

c2) questão étnico-racial

- apresentação de comunicações de Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs), dissertações, teses e experiências profissionais ligadas à temática, organizadas por pesquisadoras(es) do Neam.

Da escolha temática deste livro

A escolha de que o primeiro livro do Neam se voltasse ao tema *Marxismo e questão étnico-racial: desafios contemporâneos* se deve:

- a. à orientação teórico-metodológica do Neam, no legado marxiano e na tradição marxista;
- b. ao acúmulo de pesquisas existentes e em curso de participantes do Neam, orientandas(os) de mestrado e doutorado;
- c. ao interesse de participantes do Neam ao longo dos anos – que culminou na realização de uma ATP, um seminário, várias palestras e no lançamento dos livros: *Mulheres, raça e classe*, de Angela Davis, e *Racismo e eugenia no pensamento conservador brasileiro: a proposta de povo em Renato Kehl*, de Weber Lopes;
- d. à relevância do debate sobre a formação e o exercício profissional por meio do qual as entidades Conjunto CFESS-Cress, Abepss e Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social (Enesso) têm promovido a luta antirracista em suas plataformas e ações programáticas;
- e. aos programas do Neam no segundo semestre de 2020 e a serem desenvolvidos no primeiro semestre de 2021, que aprofundam os fundamentos sócio-históricos do Estado capitalista, sua origem e desenvolvimento tanto na modernidade como na contemporaneidade, aqui expressos: o neocolonialismo, o imperialismo, a colonialidade e o colonialismo na América Latina e África, bem como o processo permanente da luta de classes anticapitalista e anti-imperialista na direção emancipatória.

Este livro, portanto, expressa a historicidade e contemporaneidade da temática “Marxismo e questão étnico-racial” e sua relevância para o projeto ético-político do serviço social brasileiro, para a formação e o trabalho profissional, para todos os profissionais pesquisadores(as) que atuam com as múltiplas manifestações da questão social e todos(as) que militam na luta antirracista e anticapitalista.

PRIMEIRA PARTE: **RACISMO ESTRUTURAL**
E LUTAS ANTICAPITALISTAS

MISCIGENAÇÃO, RAÇA E BRANQUEAMENTO: O PROJETO DE POVO EM RENATO KEHL¹

Weber Lopes Góes²

No final do século XIX, após a publicação da obra “Origens das Espécies” de Charles Dawrin (1809-1882), Francis Galton, depois de constatadas as contradições sociais no seio da sociedade capitalista inglesa, atribui natureza biológica a comportamentos como a delinquência etc. Nesta direção, Galton funda a ciência eugênica. cuja palavra foi cunhada do inglês, *eugenics*, a partir do grego, *eugénes*, que significa “bem-nascido” (Galton,1988).

Segundo Black (2003, p. 59), Galton acreditava “[...] que a hereditariedade não somente transmitia as feições físicas, como a cor do cabelo e a altura, mas também as qualidades mentais, emocionais e criativas”. Assim, o fundador da eugenia utiliza a concepção darwinista de Herbert Spencer (1820-1903) devido à sua concepção teleológica do processo evolutivo, tema fundamental para seu construto teórico. Na mesma direção, o pensador inglês reivindica a eugenia não apenas como alternativa para a eliminação das contradições sociais, mas como elevação da “raça humana”. Logo, a eugenia tornou-se um arcabouço importante para a efetivação do controle reprodutivo e, uma vez estabelecida, os supostos “portadores” de “distúrbio social” estariam superados, culminando no benefício da sociedade. Entre os

-
1. O presente artigo teve origem em pesquisa de mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais na Universidade Estadual Paulista (PPGCS/Unesp), *campus* Marília, a qual tinha por finalidade estudar o movimento eugenista no Brasil a partir da trajetória de Renato Kehl. A investigação em tela resultou na dissertação *Racismo, eugenia no pensamento conservador: a proposta de povo em Renato Kehl*, defendida no ano de 2015. Do trabalho de mestrado aparece aqui, de maneira sistematizada, a parte referente ao primeiro tópico do quarto capítulo.
 2. Doutorando em Ciências Humanas e Sociais pela Universidade Federal do ABC (UFABC). Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Professor do Colegiado de Serviço Social da Faculdade de Mauá (Fama)-SP, Brasil. E-mail: wafrican@hotmail.com

anos de 1860 e 1945, algumas das produções relacionadas à eugenia são realizadas por biólogos preocupados em coibir a degenerescência humana. Conforme indica Bernardo (1998, p. 338):

o fundador da eugenia desenvolveu o racismo em dois aspectos que se revelariam de grande importância. Por um lado, considerou em termos biológicos não só as diferenças de situação entre os povos, mas também as diferenças sociais no interior de cada povo, de maneira que a elite da classe dominante seria superior, tanto sob o ponto de vista físico como mental, e além disso os descendentes destas famílias herdariam as qualidades dos pais. Assim, Galton fundiu numa justificação única o domínio de uns povos sobre outros e, no interior de cada sociedade, de uma classe sobre a outra, explicando-os ambos pela superioridade biológica. Intimamente relacionada com esta concepção está a sua defesa de uma estratégia de progresso biológico, considerando necessária uma intervenção direta e sistemática na evolução humana, mediante o condicionamento dos acasalamentos, de maneira a aperfeiçoar a raça.

Não tardou para a ânsia de Galton ganhar dimensão internacional, pois a partir da iniciativa de outros teóricos, que concebiam a eugenia como meio de superação das contradições econômicas, as ideias eugênicas ganharam vulto na Europa, nos EUA e no continente latino americano.

No Brasil, o movimento eugenista aflora na passagem do século XIX para o XX, com a finalidade de responder às contradições sociais emergentes, por exemplo, o “problema da raça” e do sanitarismo. As ideias referentes à eugenia ganharam ampla circulação a partir das ações encampadas por Renato Kehl³ (1889-1974). Os médicos, como representantes momentâneos do pensamento das classes dominantes, visando à reprodução da força de trabalho, acreditavam que era preciso criar um “tipo” de trabalhador que expressasse os anseios das elites políticas brasileiras (Carvalho, 1996). Segundo Diwan (2006, p. 97):

O ideal de uma República embasada na igualdade e na democracia criou a necessidade de formalizar e gerar novos campos de saber para a produção de corpos constituintes de um povo homogêneo, tipicamente brasileiro.

É neste contexto que o movimento eugenista emerge no Brasil, espelhando-se nos modelos europeus, mais precisamente, da França e Inglaterra. Havia a pretensão de racionalizar a imigração, findar a delinquência, liquidar os “degenerados”

3. Kehl foi um dos principais expoentes e articulador do movimento eugenista do Brasil (Góes, 2015).

através da consolidação de uma política de cariz sanitária. Melhorar a “raça”, por meio do branqueamento, seria um meio para construir uma nação que representasse o progresso, cada um à sua moda. Assim, as ideias eugênicas serão difundidas, sobretudo a partir do século XX, por meio de congressos, produção de livros e teses, com a finalidade de superar os “problemas” sociais. Em suma, intervir concretamente na vida cotidiana para subsidiar o Estado com propostas de transformar suas resoluções em políticas governamentais. “Purificar” e “modernizar” o Brasil era preciso.

Nos anos de 1910 e 1920, as ideias de Galton passaram a influenciar médicos brasileiros. Entre os higienistas proliferavam a ideia de extinguir a degeneração “moral” e “racial” da população. Alguns defendiam a tese da existência de indivíduos fortes, sadios, virtuosos e, para outros, os principais causadores dos males do mundo eram os fracos, portadores de doenças mentais, imorais, criminosos e preguiçosos.

As ideias eugênicas passaram a ser conhecidas pelas elites do Brasil depois das intervenções de Renato Kehl, a partir da criação da Sociedade Eugênica de São Paulo, em 1918, e conseqüentemente viabilizou uma ampla articulação e criação de instituições eugênicas em todo o país, que só veio a “perder” força depois de 1945⁴. É nesse estágio de ânimo que um dos principais expoentes da ideologia da eugenia elabora sugestões para que o Brasil pudesse consolidar um povo higienizado. Os temas referentes à “miscigenação”, à “raça” e ao “branqueamento” serão alvo das produções realizadas por Renato Kehl.

MISCIGENAÇÃO, RAÇA E BRANQUEAMENTO

Renato Kehl foi um pensador que incorporou a “biologia” como meio de explicação das relações raciais e da história da humanidade, logo, temas como miscigenação, raça e branqueamento estão plasmados no projeto de nação brasileira. Especialmente em relação à temática da miscigenação, o pensador brasileiro teve dois momentos que marcam a sua trajetória. No primeiro estágio, reconhece que a formação social do Brasil teve a contribuição de diversos povos, ao afirmar que a mistura étnica não redundou num povo degenerado (Kehl, 1923), embora acreditasse que o mestiço brasileiro seria um grupo social “inferior”. Desse modo, argumentava que o problema para a consolidação de um “povo” brasileiro estaria na superação das doenças existentes no país, por exemplo, o alcoolismo e a sífilis. Dito

4. Góes (2015).

de outra forma, Kehl afirma que o caminho para o Brasil estaria na construção de uma política de salvação nacional, relacionada com “[...] a campanha de saneamento e combate ao analfabetismo e a pobreza” (Kehl, 1923, p. 44).

Na medida em que avança em suas produções e intervenções, sua perspectiva referente à mistura e aos meios para a construção do povo brasileiro ganham outros contornos. Tais constatações ficam evidentes, sobretudo, em *A cura da fealdade* (1923), no capítulo “Elementos étnicos constituidores da população brasileira”. Abandonando a discussão étnica e racial via sanitarismo e clima, Kehl passa a afirmar que levará tempo para objetivar um padrão nacional no Brasil, fazendo-se necessária não só compreender esta heterogeneidade, mas também consolidar soluções para a superação do “problema” identificado. Assim, o autor não tem outro caminho, que não seja propor o branqueamento para o Brasil:

De acordo com as regras da evolução e com os fatos que se vão evidenciando, e certo prognóstico, de que a futura raça brasileira será branca, pela desassimilação, pela depuração, que se vai lentamente operando, isto é, com a eliminação dos caracteres recebidos das raças negra e silvícola. Aliás esse fenômeno se vem observando claramente, desde muito tempo, e se acha muito bem representado no belo quadro de Parreiras, onde se vê, de um lado uma velha negra – se avó – de outro a filha – mulata – que se apresenta nos braços um filho branco. Que isto dizem que três gerações foram o bastante para a despigmentação negra da pele, do produto de um mestiço da raça ariana com a etíope. (Ibid., p. 172)

Sua perspectiva vai ao encontro dos teóricos que tematizaram a “questão” da constituição de povo no Brasil, desde Sílvio Romero (1851-1914), Batista Lacerda (1846-1915), até Oliveira Vianna (1883-1951)⁵. A diferença em relação às ideias de Batista Lacerda⁶ é que, em Kehl, não há data precisa no que tange à eliminação, em particular do negro, conforme preconizava Lacerda, mas, ao mesmo tempo, o anseio do pensador limeirense plasma em virtude da sua crença de que os grupos étnicos, em especial negros e nativos, serão eliminados do país pelo processo de miscigenação.

No caso de Vianna, o branqueamento acontecerá por meio da assimilação, que, no fundo, possui íntima ligação com o horizonte da mistura entre grupos étnicos. Vemos em Kehl, portanto, não haver exaltação em classificar o Brasil enquanto um país mestiço e que não inveja outros países, mas a ânsia em impulsionar a

5. Sobre os pensadores em questão, ver Góes (2015).

6. Referente à perspectiva de Lacerda cf. Schwarzc (2007).

mistura para que o branco se torne homogêneo. Somente por esse viés o Brasil cristalizaria um “povo” sólido. Na mesma direção, argumenta que o grupo social que deveria ser extinto seria o dos descendentes de africanos escravizados, isto porque “[...] a raça negra possui grau intelectual um tanto inferior a todas as outras”, logo, embora tenha havido no seio da raça negra “[...] exemplos de inteligência brilhante, não julgo capaz de abalar essa crença ou melhor essa verdade. São exceções e raríssimas que não servem para invalidar a regra” (Kehl, 1923, p. 175).

Constata-se, assim, sua enfática contraposição a não relação entre brancos e negros, ou melhor, entre os grupos étnicos. Os cruzamentos devem ser efetivados entre os mesmos grupos para manter sua “originalidade”, pois o vínculo entre grupos “distintos”, em seu entendimento, estraga os segmentos – em especial, os brancos. Embora Kehl não a mencione, sua aposta tem íntima ligação com a tese de Nina Rodrigues, que, em contraposição a Sílvio Romero, não acreditava que a mistura seria benéfica ao branco⁷. A saída, para Kehl, seria consolidar o “povo” brasileiro a partir do incentivo ao cruzamento entre brancos e negros para que estes fossem extintos no Brasil. Enfim, a miscigenação é concebida como projeto “inteligente” de extinção do negro: “Sendo o Brasil um cadinho de cruzamentos, pode-se afirmar que ele está avançando para o aperfeiçoamento do seu povo, até constituir uma raça forte, vigorosa e intelectualmente superior” (ibid., p. 175).

É interessante notar que o pensamento de Kehl, levado às últimas consequências, revela sua preocupação com a constituição de uma “nação brasileira” e explica sua concepção negativa sobre os negros, ou seja, suas argumentações demonstram que se trata de um teórico contrário aos africanos no Brasil. Por um lado, essa forma de pensar a nação está presente no momento em que tematiza a mestiçagem exemplificando o mestiço de negro com o branco como um “tipo de ser inferior”; por outro lado, os mestiços do índio com o branco “são superiores”, fisicamente, aos mulatos – de branco com o negro –, mais bem “[...] conformados e mais fortes; fisicamente muito mais inteligentes vivos e de caráter equilibrado” (Kehl, 1929, p. 3). Nessa direção, sempre ancorado na perspectiva de Vianna, Kehl afirma que o Brasil “[...] vem sofrendo, desde os seus primórdios anos de colonização, as consequências dessa mestiçagem dos tipos brancos, pretos e índios” (ibid., p. 3), arrematando sua crença com as seguintes palavras:

Sou otimista relativamente ao futuro étnico do Brasil. Tenho a firme crença de que o processo de cruzamento, de seleção natural, bem assim a entrada

7. Rodrigues (s/d, p. 122).

crescentes europeias modificarão, para melhor, o estado geral da população, quer sob o ponto de vista físico: – já se delineia, claramente, o caminho da futura consolidação étnica. (Ibid., p. 3)

Conforme indica a citação acima, Kehl apostava na eliminação dos segmentos não brancos por meio da miscigenação, sobretudo, a partir da injeção dos europeus no Brasil. Após o referido comentário, Kehl comemora o destino do Brasil no que tange à composição étnica. Comparando-o aos EUA, afirma que o “[...] negro desaparecerá fatalmente no Brasil e, ao contrário, multiplicar-se-á indefinidamente nos Estados Unidos da América do Norte” (ibid., p. 175).

Ao referendar, de forma ambígua, a mistura enquanto projeto de branqueamento, assevera que a mescla entre grupos não pode ser benéfica, e faz a seguinte indagação: “[...] mas esse cruzamento, essa mistura de sangues tão diversos, não seria prejudicial à raça branca, não lhe provocará uma degeneração qualquer? Penso que sim” (ibid., p. 175).

A mistura entre brancos e negros, sugerida como caminho para a deterioração destes, aponta um aspecto que já era objeto de questionamento em seu contexto: o preconceito aos “mestiços”. Neste caso, Kehl defende a ideia de que o combate à mescla entre os grupos sociais não significa ausência de preconceitos, principalmente aos indivíduos resultantes da hibridez entre brancos e negros, pois afirma existir preconceitos inclusive entre eles. Assevera que:

[...] é indubitável a sua inferioridade étnica. Os mulatos são mestiços que, para serem híbridos, falta-lhes apenas a inferioridade, que não apresentam. Eles, portanto, nem de longe podem comparar-se aos mestiços, por exemplo, da raça saxônica com a latina. Estes trazem caracteres muito próximos; são oriundos do mesmo tronco ariano. Já não é a mesma coisa para os mulatos, mestiços de tipos de caracteres antagônicos que constituem elemento racial inferior. (Kehl, 1923, p. 175)

O pensador acredita que os mestiços, em particular os pertencentes ao continente americano, são inferiores àqueles mesclados da Saxônia, visto que os mestiços daqui são inferiores por possuírem “caracteres” de um grupo social que traz consigo a inferioridade desde sua formação, isto é, porque são resultado da união entre grupos “inferiores”.

Não contente, Kehl busca explicitar cada vez mais sua proposição no sentido de convencer o leitor, estabelecendo sete critérios para solidificar seus argumentos contrários ao contato entre os grupos sociais:

- i. Cada raça deve esforçar-se para se manter estável, impedindo a mescla de sangues que modifiquem a sua pureza, a sua natureza íntima;
- ii. O renovamento de sangue pelo cruzamento poderá ser útil quando ele for feito dentro da mesma raça;
- iii. O cruzamento realizado entre as raças diferentes, como entre a branca e a preta, dá origem a produtos denominados “mestiços”, que correspondem, até certo ponto, aos híbridos. Verdadeiramente os híbridos são produtos de uniões entre espécies e mestiços entre as raças;
- iv. O “mestiço”, resultante de mistura de raças diferentes, representa um tipo intermediário no qual se instalam a desarmonia e o desequilíbrio orgânicos, consequentes do “conflito” de caracteres incompatíveis. E estes caracteres são incompatíveis que se esforçam para eliminar uns aos outros e só restabelece a paz, resultando uma variedade nova após uma série de cruzamentos bem dirigidos e a respectiva anulação dos caracteres antagônicos;
- v. O mestiço, ao invés, pois, de ser um produto superiorizado, é um produto não consolidado, meio caminho dos dois elementos que o constituíram. Estes, isoladamente, têm seus caracteres físico-psíquicos estáveis, harmônicos e compatíveis;
- vi. O mulato, o mameluco e o cafuzo são tipos plasticamente feios na sua generalidade. Conhecem-se mulatas e mulatos belos, mas como exceção e não como regra;
- vii. Em suma, o cruzamento entre as raças é um elemento perturbador da evolução natural e portanto não constitui meio de aperfeiçoamento étnico. Os que sustentam o contrário não fazem com fundamento científico. Sob o ponto de vista eugênico contrariando toda e qualquer união de raça, isto é, entre indivíduos da raça branca com a negra, da branca com a selvagem, da branca com a amarela e assim por diante. Os mestiços, colocados em paralelo com os representantes das raças não cruzadas, sem mesclas, não resistem a termos de comparação; só a falsa visão poderá aceitar a sua igualdade ou sua superioridade. (Ibid., p. 176)

Verifica-se que a sua concepção de humanidade é dividida entre “raças” diferentes, pois a combinação entre grupos sociais seria uma prática contrária aos preceitos da eugenia e, assim como os animais (cachorro, minhoca, macaco, girafa etc.) não se misturam, os homens deveriam atuar da mesma maneira. O “cruzamento” é um meio de estragar os grupos sociais; a mistura de sangue é plausível, se realizada entre grupos da mesma “raça”.

O raciocínio de Kehl coloca os homens no mesmo patamar dos animais irracionais, que, ausentes de qualquer mediação concreta – prática do positivismo – não produzem relações sociais por meio do trabalho, não possuem linguagem,

cultura, religião, não são seres que “fazem” e “sabem que fazem”. Ao contrário, para ficarmos com a expressão da “biologia”, são seres orgânicos, equiparados com os animais, instintivos e, portanto, não devem se relacionar com os demais. Assim, observando de maneira mais precisa as colocações de Kehl, vemos que, na realidade, propõe uma sociabilização para os “brancos”, de preferência saxônicos, porque, conforme aponta, a mistura entre brancos e negros, de brancos com os nativos e asiáticos, além de ser um atentado à humanidade, mostra estar presente, na sua argumentação, a apologia da existência dos “brancos” como o grupo social que deveria habitar a Terra.

Considerando a questão relacionada à formação de um “povo brasileiro”, fica explícito que o desejo de Kehl é a consolidação de um povo “eleito”: o *branco*, parâmetro não somente de representação, mas do desejo de entificação da nação brasileira.

No ano de 1933, em *Aparas eugênicas: sexo e civilização*, o autor passa a fazer uma análise referente à constituição do “povo” brasileiro a partir do Censo de 1872⁸, ao reconhecer que havia uma quantidade significativa de africanos no Brasil em comparação aos brancos, e sugere a limitação da natalidade do negro, argumentando que os africanos são uma massa de “inferiorizados” que deve ser impedida de se multiplicar.

Kehl anseia que o impedimento em relação aos nascimentos de descendentes de africanos no Brasil seja uma prática, sobretudo, aplicada por meio de políticas de Estado. Para o médico eugenista, faz-se necessária uma política de equilíbrio entre os grupos sociais pertencentes à nacionalidade, pois, com a reprodução de negros – e, concomitantemente, de amarelos – os brancos continuarão em desvantagem:

Há quem prognostique o desaparecimento da raça branca, avassalada pela procriação desenfreada de pretos e amarelos. Não vemos este pessimismo, porque, a restrição em quantidade é compensada pelo aumento da qualidade. Pretos e amarelos terão de chegar ao mesmo ponto em que estamos ou se transformarão em canibais. Segundo informação de uma revista leiga, também na Índia e na China já se iniciaram as práticas do *controle* da procriação, graças à atividade de alguns adeptos do neomalthusianismo, ingleses e americanos. (Kehl, 1933, p. 93; grifos do autor)

De forma explícita, a partir desta citação Kehl sugere uma campanha entre as “classes superiores”, no sentido de estimular a procriação de brancos para sanar o *déficit* através de um trabalho a longos passos para que os “inferiorizados” sejam

8. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/governo/2013/01/censo-de-1872-e-disponibilizado-ao-publico>.

ultrapassados pelas “elites eugenizadas”. Desse modo, conclama os eugenistas a consolidarem um movimento contrário à mistura entre brancos, negros e nativos, acusando aqueles que estabelecem relações inter-raciais de cometer “[...] aberrações individuais ou traições de momento, fazem com que um branco procure uma preta ou uma branca aceite um preto” (ibid., p. 201).

Como vemos, Kehl é enfático em defender a segregação “biológica” entre brancos e negros e, ao mesmo tempo, se contrapõe àqueles que acreditam na miscigenação como caminho para consolidar a nacionalidade brasileira, tendo em vista que, para ele, o mestiço tem “valor físico e mental inferior”. Assim, para Kehl, a miscigenação é a causa das anomalias encontradas na sociabilidade. É nessa perspectiva que o projeto da eugenia deve se encampado. Por fim, seu projeto de povo, na realidade e em seu contexto, expressava a preocupação das elites brasileiras, que, desde o seu nascedouro, tinham como perspectivas resolver o “problema” da raça e construir o Brasil à sua semelhança.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme verificada neste artigo, a eugenia foi um mecanismo criado para viabilizar não apenas a construção de indivíduos “normais”, mas também para manter a supremacia sobre as classes consideradas “disgênicas”. Por esta razão, a eugenia seria uma forma de assegurar a solidariedade entre as elites políticas. Logo, caberia ao Estado, enquanto ente regulador das contradições de classes, elaborar políticas para controlar e frear a reprodução dos indesejáveis a fim de salvaguardar a melhoria da “raça”.

É preciso considerar que a eugenia foi uma proposta que casou com o processo de desenvolvimento do modo de produção capitalista no contexto do século XIX, ou seja, estamos nos referindo ao capitalismo monopolista. Por isso a eugenia passou a ser uma justificativa de dominação não só nos países europeus, mas também serviu como argumento “civilizatório” para invadir o continente africano a fim de drenar suas riquezas. Nessa direção, como desdobramento das ideias eugênicas, os países da América Latina aderiram ao movimento, por conterem uma burguesia que acreditava num ideário de nação – tema corriqueiro a partir do século XIX para o XX – e conceberem a eugenia como um meio para propiciar a consolidação de um país que tinha, como escopo, o modelo de “nação” espelhado nos países europeus. Foi neste clima que o Brasil se tornou um dos primeiros países da América Latina a recepcionar as ideias eugênicas.

Constatamos, neste artigo, que Renato Kehl despendeu esforços para fornecer subsídios perspectivando forjar um projeto de povo, munindo-se da eugenia

como meio para superar as contradições de classes no Brasil. Em outras palavras, foi responsável por articular uma rede do movimento eugênico, por meio da criação de instituições estatais (e não estatais), para convencer as elites da importância da implantação de políticas eugênicas no país. Neste sentido, sob o aparato axiológico da neutralidade científica, oculta-se uma apologia do genocídio do negro brasileiro no discurso kehliano. Por um lado, se contrapõe à mistura – que estraga o “homem branco”; por outro, sugere o controle da natalidade, tendo o Estado como elemento central da política de dizimação sistemática do africano no Brasil e, conseqüentemente, dos segmentos considerados “anormais”.

Nosso intuito, com este breve artigo, teve como principais objetivos mergulhar nos principais aspectos relacionados ao movimento eugenista, particularmente no Brasil, e apresentar elementos para fomentar pesquisas referentes a um tema que, aparentemente, se encontra superado. Acreditamos que tais reflexões podem abrir sendas para capturar o crescente aumento de presos e mortalidade – especialmente de jovens negros – a segregação espacial, as ações do Estado contra as populações pejorativamente chamadas de “cracolândia” e outras ofensivas que parecem ser práticas atuais, no Brasil, de eugenia “sem nome”.

REFERÊNCIAS

- BERNARDO, João (1998). *Labirintos do fascismo*. Tese de doutoramento em Educação. Campinas, Universidade Estadual de Campinas.
- BLACK, Edwin (2003). *A guerra contra os fracos: a eugenia e a campanha norte-americana para criar uma raça superior*. São Paulo, A Girafa Editora.
- CARVALHO, José Murilo de (1996). *Os bestializados – o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo, Companhia das Letras.
- DIWAN, Pietra (2007). *A raça pura – uma história da eugenia no Brasil e no mundo*. São Paulo, Editora Contexto.
- GALTON, Francis (1988). *Herencia y eugenesia*. Madrid, Alianza Editorial.
- GÓES, Weber Lopes (2015). *Racismo, eugenia no pensamento conservador brasileiro: a proposta de povo em Renato Kehl*. Dissertação de mestrado em Ciências Sociais. Marília, Universidade Estadual Paulista.
- KEHL, Renato (1923). *A cura da fealdade*. São Paulo, Editora Monteiro Lobato.
- _____(1929). Questões de raça. *Boletim de Eugenia*. Rio de Janeiro, ano I, n. 6-7.
- _____(1933). *Aparas eugênicas: sexo e civilização*, São Paulo, Livraria Francisco.
- RODRIGUES, Nina (s/d). *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil*. Rio de Janeiro, Editora Guanabara.

SCHWARCZ, Lilia Moritz (2007). *O espetáculo das raças – cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo, Companhia das Letras.

SKIDMORE, Thomas Elliot (1976). *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra.

A INDISSOCIABILIDADE ENTRE AS LUTAS ANTIRRACISTA E ANTICAPITALISTA: APROXIMAÇÕES NECESSÁRIAS

Tales Willyan Fornazier Moreira¹

O trabalho não pode se emancipar na pele branca onde na pele negra ele é marcado a ferro.

— Marx, em *O Capital*, Livro I —

INTRODUÇÃO

Mais do que nunca, estamos convencidos(as) de que temos grande urgência em avançar na compreensão acerca da indissociabilidade entre as lutas antirracista e anticapitalista no campo da esquerda marxista. Não é novidade que o debate anti-opressões ainda é visto por alguns setores da esquerda como algo meramente identitário, secundário ou descolado da luta de classes. É verdade que no contexto da luta antirracista, como em qualquer arena de luta política, há tendências teóricas que disputam hegemonia – de viés liberal, antimarxista, pós-moderno e também pautadas na política identitária².

A partir disso, porém, conceber a luta contra o racismo como algo de menor importância ou apartado da luta contra o capital é tão equivocado e funcional ao capitalismo quanto algumas dessas concepções. Ademais, mostra a incapacidade

1. Assistente Social. Doutorando e mestre em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Pesquisador do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Aprofundamentos Marxistas da PUC-SP (Neam/PEPGSS/PUC-SP). Pesquisador vice-líder do Grupo de Estudo e Pesquisa: Fundamentos, Formação e Exercício Profissional em Serviço Social da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (Gefepss/UFTM). Pesquisador associado à Associação Brasileira de Pesquisadores(as) Negros(as) (ABPN). Membro da executiva nacional da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), na gestão “Aqui se respira luta!” (2021-2022). E-mail: taleswf@live.com

2. Mais informações em Haider (2019).

dos setores da esquerda “marxista” em se aproximar do cotidiano de sofrimento, humilhações e privações que vivenciam os(as) negros(as) – sendo esta, majoritariamente, a população mais espoliada da classe trabalhadora. Deste modo, não faz nenhum sentido um debate supostamente “classista”, apartado da compreensão de quem é essa classe e com o cotidiano de martírio a que está submetida por ser o segmento mais ultraexplorado pelo capital. Seria mera abstração teórica, idealista, descolada do movimento da realidade:

É uma espécie de marxismo sem história e sem dialética, que trata categorias como classe, mercadoria e valor como absolutos autorreferenciais e **que, no fim das contas, nada tem a dizer sobre a realidade. Sua serventia é tão somente criar palavras de ordem e frases de efeito que irão estampar bandeiras e bótons em manifestações.** É desse marxismo exótico que nasce um tipo de “marxista” portador de uma subjetividade que atua como um “grilo falante” (ou bobo da corte, como preferirem) do sistema, ou como uma espécie de *ombudsman* do capitalismo; **um crítico autorizado que jamais tem que lidar com as próprias contradições e que tem como função aplicar um programa revolucionário imaginário e delirante, que pouco ou nada tem a ver com o marxismo.** (Almeida, 2019, p. 11, grifos nossos)

Exatamente por isso compreendemos que esse debate é urgente e deve ser visto pela esquerda marxista como algo intrínseco à luta contra o capital, pois só é possível pensar a supressão do capitalismo com o fim do racismo e vice-versa. Concepções que sustentam essa fragmentação servem ao próprio capital, na medida em que também fragmentam a luta de classes.

É importante ressaltar que, num sentido revolucionário, a afirmação da raça é feita tão somente para que um dia possamos superá-la (Almeida, 2019). Nossa luta deve ter como horizonte estratégico a construção da emancipação humana e de uma sociedade desracializada, em que a raça não seja um marcador social de exclusão, iniquidades e violência. Entretanto, no campo imediato, o enfrentamento ao racismo exige de nós a apreensão de particularidades e a construção de mediações específicas, que não podem ser tratadas como secundárias ou de menor importância no âmbito da luta mais geral contra o capital.

Acreditamos, portanto, que seja a compreensão de que não é possível defender um mundo verdadeiramente livre para o povo negro nos marcos do capitalismo, articulada à construção de lutas concretas e imediatas contra o racismo – sem perder de vista a necessidade da construção de um poder popular que vise não à manutenção e ao aprimoramento da sociedade de classes, mas o seu fim – que nos possibilitará avançar numa coerência ético-política que julgamos necessária.

Nesse sentido, este texto tem como objetivo apresentar subsídios sobre o racismo como elemento estruturante da nossa formação social, sua intrínseca relação com o sistema de exploração capitalista a partir da divisão racial do trabalho e evidenciar um pouco dos desafios que vivenciamos nessa quadra histórica, que impede de avançarmos cada vez mais numa convergência antirracista, anticapitalista e anti-imperialista.

ELEMENTOS INTRODUTÓRIOS ACERCA DA RELAÇÃO ENTRE RACISMO ESTRUTURAL, DIVISÃO RACIAL DO TRABALHO E EXPLORAÇÃO CAPITALISTA NO BRASIL

Como ponto de partida, importa destacar que o racismo é ineliminável e intrínseco à dinâmica do capitalismo brasileiro, pois se estabelece como o principal elemento constitutivo da história da formação social do nosso país. Concordamos com Moura (1983) que não nos debruçarmos sobre os efeitos dos quase quatrocentos anos de escravidão, das suas contradições e implicações na realidade social, é descartar ou escamotear o que estrutura a realidade brasileira:

[...] os quatrocentos anos de escravismo foram definitivos na plasmação do *ethos* do nosso país. Penetrando em todas as partes da sociedade, injetando em todos os seus níveis os seus valores e contravalores, o escravismo ainda hoje é um período de nossa história social mais importante e dramaticamente necessário de se conhecer para o estabelecimento de uma *práxis* social coerente. (Moura, 1983, p. 124)

A compreensão do que realmente significam esses elementos, que constituem nossa formação social, que nos possibilitará saltos qualitativos não apenas na análise, mas na construção de estratégias coerentes para a luta antirracista e anticapitalista. Como evidenciado por Moura (1983), essa intensa e nefasta marca da nossa história determinou a construção de um *ethos* em nosso país – assentado no colonialismo e no escravismo – cujos pungentes resquícios se apresentam até hoje no cotidiano da vida de negros e negras.

Por isso, torna-se fundamental compreendermos de que o racismo é sempre estrutural e se coloca enquanto uma forma de racionalidade no contexto das relações sociais, apresentando-se enquanto “[...] um elemento que integra a organização econômica e política da sociedade [...] é a manifestação normal de uma sociedade, e não um fenômeno patológico que expressa algum tipo de anormalidade” (Almeida, 2018, pp. 15-16). É necessária a compreensão de que “[...] a colonização

e a escravidão são processos determinantes da formação social brasileira, e o racismo é produto fundante desses processos” (Martins, 2017, p. 278), pois o escravismo colonial foi utilizado como fator decisivo e essencial para o desenvolvimento do capitalismo no Brasil.

Enquanto já se questionava na Europa o sistema capitalista no seu sentido global, os traficantes brasileiros lutavam, ainda, no nosso Parlamento para que a lei que extinguiu o tráfico de africanos não fosse aprovada. Isto surge da incapacidade histórica de o Brasil acumular capitais para entrar na senda das nações capitalistas desenvolvidas [...]. O escravismo colonial cria, portanto, as premissas econômicas, sociais e culturais para o modelo do capitalismo dependente que o substitui. (Moura, 1983, p. 23)

Para esse projeto lograr êxito, os(as) africanos(as) foram violentamente arrancados(as) de suas terras e de seus territórios. Foram brutalmente desenraizados(as) de suas culturas e forçados(as) a produzir, por meio do trabalho escravo, toda riqueza que impulsionou o projeto de modernidade do capitalismo nos séculos XVI, XVII e XVIII. Francisco de Oliveira (2018) aponta que foram trazidos(as) para o Brasil cerca de 4 milhões de africanos(as) para serem escravizados(as) e que a relação entre senhor e escravo assentou as bases de uma estrutura social bipolar. Nesse aspecto, “[...] a casa-grande e a senzala são o brasão dessa sociedade” (Oliveira, 2018, p. 29). A relação de dominação, subjugação e inferiorização dos corpos negros marca profundamente a formação do nosso país e perdura até os dias atuais, se reatualizando constantemente como forma de manutenção do projeto colonial e racista dominante.

Com base na concepção colonialista de inferiorização das raças, impôs-se forçosamente uma divisão racial do trabalho, que, no Brasil, submeteu milhares de escravizados(as) a condições desumanas de exploração e violência – que até hoje apresenta suas marcas, na medida em que a população negra ainda é o segmento mais ultraexplorado pelo capital e está na base da pirâmide social. Tal ideologia dominante, que concebe o(a) negro(a) como inferior, calcada numa visão de supremacia entre as raças, atende aos interesses de acumulação do capital, pois a dominação e exploração do trabalho passa a ser operada a partir da condição racial. Sendo assim, “[...] uma nova tecnologia de dominação/exploração, neste caso raça/trabalho, articulou-se de maneira que aparecesse como naturalmente associada, o que, até o momento, tem sido excepcionalmente bem-sucedido” (Quijano, 2005, p. 119).

A combinação de dominação e exploração do trabalho, com base no pertencimento étnico-racial, historicamente vem sendo naturalizada dissimuladamente.

Essa naturalização da condição desigual e desumana a que os(as) negros(as) são submetidos(as) desde os tempos do escravismo no Brasil faz com que o racismo se reinvente a todo momento na sociedade brasileira, de modos cada vez mais perversos, especialmente por conviver com o famigerado mito da democracia racial. Podemos, então, falar de um “racismo à brasileira”:

[...] nunca, na história das sociedades, se desenvolveu um racismo tão dissimulado como o da sociedade brasileira. A rigor, aqui se produziu um tipo de racismo sofisticado e perverso que, amparando-se no discurso da “democracia racial”, construiu desigualdades, violação de direitos e violência. (Martins, 2013, pp. 11-12)

Nesse ínterim, vale destacar que:

Sem o mergulho na formação social concreta, as análises de classes no Brasil imprimiram um racismo epistemológico, ao ocultar uma realidade de luta dos/as negros/as feita contra a exploração capitalista e suas resultantes. Mesmo as análises marxistas e marxianas reforçaram o racismo epistemológico, por raramente contribuírem com análises que, fundadas nas particularidades e determinações da formação social brasileira, dessem conta do nível de exploração a que estavam submetidos/as os/as trabalhadores/as negros/as. (Martins, 2017, p. 276)

Queremos chamar atenção, portanto, para a necessidade de não perdermos de vista o chão histórico e as características da nossa formação social nas análises acerca da classe trabalhadora brasileira, haja vista que nossa realidade coloca contornos particulares para pensarmos a relação entre capital e trabalho. Portanto, para realizarmos uma análise coerente com a tradição marxista, é preciso partir do movimento do real, do que a realidade concreta nos apresenta. Também é necessário compreender que a teoria não pode ser vista como um dogma e tampouco ser tratada como simples transposição mecânica ou adaptação da realidade estudada por Marx e Engels na Europa para a realidade brasileira. Com base nessa construção, é preciso e possível criarmos mediações para a apreensão da dinâmica capitalista em nosso país e sua relação sistemática com o racismo.

Compreendemos, assim, que nossa grande tarefa enquanto marxistas-antirracistas seja, a partir da contribuição do pensamento marxiano-engelsiano, entender como o movimento desse modo de produção se manifesta na periferia do capitalismo, analisando essa totalidade baseados na realidade nacional, uma vez que “[...] o capitalismo é um universal que se realiza na particularidade de cada país/região” (Manoel, 2019, p. 31).

NÃO HÁ LUTA CONTRA O CAPITAL SEM LUTA CONTRA O RACISMO: CONVERGÊNCIA ENTRE AS LUTAS ANTIRRACISTA E ANTICAPITALISTA

Analisar os antecedentes do processo de luta e resistência negra no Brasil e sua relação com a luta contra a exploração/dominação capitalista não é tarefa simples, pois o histórico de luta do povo preto no país se inicia ainda nos tempos do escravismo colonial, uma vez que os(as) negros(as) escravizados(as) – ao contrário do que muitas vezes é disseminado – não aceitaram a escravidão de forma passiva e se revoltavam diuturnamente contra o cativo à que estavam submetidos(as). Vale destacar que:

O rosário de lutas do negro escravizado contra o estatuto que o oprimia enche todo o período no qual perdurou o sistema escravista de produção. Depois do Haiti, o Brasil é o país no qual ocorreu maior número de revoltas de escravos, de fugas e outras de manifestações antiescravistas por parte do próprio escravo. (Moura, 1988, p. 4)

Tal realidade evidencia quão longa é a tradição de lutas e resistências das populações de origem africana em nosso país (Cardoso, 2012). O processo histórico de luta e resistência contra o racismo no Brasil nos permite “[...] afirmar que o movimento negro contemporâneo já acumula experiência de gerações, sendo herdeiro de uma tradição de luta que atravessa praticamente todo o período republicano” (Domingues, 2007, p. 122). Destacamos isso para dizer que, se hoje estamos aqui vivos(as), lutando e também produzindo conhecimento, tal feito só é possível porque muitos(as) de nossos(as) ancestrais tiveram seu sangue derramado nesse longínquo processo de luta, travado historicamente contra o processo de barbárie a que estavam condicionados(as).

Não será possível apresentarmos aqui todos os elementos que constituem o processo da luta antirracista no país, então, nos centraremos em destacar alguns de seus marcos e enfatizar as principais experiências que se colocaram no campo da luta classista. Durante todo esse percurso, tivemos experiências importantes de mobilização negra no país, como o surgimento de dezenas de grupos (associações, grêmios, clubes) em alguns Estados, especialmente a partir da primeira década

do século XX³. Há também experiências como a da “imprensa negra”⁴; a criação da Frente Negra Brasileira (FNB) em São Paulo em 1931, que representou um momento importante para a luta antirracista, pois “[...] arregimentou milhares de ‘pessoas de cor’, conseguindo converter o Movimento Negro Brasileiro em movimento de massa” (ibid., p. 106). Porém, apesar de ser o primeiro momento de uma organização política mais sistemática da população negra, não possuía um caráter classista e revolucionário. Exemplo disso é o fato de que tiveram, como referências, líderes políticos fascistas como Mussolini e Hitler. Outras experiências que se destacaram no processo histórico foram a União dos Homens de Cor (UHC)⁵ e o Teatro Experimental do Negro (TEN)⁶, que se arrefeceram com a instauração da autocracia burguesa a partir de 1964. Para Domingues (2007, p. 110):

apesar do crescente acúmulo de experiência, o movimento negro ficou isolado politicamente naquele momento, não podendo contar efetivamente com apoio das forças políticas, seja da direita, seja da esquerda marxista.

O grande marco a respeito de uma organização coletiva com perspectiva classista de combate ao racismo no país ocorreu em 1978, com a fundação do Movimento Negro Unificado (MNU). Essa rearticulação do movimento negro demarca um momento de grande significado para a luta antirracista brasileira. É importante explicitar que a radicalidade para a construção desse processo se forjou a partir de referências externas e internas:

No plano externo, o protesto negro contemporâneo se inspirou, de um lado, na luta a favor dos direitos civis dos negros estadunidenses, onde **se projetaram lideranças como Martin Luther King, Malcon X e organizações negras marxistas, como os Panteras Negras**, e, de outro, nos movimentos

3. Mais informações em Domingues (2007, pp.100-122).

4. A imprensa negra conseguia reunir um grupo representativo para empreender a batalha contra o “preconceito de cor”, como se dizia na época “[...]. Esses jornais enfocavam as mais diversas mazelas que afetavam a população negra no âmbito do trabalho, da habitação, da educação e da saúde, tornando-se uma tribuna privilegiada para se pensar em soluções concretas para o problema do racismo na sociedade brasileira (Domingues, 2007, p. 105).

5. Fundada em 1943, em Porto Alegre, e posteriormente disseminada para outros Estados. Sua atuação pautava-se na realização de debates na imprensa local, publicação de jornais de autoria própria, assistência jurídica e médica, alfabetização, voluntariado e participação em campanhas durante as eleições. (Domingues, 2007)

6. Liderado por Abdias do Nascimento, tinha como proposta inicial constituir um grupo de teatro composto apenas por atores(as) negros(as). Ademais, defendia os direitos civis dos(as) negros(as) e pautava a criação de uma legislação antidiscriminatória no país.

de libertação dos países africanos, sobretudo de língua portuguesa, como Guiné Bissau, Moçambique e Angola. **Tais influências externas contribuíram para o Movimento Negro Unificado ter assumido um discurso radicalizado contra a discriminação racial. No plano interno, o embrião do Movimento Negro Unificado foi a organização marxista, de orientação trotskista, Convergência Socialista.** Ela foi a escola de formação política e ideológica de várias lideranças importantes dessa nova fase do movimento negro. Havia, na Convergência Socialista, um grupo de militantes negros que entendia que a luta antirracista tinha que ser combinada com a luta revolucionária anticapitalista. **Na concepção desses militantes, o capitalismo era o sistema que alimentava e se beneficiava do racismo; assim, só com a derrubada desse sistema e a consequente construção de uma sociedade igualitária era possível superar o racismo.** (Ibid., p. 112, grifos nossos)

Essas referências foram fundamentais para a conformação do MNU no campo da luta classista, radicalizada e da esquerda marxista. Nesse ínterim, vale chamar atenção para a importância dessa perspectiva crítica e de totalidade para a luta antirracista, pois ela é imprescindível para o enfrentamento do racismo, visto que não é possível destruí-lo sem a derruição das bases que o sustentam. Conforme nos ensinou Malcolm-X, “[...] não é possível haver capitalismo sem racismo” (Silva, 2014⁷). Desta forma, o MNU sela um momento histórico de extrema importância para a luta antirracista, especialmente pela direção política e ideológica que assume e por dialogar com as lutas mais gerais da classe trabalhadora.

É fundamental recuperar, mesmo brevemente, alguns dos elementos que constituem o processo histórico da luta antirracista no Brasil – especialmente a experiência do MNU – para deixar viva a memória e, sobretudo, para servir como referência para a radicalização da luta contra o racismo nessa fase histórica, uma vez que os(as) negros(as) da classe trabalhadora cada vez mais continuam esmagados(as) pelo processo de selvageria do capital.

Um exemplo disso está relacionado à situação em que se encontram no mundo do trabalho. Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua, 2019) acerca da taxa de desocupação da população negra no segundo trimestre de 2019, evidenciam o aumento do desemprego de forma assombrosa entre os(as) negros(as), escancarando o quão está presente o racismo em nossa sociedade e como o capital se utiliza dessa população historicamente subalternizada para potencializar sua exploração e acumulação. Tais dados apontam que, entre os(as) brancos(as), a taxa de desemprego ficou abaixo da média

7. <https://www.geledes.org.br/malcolm-x-e-o-racismo-capitalismo/>

(9,5%) e, entre a população negra, ficou em 28,5%. O contingente total de desempregados/as no Brasil, no segundo trimestre de 2019, subiu para 12,8 milhões⁸ de pessoas. Deste quantitativo, brancos(as) representam apenas 34,7%, enquanto os(as) negros(as) representam 64,3% do total. Poderíamos apresentar vários dados – uma vez que, infelizmente, a população negra é o segmento mais espoliado da classe trabalhadora em todos os âmbitos da vida social – mas iremos nos ater somente a esses, pois entendemos que já demonstram que não há como pensarmos em classe como uma mera abstração.

Os setores marxistas que ainda não entenderam que a classe trabalhadora no Brasil tem cor, isto é, possui a condição de raça/etnia muito bem demarcada, precisam avançar significativamente nessa compreensão e fazer uma análise ancorada no movimento do real. Tais “marxistas”, travestidos(as) de uma suposta radicalidade, que negam a necessidade e a inter-relação entre a luta contra o capital e as opressões, nesse caso a de raça/etnia, além de contribuírem para a fragmentação da luta, contribuem para o fortalecimento de tendências meramente identitárias, pós-modernas, liberais e até mesmo antimarxistas. Contraditoriamente, “dão munição ao inimigo”, pois ratificam o falacioso discurso propalado de que “marxistas são racistas” e o fato de que, infelizmente, houve – e ainda há – marxistas eurocêtricos e uma larga tradição (não autorizada) de eurocentrismo no marxismo (Manoel, 2019). Além disso, contribuem para afastar quem constrói o debate antirracista no campo do marxismo.

Vale lembrar Florestan Fernandes (2017, p. 83), que diz: “[...] não basta ser socialista para entender o que sucedeu com o negro e o que deve se fazer para alterar a situação racial que persiste até hoje”. É preciso mais que isso: é necessário compreender que raça e classe estão umbilicalmente interligadas, sobretudo na realidade brasileira, com suas profundas particularidades. Consequentemente, essas duas categorias não podem se dissociar na arena da luta de classes, pois:

[...] **existem trabalhadores que possuem exigências diferenciais**, e é imperativo que encontrem espaço dentro das reivindicações de classe e das lutas de classes [...] **em uma sociedade multirracial**, na qual a morfologia da sociedade de classes ainda não fundiu todas as diferenças existentes entre

8. Não podemos desvincular o aumento desses dados com o cenário de regressão de direitos em curso, sobretudo após o golpe de 2016, em que destacamos especialmente a contrarreforma trabalhista, aprovada em 2017 no governo de Michel Temer e a contrarreforma da previdência, aprovada no ano de 2019 no governo de Jair Bolsonaro. Esses retrocessos altamente antipopulares, impactam diretamente nesse contingente, aviltando cada vez mais as condições de vida e trabalho da classe trabalhadora no Brasil.

trabalhadores, **a raça também é um fator revolucionário específico. Por isso, existem duas polaridades, que não se contrapõem mas se interpenetram como elementos explosivos – a classe e a raça [...].** A fórmula ‘proletários de todo o mundo, uni-vos’ não exclui ninguém, nem em termos de nacionalidades nem em termos de etnias ou de raças (Fernandes, 2017, pp. 84-85, grifos nossos)

Esses setores marxistas precisam fazer uma profunda reflexão e autocrítica, ou continuaremos cada vez mais nos distanciando da possibilidade de construção de uma convergência de luta contra o racismo e o capitalismo. Além disso, nessa análise fica prejudicada a apreensão da totalidade da realidade social, explicitando que a “armadilha identitária” serve tanto à direita quanto a essa esquerda anti revolucionária (Almeida, 2019). Por fim, chamamos atenção para o fato de que:

[...] se o identitarismo é um problema para quaisquer pleitos emancipatórios, a recusa apriorística da identidade também o é. Há uma esquerda “anti-identitária” que pode ser tão ou mais benéfica ao neoliberalismo como os mais convictos identitaristas. O anti-identitarismo está no discurso de uma esquerda que se diz “tradicional”, “raiz”, e considera que a identidade e as questões a ela relacionadas são desviantes “do plano puramente econômico”. Tratar de identidade só serve pra dividir a “classe trabalhadora”, costumam afirmar. Uma classe trabalhadora coesa, indivisa e sem contradições só existe em abstrações mentais originadas de leituras quase evangélicas dos textos de Marx e Engels (cujos escritos partem da observação da classe trabalhadora real). Daí podemos ver que ser “anti” qualquer coisa é pautar-se, ainda que na chave da recusa, por aquilo que se quer negar. *Em outros termos: a esquerda “tradicional” e “classista” é igualmente identitarista e, portanto, antirrevolucionária. Sua marca é a incapacidade de se conectar com o cotidiano de sofrimento, humilhação e privação de trabalhadores e trabalhadoras que não estão na universidade, que não participam de rodas de conversa, que sequer sabem falar direito a língua de seus patrões.* Paradoxalmente, a identidade dessa esquerda não identitária é assumir uma identidade “de classe”, uma classe totalmente apartada da realidade. (Ibid., pp. 15-16, grifos nossos)

É com a nitidez de não ser possível pensar em um mundo livre para os(as) negros(as) na órbita do capital – tal como não é possível destruir o capitalismo sem acabar com o racismo – que precisamos seguir na luta pela construção de uma sociedade comum para todos(as). Todavia, é imprescindível a compreensão de que um discurso de classe abstrato não derrota o racismo: para destruí-lo, é necessária a apreensão de suas particularidades, a construção de mediações específicas que

evolvem a raça e, sobretudo, estarmos colados(as) às lutas imediatas e concretas da população negra, com o entendimento de que nosso horizonte deve ser uma sociedade desracializada. Isso apenas será possível quando compreendermos, de fato, que a raça também é um fator revolucionário específico (ibid.) e, portanto, indissociável da luta contra o capital.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Silvio de (2018). *O que é racismo estrutural?* Belo Horizonte, Editora Letramento.
- _____(2019). Prefácio da edição brasileira. In: HAIDER, Asad. *Armadilha da identidade: raça e classe nos dias de hoje*. São Paulo, Editora Veneta.
- CARDOSO, Paulino de Jesus Francisco (2012). Os desafios da luta antirracista no Brasil. *Educação Pública*. Cuiabá, v. 21, n. 46, pp. 319-330, mai/ago.
- DOMINGUES, Petrônio José (2007). Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos. *Tempo*, v. 12, n. 23, pp. 100-122.
- FERNANDES, Florestan (2017). *Significado do protesto negro*. São Paulo, Editora Expressão Popular.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2017). *Pretos ou pardos são 63,7% dos desocupados*. Brasília, Agência de Notícias. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/18013-pretos-ou-pardos-sao-63-7-dos-desocupados.html>. Acesso em: 10 maio 2020.
- _____(2019). *PNAD Contínua trimestral: desocupação recua em 10 das 27 UFs no 2º trimestre de 2019*. Brasília, Agência de Notícias. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/25214-pnad-continua-trimestral-desocupacao-recua-em-10-das-27-ufs-no-2-trimestre-de-2019>. Acesso em: 10 maio 2020.
- MANOEL, Jones (2019). A luta de classes pela memória: raça, classe e Revolução Africana. In: MANOEL, Jones e LANDI, Gabriel (orgs.). *Revolução africana – uma antologia do pensamento marxista*. São Paulo, Editora Autonomia Literária.
- MARTINS, Tereza Cristina Santos (2013). Racismo, questão social e serviço social: elementos para pensar a violação de direitos no Brasil. *Revista Inscrita*. Brasília, n. 14, pp. 11-17.
- _____(2017). Oposição entre as lutas anticapitalista e antirracista: realidade ou erro de análise? *Ser Social*. Brasília, n. 41, pp. 275-295.
- MOURA, Clóvis (1983). *Brasil: raízes do protesto negro*. São Paulo, Global Editora.
- _____(1983). Escravidão, colonialismo, imperialismo e racismo. *Afro-Ásia*. Salvador, n. 14, pp. 124-137.

- MOURA, Clóvis (1988). Cem anos de abolição do escravismo no Brasil. *Princípios*. São Paulo, n. 15, pp. 3-8.
- OLIVEIRA, Francisco de (2018). *Brasil: uma biografia não autorizada*. São Paulo, Boitempo Editorial.
- QUIJANO, Aníbal (2005). Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latino-americanas*.

O GATILHO CONSERVADOR: ATAQUES “PÓS-MODERNOS” A NEGRAS E NEGROS DA CLASSE TRABALHADORA

Diogo Joaquim dos Santos¹

INTRODUÇÃO

Atrelado à temática deste livro, este capítulo adentra o desafio de contribuir com a reflexão sobre os sentidos histórico e político das investidas conservadoras contra negras e negros da classe trabalhadora brasileira, elucidando de que forma elas se articulam no momento mais recente da nossa história.

O intuito central será problematizar o fato de que temos sido alvejados, nos últimos anos, com formas renovadas de pensamento sobre supostamente vivermos uma “democracia racial”, de tal modo que os tempos passados do racismo estariam superados.

É certo, porém, que tais formas de pensamento não são novas em sua essência, pois partilham de um conservadorismo já existente em nossa sociedade, uma vez que a ideia de democracia racial, no Brasil, é uma estratégia ideológica quase centenária de manutenção do racismo, sendo igualmente imprescindível para a realização dos interesses capitalistas. No entanto, as bases às quais se recorrem para afirmar essa ideia diversificaram-se em tempos nos quais discursos racistas tomam grande expressão, mesmo que disfarçados de idoneidade. Materialmente, se fundem com as medidas legais e políticas das contrarreformas econômico-sociais necessárias para dar sobrevida ao capital perante sua crise, cujos projetos, implantados a toque de caixa, são impostos à base do recrudescimento da violência contra a população negra e da maior expropriação de trabalhadores negros.

1. Pesquisador do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Aprofundamento Marxista do Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (Neam/PEPGSS/PUC-SP). Mestre e doutorando em Serviço Social pelo PEPGSS.

Nestas breves notas, reúno elementos que demonstram que o conjunto desses ataques possui, como uma das suas grandes fontes, um arcabouço de ideias, manifestações e argumentos racistas articulados na “ideologia pós-moderna”, ou seja, estão integrados a essa forma de compreensão do mundo.

Vale esclarecer, desde já, que a ideologia pós-moderna também é aqui compreendida enquanto parte de uma estratégia de legitimação da classe dominante² aperfeiçoada num tempo histórico determinado. Destarte, caracteriza-se por alguns aspectos fundantes³: intencionalidade anti-histórica da análise da realidade, retirando dos fatos históricos sua essência; alto grau de relativismo, que cumpre papel fundamental na dispersão sobre as bases concretas do modo de produção da vida social, numa lógica útil à dominação da burguesia nacional e internacional; facetas sorradeiras em proporcionar maior pujança aos ideais da “democracia racial” (esta expressão da opressão racista na sociedade brasileira).

Para caracterizar as realidades material e subjetiva na qual o ideário pós-moderno atua, podemos adiantar que são próprias do tempo histórico no qual a lógica do capital entra em um processo de corrosão de suas bases para sua reprodução. O ideário pós-moderno, nesse momento, tende a afirmar que os valores ditos ‘modernos’ estariam superados, mas faz isso apenas com a intenção de acusar a fruta de podridão e jogar todo o saco fora. Não atribui à dominação burguesa tais efeitos, nem aponta essa problemática à luz da exploração. Pelo contrário, afirma que estaríamos “no fim da história”, que o trabalho ganharia função coadjuvante no projeto societário que se desenhava ou, ainda, que teríamos chegado a uma era “pós-racial”⁴.

Com esses pressupostos, as considerações que aqui teço buscam mostrar a vivacidade de aspectos centrais da análise marxiana e da tradição marxista num contexto em que a população negra no país aparece como alvo inequívoco da lógica destrutiva do capital. Igualmente, dada a dialeticidade dessas relações, entendo ser necessário analisar a dimensão da questão racial no país desde o início do processo golpista instaurado em 2016, atualmente em curso.

2. Essa formulação dialoga com a apreensão de Marx e Engels (2007) de que, nas sociedades de classes, as ideias dominantes tendem a reproduzir a imagem das ideias da classe dominante.

3. Apesar de sua grande heterogeneidade, todo o ideário “pós-modernista” partilha de aspectos gerais, mesmo que não se autointitulem com a menção aos ‘-pós’. Mészáros (2012), inclusive, concebe como um dos aspectos mais medíocres da filosofia pós-moderna, a proliferação dos ‘-pós’, pois aquilo que ainda não acabou aparece como finalizado, já existindo uma nova etapa em curso.

4. Sem sombra de dúvida, uma das perguntas mais realizadas nos EUA com a eleição do ex-presidente Obama foi se teríamos chegado a uma era “pós-racial”, já que, se um homem negro se tornou presidente, supostamente, estavam banidas as barreiras raciais.

O CONSERVADORISMO: BERÇO DE OURO DA IDEOLOGIA PÓS-MODERNA

Internacionalmente, a aparição de uma ideologia que alude ao presente como um tempo de superação das determinações do passado não é uma novidade histórica “em si”. Esse fato também não é uma novidade no seio do conservadorismo, pois, do ponto de vista ideológico, a classe dominante se dedicou a propagar nestes termos discursos em prol da sua legitimação historicamente – algo que aparece de modo “sistemático” na história mundial, desde o abandono da razão progressista por parte da burguesia europeia a partir das décadas de 1830 e 1840.

Como bem analisou Coutinho (2010), decorreu da aparição concreta do proletariado, enquanto classe revolucionária perante a burguesia, o voltar-se da filosofia burguesa para a negação do papel da razão na práxis humana. Obviamente, há conservadorismo nessa inversão – próprio da razão que atende aos interesses da burguesia. Entretanto, as investidas irracionistas da filosofia desta classe mostraram-se crescentes, a partir de então, na busca por apontar sua inovação, contraditoriamente trazendo, na verdade, um rompimento com aquilo que a filosofia burguesa trouxera de contributo. Tal fato revela a busca por legitimar as contradições capitalistas após fazer declinar o poder absolutista nos países centrais do capitalismo na Europa. Neste exemplo, Coutinho sintetiza boa parte dessa assertiva: “[...] em lugar do historicismo, surge uma pseudo-historicidade subjetivista e abstrata, ou uma apologia da positividade, ambas transformando a história real (o processo de surgimento do novo) em algo ‘superficial’ ou irracional”. (Coutinho, 2010, p. 30)

Que fique claro também, além disso, que todo o conjunto ideológico conservador foi útil para a burguesia fincar as bases da “escravidão negra” no continente americano, difundindo o liberalismo (supostamente libertador) enquanto ampliava sua participação no controle dos fluxos de capital decorrentes das transações da venda dos escravos, da riqueza apropriada do seu trabalho (Williams, 2012) e do processo de desumanização dos negros para a humanização (que passou longe de ter) dos brancos.

Também estava colocada a relação desigual estabelecida pelo capitalismo entre os trabalhadores no mundo, a qual comporta uma dimensão inter-relacionada, relação esta analisada por Marx (2013) ao refletir que a manutenção da exploração dos trabalhadores europeus não estava apartada da manutenção do escravismo. Em uma reflexão exemplar, disse:

Nos Estados Unidos da América do Norte, todo movimento operário independente ficou paralisado durante o tempo em que a escravidão desfigurou uma parte da república. O trabalho de pele branca não pode se emancipar onde o trabalho de pele negra é marcado a ferro. (Marx, 2013, p. 372)

Tais reflexões teóricas, presentes no legado marxiano, nos permitem conceber outras, já ligadas à tradição marxista. Certamente, seria possível estabelecer uma relação mais precisa, por exemplo, entre o processo de “destruição da razão”⁵, analisado por Lukács (1959), a opressão das mulheres e a base filosófica burguesa deliberadamente racista que se constituía nesse processo com as teses de superioridade racial branca.

É fato, no entanto, que a racionalidade burguesa, em sua totalidade, se colocou na história em um compromisso de aprofundamento das relações capitalistas, as quais se sustentavam nas formas da opressão racista para seus fins. Por isso, para o incômodo de muitos intelectuais, o irracionalismo de Nietzsche (mesmo que distinto de Heidegger) não é isento de uma apologia ao capitalismo, nem mesmo os ideais da racionalidade prática, enaltecidos por Weber em sua empreitada contra o irracionalismo. Especialmente Nietzsche e Weber construíram bases filosóficas que foram integradas à razão da fase imperialista do capitalismo.

Decorre da relação intrínseca entre a razão imperialista e os ideais racistas a exploração colonialista do continente africano e a imposição inescrupulosa da violência, sendo possível ainda delimitar seus efeitos no Brasil, remetendo tal relação ao conjunto ideológico conservador brasileiro em sua gênese, o qual possui seus espelhos internacionalmente, e a seus exímios criadores dedicados à eugenia. Com efeito, o pensamento conservador brasileiro, expresso, por exemplo, por Nina Rodrigues⁶ e Silvio Romero, alimentou-se de fontes ideológicas da filosofia burguesa que comportavam apologias à modernização, com as quais tais autores justificaram o atraso brasileiro no progresso científico mundial, atrelando-o às suas aspirações nacionalistas higienizantes em relação à população negra.

5. Mesmo que concordemos com a crítica de Tertulian (2011) sobre existir falta de dialeticidade na sugestão de um caminho do pensamento de Schelling a Hitler, como proposto por Lukács (1959), e que isso aniquile as especificidades históricas da ideologia, ou até altere as responsabilidades históricas dos sujeitos, sobrevalorizando a determinação de um posicionamento sobre o outro, Lukács (1959) contribuiu na identificação de uma categoria importantíssima, no sentido de que o irracionalismo não se dissocia por completo de outras referências do pensamento conservador burguês. Vale ressaltar que, do ponto de vista histórico, a filosofia burguesa sempre se renovou à base de concepções racistas – presentes em Locke, Voltaire, Hume, Darwin, entre outros. Porém, o irracionalismo, por exemplo, de Heidegger, ressignifica tal problemática em um contexto histórico muito específico.

6. Vide, em especial, sua produção *Mestiçagem, degenerescência e crime* (1899).

No que se refere à ideologia da democracia racial enquanto projeto de inflexão sutil com outros pressupostos deliberadamente racistas, a exemplo de Oliveira Vianna, mas sem romper com o conservadorismo, os trabalhos de Gilberto Freyre permitem tecer reflexões da maior importância.

O fato de Freyre (2003) sustentar, em *Casa-grande e senzala*, uma ideia “apaziguadora” das atrocidades produzidas pela dominação senhorial sobre os escravos – e o faz ao dissolver a violência e a opressão em meio a aspectos culturais, de forma a supor uma espécie de balança entre eles – ilustra uma justificativa sócio-histórica claramente vinculada aos anseios da burguesia conservadora brasileira. Seu posicionamento reuniu, ideologicamente, o que a classe dominante tentava transpor (especialmente no tocante à participação negra no mercado de trabalho, à negação do racismo e à imposição de condições de vida e de trabalho degradantes), possuindo, de fato, um alçapão ideológico.

Devido a isso, colocar a dita “miscigenação”, como realizado por Freyre (2003), enquanto substancialmente positiva numa sociedade opressora, alicerçava a pretensão da burguesia de não apenas velar, escamotear, mas de “arrefecer” a identidade negra contestadora e de revolta contra o racismo, por meio do enaltecimento de uma identidade ligada a um rol de costumes e práticas que teriam feito com que o negro “desse certo”. Além disso, é conhecido o apelo do governo ditatorial de Getúlio Vargas a essa simbolização pífida.

De fato, recuperando uma colocação de Freyre (2003, p. 43) no prefácio da primeira edição de *Casa-grande e senzala*:

O português mais puro, que se fixou em senhor de engenho, apoiado antes no negro do que no índio, representa talvez, na sua tendência para a estabilidade, uma especialização psicológica em contraste com a do índio e a do mestiço de índio com português para a mobilidade.

Esta colocação contrasta com o que desmistificou Moura (1988, pp. 61-62) ao afirmar:

Nada tem, pois, de especial ou específico o fato do português, em determinadas situações especiais, estabelecer contato e intercâmbio sexual com as raças das suas colônias, fato que, em absoluto, significaria democratização social nesse contato e intercâmbio. Mas, com esses argumentos, consegue-se deixar de analisar como foi ordenada socialmente esta população poliétnica e quais os mecanismos específicos, de resistência à mobilidade social vertical massiva que foram criados contra os contingentes populacionais discriminados por essa estrutura.

Justamente o resgate a um suposto estado de maior realização da liberdade e do pacifismo, como constitutivo de momentos em nossa história, é o que aparece, enquanto base política, como algo altamente fugaz.

O DESESPERO PÓS-MODERNO PELAS NOVAS TESES DA DEMOCRACIA RACIAL

A longa continuidade dos preceitos da ideologia da “democracia racial” – cuja invisibilidade no âmbito das organizações de esquerda por muitas décadas mereceria longos apontamentos – acompanha os determinantes da permanência do racismo na sociedade brasileira. Os períodos ditatoriais também não abriram mão da estratégia útil de negar o racismo enquanto ampliaram as mazelas da desigualdade e da discriminação.

As características mais recentes do racismo no Brasil, desse modo, têm relação direta com a crise estrutural⁷ do capital e o subseqüente avanço mundial do neoliberalismo. Sobre o capital na década de 1970, concordo com Abramides (2017, p. 23) quando diz:

[...] para responder à sua própria crise, advinda da crise de superprodução e da queda tendencial da taxa de lucro, era preciso criar uma nova ofensiva na esfera da produção com a acumulação flexível (desemprego estrutural, terceirização, precarização e outras medidas nefastas aos trabalhadores) e na esfera da reprodução social (Estado) com as privatizações e contrarreformas. Era determinante, para o capital, impor as formas mais duras de superexploração do trabalho para recuperar as taxas de lucro, para pagar a dívida pública contraída pelo Estado e para a liberação da dívida dos bancos e empresários, na lógica destrutiva do capital sobre o trabalho.

É certo, neste ponto, que a recuperação do capital se tornou insustentável, tanto pelos efeitos destrutivos no meio ambiente e na humanidade quanto pelo caráter de não superar sua crise mais recente, proporcionando apenas a gestão

7. Refiro-me à caracterização realizada por Meszáros (2003), segundo a qual a reconcentração de capital, que permite sua revalorização e um novo ciclo de acumulação, encontra seus limites em sua estrutura, implicando na destruição da própria força de trabalho em diversos níveis. Um exemplo é a condição de desemprego estrutural, irreversível no âmbito das reformas tradicionais e dos pactos antes abertos à social-democracia. Ademais, nos permite inferir que tal decomposição tem relação direta com o encarceramento em massa da população negra brasileira (e também da norte-americana) e o genocídio da população negra pobre periférica.

permanente desta crise. Coloco-me, assim, nas linhas do que propõe Netto (2012) – ao se referir à “crise sistêmica” do capitalismo, deflagrada no final da última década, que remeteria às transformações societárias decorrentes de um processo iniciado em meados da década de 1970 – e Mészáros (2012) quando apreende a problemática intransponível do desemprego estrutural se entendido como um dos limites impostos pelo padrão de acumulação atual, cujos desdobramentos na luta de classes têm levado negras e negros da classe trabalhadora às expressões mais extremas de barbárie.

Esse é o cenário em que a ideologia pós-moderna atua. Eagleton (1995), ao analisar a virada conservadora dos precursores do “pós-modernismo”, aponta o compromisso de sua ideologia com uma perspectiva antirrevolucionária e conformista. Essa característica faz parte dos aspectos que retratam como a extrema-direita, no Brasil, chegou ao governo em 2019, quando muitos se eximiram do voto, encontrando abrigo em sua forma inerte e dispersa, que se funde, em certa medida, com a aceitação apática e burguesa de extratos médios, ditos apartidários, ou que mantém seu afastamento pragmático em uma espécie de “zona de conforto”.

Porém, o ideário pós-moderno, por mais que se coloque enquanto condição generalizada da apreensão social do real, como ilustrou Harvey (2008), não se resume a isso. Seu movimento, que se torna vivo com o neoliberalismo, ganha força na conjuntura analisada por Abramides (2017, p. 24) acerca da “regressão histórica” pela qual socialistas firmam pactos com o grande capital, adentrando os confins do projeto social-democrata. Tanto que, especialmente nos governos petistas, o enaltecimento desse deslocamento como insígnia de esquerda nos permite caracterizá-los como momentos de pacto com os ideais pós-modernos (de direita!).

Penso ser necessário um exame mais detalhado da realidade em tempos de aniquilação dos direitos dos trabalhadores. O estado de exceção, característico de um golpe de Estado⁸ delineado em 2016, alicerçado em arbitrariedade jurídica, criminalização de perspectivas políticas e dos movimentos sociais, visava a reorganizar os ganhos do capital internacional em escalas jamais vistas – e a burguesia apenas aumentaria sua riqueza e sua proteção para espoliar riqueza.

Refletir, por isso, não apenas sobre a permanência das expressões da questão social, mas também sobre como seu fundamento se articula e se reinventa no momento presente, requer prontamente ligar o ventilador sobre a cortina de fumaça da dicotomia “petismo” *versus* “antipetismo” – diga-se de passagem, uma

8. Sobre o caráter antidemocrático da ascensão do presidente Michel Temer no Brasil, característico de um golpe de Estado, vide ALVES, Giovanni. *A psicanálise do golpe de 2016*. Blog da Boitempo. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2017/11/15/a-psicanalise-do-golpe-de-2016/>.

furtiva estratégia na ascensão do atual governo, coerente com um irracionalismo que parece poder se tornar sempre mais preguiçoso e sorrateiro para explicar a realidade.

Tal irracionalismo, por sua vez uma investida de direita, produto da convergência do projeto neoliberal e do neoconservadorismo, reforça a já conhecida e quase centenária negação da questão racial brasileira, negação da sua centralidade na questão social, elevando-a a níveis de relativismo realmente novos.

Um grande exemplo disso ocorreu com a Estação Primeira de Mangueira. A letra do samba-enredo assim dizia, colocando a cultura de forma crítica, não contemplativa:

Chegou a hora de mudar / Erguer a bandeira do samba / Vem a luz à consciência / Que ilumina a resistência dessa gente bamba / Pergunte aos seus ancestrais / Dos antigos carnavais, nossa raça costumeira / Que a rua é nossa, mas é por direito / Vem vadiar por opção, derrubar esse portão, resgatar nosso respeito. (Mendonça, 2018)

Enquanto isso, no site G1, da Globo, fora sintetizado um pensamento dominante e assim apresentado: “A Estação Primeira de Mangueira manda avisar: não importa a crise, os obstáculos, os problemas. Ninguém vai deixar de brincar o carnaval” (Mendonça, 2018, on-line). Só faltou anunciar que, após o samba, seria o “fim da história”.

Entendo, neste sentido, que o ideário pós-moderno é centralmente relativista e se não é um apoiador declarado, é um simpatizante da perspectiva da direita política. Contudo, há nuances de sua expressão que acompanharam a expansão da extrema-direita no país. Alguns exemplos na cena brasileira são importantes para compreender esse conjunto.

Ao analisar o pensamento do movimento negro, Risério (2012) coloca-se em oposição direta às políticas de cotas, valendo-se de argumentos de que haveria um totalitarismo nesse tipo de ação. Partilha, contraditoriamente, do posicionamento relativista de que a ditadura não teria sido maléfica para a população negra, devido ao fato de que poucos teriam sido os negros perseguidos pelo regime.

Tal impostura, porém, não supera racionalmente a consciência ardid daqueles que louvam esse período obscuro da nossa história (desde a ditadura, mas hoje ainda mais presente). As recentes declarações do comandante do Exército, general Puyol, confirmam isso: afirma, numa entrevista, que é preconceito dizer que houve ditadura (Allegretti e Mattoso, 2018), alegando haver diferenças de opinião sobre

isso, que devem ser sistematicamente eliminadas. Essa é a base da chamada “ameaça comunista”, que não possui nenhuma evidência concreta, sendo apenas movida pelo ódio.

Aliás, todo o arcabouço de argumentos que possui o governo atual consiste nessa base rasa, que trata a realidade como um jogo de versões da história. Usa-se um argumento de pretensa disputa de narrativas para relativizar opressões e torturas, opondo-se a toda forma de mobilização consciente. Além disso, também a toque de caixa, permitiu a destruição de diversas leis trabalhistas do sistema de previdência, afirmando ainda que os pobres, em especial as empregadas domésticas, não deveriam sair da senzala.

Em tempos de um governo com características fascistas, temos, portanto, análises que sugerem não existir verdade histórica, senão a que se concebe ser a verdade. Esses tempos da aclamada “pós-verdade” perpassam a grande mídia e as instâncias da justiça desde o cerco teatral do ciclo lavajatista, mas, igualmente, está presente na relativização do presidente da Fundação Palmares, como se a consciência negra⁹ fosse um campo de “disputas de narrativas”, retirando toda sua historicidade.

Mesmo no campo idealista, o irracionalismo tem mostrado sua verdadeira face. É um dos elementos que nos permite apurar o nível de sua decadência ideológica. Se, para o crítico da modernidade, Giannetti (2016), há uma abordagem sobre “miscigenação” ligada às ideias de Freyre (2003), atestando a utopia da “democracia racial” em seu horizonte (Giannetti, 2016, p. 172), o imbróglio idealista presente nas declarações públicas da 4ª Secretária Especial da Cultura durante seu mandato em 2020, por sua vez, compreende o nacionalismo da ditadura como algo que, supostamente, valorizaria a diversidade – quando, na verdade, apenas valoriza os privilégios da burguesia branca.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A alusão aos atributos positivos de uma “identidade brasileira”, levada ao cabo pelo pensamento conservador burguês, encontra suas ressonâncias no conjunto do ideário pós-moderno. Este, por sua vez, tem se constituído em uma via pragmática da extrema-direita, que transita entre formas despreziosas a verdadeiros discursos genocidas, revelando a ditadura da burguesia (como Lenin a entendia) em sua face mais brutal. É nesse íterim que fatos reais – como o progressivo

9. Refiro-me ao texto partilhado de Chrispino (2020).

extermínio de negras e negros da classe trabalhadora e a brutal exploração e opressão das populações negra, LGBTQIA+ e periférica – aparecem na lógica dominante como infortúnios, também chamados de exageros, como se não fossem elementos centrais para explicar a vida social.

REFERÊNCIAS

- ABRAMIDES, M. B. C (2017). Democracia blindada: como demoli-la? *Argumentum*, Vitória, v. 9, n. 2, pp. 20-29, maio./ago.
- ALEGRETTI, L.; MATTOSO, C (2018). Há preconceito na análise do período militar no Brasil, diz futuro comandante do exército. Folha de São Paulo, São Paulo, 23 Nov.
- CHRISPINO, L. G (2020) Zumbi e a Consciência Negra – Existem de verdade? Dunapress. Disponível em: <https://dunapress.org/2020/05/13/zumbi-e-a-consciencia-negra-existem-de-verdade/>. Acesso em 15 Mai 2020.
- COUTINHO, C. N (2010). *O estruturalismo e a miséria da razão*. São Paulo, Expressão Popular.
- EAGLETON, T (1995). Capitalismo, modernismo e pós-modernismo. *Crítica marxista*, Campinas, pp. 53-68.
- FREYRE, G (2003). *Casa-grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. São Paulo, Global.
- GIANNETTI, E (2016). *Trópicos utópicos: uma perspectiva brasileira da crise civilizatória*. São Paulo, Companhia das Letras.
- HARVEY, D (2008). *A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo, Edições Loyola.
- LUKÁCS, G (1959). *El asalto a la razón: la trayectoria del irracionalismo desde Schelling hasta Hitler*. Fondo de Cultura Economía, México.
- MARX, Karl (2013). *O capital: crítica da economia política*. Livro I. São Paulo, Boitempo.
- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich (2007). *A ideologia alemã*. São Paulo, Boitempo.
- MENDONÇA, Alba Valéria (2018). *Veja as letras dos sambas-enredo das escolas do Rio para o carnaval de 2018*. G1 Globo. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/carnaval/2018/noticia/veja-as-letras-dos-sambas-enredo-das-escolas-do-rio-para-o-carnaval-de-2018.ghtml>. Acesso em: 20 fev. 2018.
- MÉSZÁROS, I (2003). *O século XXI: socialismo ou barbárie*. São Paulo, Boitempo.
- _____(2012). *O poder da ideologia*. São Paulo, Boitempo.
- MOURA, C (1988). *Rebeliões da senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas*. Porto Alegre, Editora Mercado Aberto.

- PAULO NETTO, J (2012). Crise do capital e consequências societárias. *Serv. Soc. Soc.* [online], n. 111, pp. 413-429.
- RISÉRIO, A (2012). *A utopia brasileira e os movimentos negros*. São Paulo, Editora 34.
- TERTULIAN, N (2011). A destruição da razão: 30 anos depois. *Verinotio* [online], n. 13, pp. 15-25.
- WILLIAMS, E (2012). *Capitalismo e escravidão*. São Paulo, Companhia das Letras.

SEGUNDA PARTE: **RELAÇÕES SOCIAIS DE CLASSE,
RAÇA-ETNIA, GÊNERO E SEXUALIDADE**

LÉLIA GONZALEZ E BEATRIZ NASCIMENTO: CONTRIBUIÇÕES PARA O COMBATE À TRÍADE CAPITALISMO-PATRIARCADO-RACISMO

Renata Gonçalves¹

*Eles combinaram de nos matar.
E nós combinamos de não morrer.*

— Conceição Evaristo —

INTRODUÇÃO

Desde os anos 1980, a discussão acerca das relações étnico-raciais vem ganhando corpo no serviço social brasileiro. O profícuo debate nacional de revisão do currículo mínimo para a profissão, nos anos 1990, norteou a concepção e os princípios que fundamentam a formação. A temática étnico-racial passou a ser conteúdo indispensável do núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira, embora a adesão a tais orientações tenha seguido a passos lentos (Rocha, 2014).

Transformações significativas começaram a ocorrer recentemente, em especial com a entrada massiva de jovens negras/os nas universidades, sobretudo, por meio das políticas de ações afirmativas, provocando mudanças étnico-raciais das/os estudantes universitários/as, inclusive do serviço social. Vitório (2019, p. 24), a este respeito, apresentou uma análise dos aspectos socioeconômicos do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), produzido em 2016, e observou, a partir do relatório síntese da área de serviço social, que 63,9% das/os estudantes concluintes

1. Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Docente do curso de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Políticas Sociais da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), *campus* Baixada Santista. Coordenadora do Núcleo de Estudos Reflexos de Palmares (Nerp/Unifesp) e do Núcleo de Estudos Heleieth Saffioti (NEHS/Unifesp). E-mail: renata.goncalves25@unifesp.br Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2470-9095>

de graduação na modalidade presencial são negras/os². Estes dados podem indicar, portanto, que hoje o número de profissionais negras/os talvez seja maior que o de profissionais brancas/os. Resultado bem diferente da última pesquisa sobre o perfil das/os assistentes sociais no Brasil, quando a categoria era majoritariamente jovem, feminina, heterossexual, católica, casada, com poucos filhos e, no que tange ao pertencimento étnico-racial, 72,14% se autodeclaravam brancas/os (Conselho..., 2005).

A (im)pulsão acelerada do ingresso de estudantes negras/os nos cursos de graduação e pós-graduação em serviço social se deu em sintonia com as lutas e reivindicações do movimento negro e teve o respaldo do projeto ético-profissional, cuja direção política vislumbra o fim da exploração capitalista de classe, da opressão racial e da dominação patriarcal. Uma dinâmica que tem se traduzido nas campanhas, manifestos e ações do conjunto Conselho Federal de Serviço Social/Conselho Regional de Serviço Social de São Paulo (CFESS/CRESS) no combate ao racismo³; no crescimento de fóruns de debates com entidades da categoria no que concerne à urgência da inserção de disciplinas transversais que, ao longo da formação em serviço social, abordem o racismo, o antirracismo, a branquitude, as organizações de mulheres negras, as resistências negras etc. Esta movimentação também contribuiu para estimular pesquisas (da graduação ao pós-doutoramento) sobre a temática e apresentações de seus resultados em seminários, simpósios e congressos. Uma das evidências do avanço deste debate na área do serviço social são as recentes publicações de artigos e dossiês nas principais revistas da área⁴, o que certamente contribuiu

2. O ensino a distância, segundo a autora, segue a mesma tendência (Vitório, 2019, p. 24).

3. Ressaltamos o esforço da pesquisa organizada pelo Comitê de Combate ao Racismo do Conselho Regional de Serviço Social de São Paulo (Cress-SP), 9ª região, cujos resultados parciais foram apresentados no *16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais*, realizado em Brasília, de 30 de outubro a 3 de novembro de 2019. A enquête iniciada dialoga com a categoria e, principalmente, procura dar voz aos/às “[...] profissionais que sofreram e sofrem racismo nos seus espaços de trabalho, além da reflexão sobre a possível reprodução do racismo institucional em seu cotidiano profissional” (Lira et al., 2019, p. 2).

4. Em 2014, a revista *Temporalis* lançou dois números, v. 14, n. 27 e v. 14, n. 28, intitulados “Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração, Sexualidades”. Três anos depois, em 2017, a *Ser Social*, v. 19, n. 41, publicou o dossiê “Questão Étnico-Racial, Estado e Classes Sociais”. Em 2018, ano que marcou os 130 anos da abolição da escravatura, a *Revista Katálysis*, v. 21, n. 3, publicou o dossiê “Serviço Social: gênero, raça/etnia, gerações e sexualidade”. No mesmo ano, o periódico *Serviço Social & Sociedade* dedicou seu n. 133 à temática étnico-racial. A *Revista Em Pauta*, organizou dois dossiês, n. 45 e n. 46, intitulados “Questão Étnico-Racial e Antirracismo” em 2020.

“[...] para a formação profissional, bem como para a disseminação de ideias e do olhar crítico da profissão para a realidade na qual está inserida” (Bonifácio, Deus e Vitorio, 2018, p. 427).

Todavia, persiste um fosso quando o assunto é o conhecimento da produção teórico-política de importantes intelectuais negras/os sobre o impacto do racismo em diferentes aspectos da formação social brasileira. Apesar de farta, a produção teórica deste segmento é o que mais permanece desconhecido no ambiente letrado da *intelligensia* brasileira.

A invisibilidade de intelectuais negras/os escamoteia personagens, lutas e resistências fundamentais nos levantes e insurreições do Brasil. Em especial, as mulheres negras, cujas formulações teóricas são bastante relevantes para a compreensão da estrutura de dominação e exploração na sociedade brasileira, estão ausentes como protagonistas de processos históricos e como intelectuais, do período colonial aos dias atuais.

Esta crítica também ecoa junto a estudantes negros/as que, nos últimos anos, entraram massivamente nas instituições de ensino superior. São jovens que, ao chegarem às universidades, não se reconhecem no espaço acadêmico, não veem professores/as negros/as, não encontram nos livros referências às lutas negras, não veem nas matrizes curriculares disciplinas sobre a história da África ou sobre a relação entre desenvolvimento do capitalismo e escravidão, ou ainda relacionadas ao racismo no Brasil e seus tentáculos ideológicos que mantêm firme o sistema de dominação e exploração. Nestas instituições, os/as negros/as continuam a ser objetos de pesquisa e muito raramente são os/as pesquisadores/as. A situação é ainda pior quando se trata de mulheres negras como sujeitas (e não apenas objetos) das investigações científicas.

Ao abordar a condição das intelectuais negras nos Estados Unidos, bell hooks⁵ (1995, p. 468) explica a existência de uma lógica do “[...] patriarcado capitalista com supremacia branca”, em que a cultura dominante age para impossibilitar que as mulheres, sobretudo as negras, atuem enquanto intelectuais que exercitam de forma criativa suas mentes. Para a autora, racismo e sexismo “[...] incutiram na consciência de todos a ideia de que as negras eram só corpo sem mente” (hooks, 1995, p. 469). No artigo “Intelectuais negras”, a autora chamava atenção para o fato de que suas alunas quando solicitadas a citarem nomes de autores negros, sem especificar o gênero, invariavelmente citavam autores como Du Bois, Marcus Garvey, Malcom X etc. Todos homens, mesmo os contemporâneos. O exercício

5. A autora prefere a grafia em letras minúsculas do seu nome, pseudônimo de Gloria Watkins, para enfatizar a ideia de que a pessoa não pode ser mais importante do que o conteúdo de sua escrita.

torna-se mais difícil quando são intelectuais negras. As estudantes precisam pensar muito até conseguirem citar o nome de algumas escritoras, em geral, famosas – Alice Walker, Toni Morrison e, de vez em quando, Angela Davis (ibid., p. 467).

Grada Kilomba, em *Memórias da plantação*, descreve um exercício semelhante ao de hooks. Para que seus/as estudantes na Alemanha tenham noção de como conhecimento e opressão racial se entrelaçam, ela parte de perguntas simples: “O que foi a Conferência de Berlim em 1884-85? Quais países africanos foram colonizados pela Alemanha? Quantos anos durou a colonização alemã no continente africano?” Conclui com perguntas mais específicas: “Quem foi a Rainha Nzinga e que papel ela teve na luta contra a colonização europeia? Quem escreveu *Pele negra, máscaras brancas*?” (Kilomba, 2019, p. 49). A autora observa que a maioria branca, que sempre fala, desta vez se cala, e os/as não brancos/as, sempre invisibilizados/as, agora passam a ser vistos/as, rompem o silenciamento a que foram submetidos/as. Para Kilomba (2019, p. 50), esse “[...] exercício nos permite visualizar e compreender como conceitos de conhecimento, erudição e ciência estão intrinsecamente ligados ao poder e à autoridade racial”. Esta inversão demonstra o quanto a produção de conhecimento é, ela própria, fruto de relações de dominação e exploração.

Este capítulo é parte de uma pesquisa em andamento, que visa a contribuir com a ruptura de barreiras da invisibilidade de intelectuais negras brasileiras e constitui-se como um esforço teórico-metodológico de uma pesquisadora negra⁶ para apresentar a genialidade de duas intelectuais negras ainda pouco conhecidas no serviço social: Lélia Gonzalez e Beatriz Nascimento. Duas militantes do movimento negro e do movimento de mulheres, cujas dinâmicas intelectual e política fizeram emergir formulações que nos ajudam a compreender a intrínseca e atual relação entre capitalismo, patriarcado e racismo. Abordaremos suas trajetórias de vida, da infância ao amadurecimento político, passando pelo racismo como mecanismo ideológico de dominação de classe. Examinaremos suas contribuições teóricas para a compreensão da simbiose entre capitalismo, racismo e violência patriarcal, principalmente para explicar a condição da mulher negra na sociedade brasileira.

6. Tomamos emprestada a insinuação de Conceição Evaristo (2017), de que nossas *escrevivências* de mulheres negras podem confundir nossas identidades (pesquisadora e objeto de pesquisa). Como a escritora mineira, também não percebemos constrangimento algum nessa (con)fusão.

LÉLIA E BEATRIZ: ANTECEDENTES DE SUAS ESCREVIVÊNCIAS⁷

Filhas da classe trabalhadora, foi a condição de pobreza que marcou as infâncias de nossas duas intelectuais. Lélia Gonzalez nasceu em 1935 na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais. Foi a décima sétima de dezoito filhos de uma empregada doméstica de ascendência indígena e de um ferroviário negro. Maria Beatriz do Nascimento nasceu em 1942, em Aracaju, capital de Sergipe. Foi a oitava entre os/as 10 filhos/as de uma dona de casa negra e de um pai pedreiro, também negro.

Migraram com suas famílias para a cidade do Rio de Janeiro quando ainda eram crianças e, por coincidência, cada uma com exatos 7 anos de idade: Lélia Gonzalez em 1942; Beatriz Nascimento em 1949. Lélia se deslocou da capital mineira para a carioca, com os familiares, com o objetivo de se juntarem ao irmão mais velho, que se tornara jogador de futebol. A família de Beatriz saiu de Aracaju em busca de melhores condições de vida, como milhares de trabalhadores/as do Nordeste o fizeram na década de 1940, de forte migração para o Sudeste. A chegada à então capital do país transformou a vida de ambas.

No quintal da menina Beatriz, plantou-se o que se podia “[...] para criar laços profundos com a nova terra, para ajudar a sobreviver e para complementar a renda familiar” (Barreto, 2018 p. 28). A família reproduziu na cidade carioca o quintal de Aracaju, como forma de recuperação do passado (Vinhas, 2016, p. 28). Formou-se ali um verdadeiro quilombo, como mais tarde seria definido por ela.

Lélia, na chegada à cidade maravilhosa, trabalhou como babá dos filhos de diretores do Flamengo, clube do qual o irmão, Jaime, era jogador. Na família da pequena mineira todos trabalhavam; os estudos se reduziam aos primeiros anos da escola primária. Ela, porém, ao contrário de seus irmãos e irmãs, logo teve a possibilidade de estudar em um dos melhores colégios cariocas (Ratts e Rios, 2010).

A família de Beatriz se instalou no subúrbio do Rio, onde a menina cursou, em escolas públicas, o ensino fundamental e o médio. São poucos os registros sobre a infância e adolescência da autora, inclusive no tocante aos anos de alfabetização. As lembranças que tem são de uma escolarização marcada pelo racismo. Em seus livros didáticos que abordavam personagens negros, todos eram apresentados como “o escravo”. Mesmo Zumbi era considerado escravo, e ela nunca se deparou com uma ilustração do herói de Palmares (Vinhas, 2016, p. 27). Em depoimento,

7. A escrita que nasce do cotidiano, das lembranças, da experiência de vida, que, completamos, são atravessadas pelo racismo, pela desigualdade de classes e pela violência patriarcal (Evaristo, 2017).

Haroldo Costa, destacou que, na infância, viveu as dores do racismo e do sexismo, como tantas outras meninas negras. Por causa do seu cabelo crespo e bem rentinho, a molecada a chamava de João: eu “[...] morria de vergonha toda vez que passava para ir à escola. Para mim, ir à rua era uma tortura” (depoimento de Costa, em 1982). Também se lembra de não ter muitas crianças negras na escola, mesmo sendo pública e próxima da favela. A maioria dos/as filhos/as de trabalhadores/as negros/as não podia frequentar a escola, tendo de vender sua força de trabalho desde a tenra idade. Quem conseguia entrar no ambiente escolar tinha dificuldade para permanecer. Beatriz relata o choque que teve quando um professor, apoiado nas ideias de Gilberto Freyre, explicou que era difícil viver na cidade do Rio de Janeiro no início do século XX devido à grande quantidade de negros e completou dizendo que não havia necessidade de conflitos, porque os negros desapareceriam em pouco tempo como fruto da mestiçagem e embranquecimento da nação (Vinhas, 2016). Este “lugar” destinado aos negros nos livros didáticos marcou intensamente nossa autora sergipana que, mais tarde, dedicou-se justamente a estudá-lo com o devido rigor.

O racismo também marcou a vida de Lélia Gonzalez. No entanto, diferentemente de Beatriz Nascimento, as reflexões sobre discriminação e preconceito ocorreram na fase adulta. Como a sergipana, Lélia compreendeu o quanto o discurso pedagógico brasileiro foi responsável por uma lavagem cerebral. Para a autora, à medida que aprofundava seus conhecimentos, mais rejeitava sua condição de mulher negra. Na faculdade, como ressalta, “[...] já era uma pessoa de cuca, já perfeitamente embranquecida” (Gonzalez, 2018, p. 82). Tornou-se a “[...] pretinha legal, muito inteligente, [que] os professores gostavam”. Para ser aceita, “[...] usava peruca, esticava o cabelo, gostava de andar como uma *lady*” (ibid., p. 82).

Lélia González e Beatriz Nascimento foram das poucas mulheres negras de sua geração que tiveram acesso ao ensino superior. Lélia graduou-se em história e geografia, depois, fez pós-graduação em comunicação e antropologia e, por fim, cursos livres de sociologia e psicanálise (Ratts e Rios, 2010). Beatriz também cursou história e fez pós-graduação *lato sensu* em história do Brasil. Em 1992, voltou à academia para cursar o mestrado em comunicação social, sem conseguir terminar (Barreto, 2018b). Sua passagem pelo espaço acadêmico foi marcada pelas tensões políticas do período militar e as aspirações do movimento de Maio de 1968.

O regime ditatorial prendia, cassava e assassinava, inclusive no meio estudantil, e, no que tange às relações exteriores, em sinal de subserviência aos Estados Unidos, rompeu relações com vários países africanos e cortou a diplomacia com Cuba. Para Vinhas (2016, p. 29), “[...] estes acontecimentos colaboraram para despertar em Beatriz Nascimento uma visão mais crítica do lugar reservado à

população negra na sociedade brasileira”. Atenta aos levantes antirracistas e aos protestos contra a Guerra do Vietnã, que ocorriam em solo estadunidense, ficou impressionada com os atletas que, nas Olimpíadas do México, subiram ao pódio e ergueram o punho esquerdo, saudando os Panteras Negras. Sobre este episódio, Beatriz escreveu que, naquele momento, teve consciência da sua cor preta e decidiu começar seu ativismo político. Iniciou-se ali seu engajamento no movimento negro (Vinhas, 2016).

Para Lélia, a experiência da opressão racial que a empurrou para a militância foi um pouco mais dolorosa. Todo o esforço que fez para adotar a estética da brancura não a protegeu da dor do racismo. O casamento com um homem branco foi rejeitado pela família deste, de ascendência europeia. O marido, Luiz Carlos Gonzalez (de quem ela guardou o sobrenome), terminou por suicidar-se. Esta tragédia pessoal marcou para sempre a vida de Lélia, que agora faria o caminho inverso para se tornar negra. Enegrecer significou profunda mudança pessoal, teórica e política.

A partir daí, fui transar o meu povo mesmo, ou seja, fui transar candomblé, macumba, essas coisas que eu achava que eram primitivas. Manifestações culturais que eu, afinal de contas, com uma formação em Filosofia, transando uma forma cultural ocidental tão sofisticada, claro que não podia olhar como coisas importantes. Mas, enfim, voltei às origens, busquei as minhas raízes. (Gonzalez, 2018, p. 83)

O envolvimento com organizações políticas se consolidou naquele momento, final dos anos de 1960. Lélia passou a ser observada pelo Departamento de Ordem e Política Social (Dops) e informações sobre ela aparecem pela primeira vez nos fichários do órgão em 1972, quando foi solicitada a averiguação sobre seu possível envolvimento no “recrutamento de adeptos à doutrina marxista” na Universidade Gama Filho, onde lecionava filosofia. A ebulição pela qual passa a leva para muitas inserções políticas: “[...] militou no movimento negro, fundou e atuou no Instituto de Pesquisas das Culturas Negras, no Movimento Negro Unificado, no Coletivo de Mulheres Negras N’Zinga. Integrou a primeira composição do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, entre 1985 e 1989” (Barreto, 2018a, p. 15). Além disso, foi integrante do Partido dos Trabalhadores (PT), sendo candidata à deputada federal em 1982; depois, se filiou ao Partido Democrático Trabalhista (PDT), sendo candidata à deputada estadual em 1986. (Ratts e Rios, 2010)

A trajetória política de Beatriz Nascimento também passou por um turbilhão. Nossa historiadora participou ativamente do início do movimento negro contemporâneo no Rio de Janeiro, cujas primeiras reuniões aconteciam no Centro de

Estudos Afro-Asiáticos, abrigado na Universidade Cândido Mendes (Cea/Ucam). Ali se discutiam o racismo, a história da África e sua relação com o Brasil – atividades consideradas “[...] subversivas durante a ditadura militar (1964-1985), pois feriam a Lei de Segurança Nacional, que considerava a discussão sobre o racismo uma incitação ao próprio racismo” (Barreto, 2018b, p. 30). Beatriz também participou do Instituto de Pesquisas das Culturas Negras (IPCN), do Movimento Negro Unificado (MNU), da Sociedade Internacional Brasil-África e foi fundadora do Grupo de Trabalho André Rebouças⁸ na Universidade Federal Fluminense (GTAR/UFF).

Lélia Gonzalez e Beatriz Nascimento foram muito ativas no movimento negro. Deram palestras, organizaram seminários, cursos, conferências, viajaram em função da militância, encontraram outros personagens dentro e fora do Brasil. Conheceram também o racismo em outros países e, como aqui, vivenciaram as experiências de luta contra a dominação e a opressão. Neste denso percurso, desenvolveram suas teorias mais genuínas. Beatriz voltou-se para o estudo do quilombo e Lélia propôs a categoria político-cultural de “amefricanidade”.

A AMEFRICANA LÉLIA E A BEATRIZ ATLÂNTICA

Beatriz Nascimento e Lélia Gonzalez confrontam o *establishment*, que se acostumou a naturalizar o racismo negando sua existência. Recusam deixar apenas brancos falarem de negros/as: “[...] temos que assumir a nossa própria voz” (Gonzales, 1983). Ambas destacam uma realidade que ocupou o núcleo de suas preocupações teórico-políticas: a da “mulher negra”. Gonzalez volta-se para a violência na vida das mulheres negras moradoras das periferias empobrecidas, sem possibilidade de estudar, sem moradia digna, sem sonhos, tendo como forma de sobreviver o precário emprego doméstico. Nascimento (2018, p. 80) enfatiza que, para se compreender a inserção da mulher negra no mercado de trabalho capitalista, é necessário voltar-se à sociedade escravocrata, extremamente hierarquizada, “[...] na qual os diversos grupos desempenham papéis rigidamente diferenciados”.

Durante o escravismo, enquanto às mulheres brancas se impunha o casamento como exigência do moralismo católico e garantia da prole “pura” do senhor,

8. A escolha do nome não foi por acaso: o homenageado foi um abolicionista negro, formado em Engenharia pela Escola Politécnica do Largo de São Francisco, na cidade de São Paulo/SP. Rebouças considerava que a “[...] abolição deveria incluir uma reforma nacional que garantisse concessão de terras e educação para a população negra” (Barreto, 2018b, p. 31).

às mulheres negras eram destinados inúmeros abusos sexuais e outros maus-tratos bárbaros. Segundo os interesses do patriarca e senhor, eram impostas às mulheres negras atividades idênticas às desempenhadas pelos homens negros escravizados; além de trabalhar, sofriam os mesmos castigos.

Todavia, por serem mulheres, também eram sexualmente exploradas⁹. O ventre gerador, considerado a parte produtiva da propriedade escrava, levava os senhores a considerarem as mulheres negras não apenas como trabalhadoras, mas também a reconhecerem em seus corpos uma potência capaz de ampliar o patrimônio. Este olhar patriarcal buscava retirar das mulheres negras o estatuto de humanidade, ao mesmo tempo em que lhes imputava mais uma razão da subalternidade que lhes era imposta.

Gonzalez e Nascimento identificam uma continuidade histórica dos estereótipos das mulheres negras a partir da figura da mucama¹⁰. Nascimento, na contra-mão dos estudos que identificam uma passividade na vida das mulheres negras que servem à casa-grande, enfatiza que eram essencialmente produtoras, trabalhadoras não apenas dos afazeres domésticos (o que, é importante enfatizar, incluía a produção de alimentos para a escravaria), mas também do campo. Além da capacidade produtiva, o fato de serem mulheres as tornavam mães em potencial de novos/as escravizados/as, ou seja, a elas eram atribuídas “[...] a função de reprodutora de nova mercadoria, para o mercado de mão de obra interno” (2018, p. 81).

Para Gonzalez, as mulheres negras são representadas a partir de três noções: a “mulata”, que tem seus corpos sexualizados, “animalizados” e transformados em mercadoria; a “doméstica”, que, de volta à casa-grande, exerce funções vinculadas aos serviços prestados durante a escravidão, “[...] incluindo a exposição à violência sexual” (Cardoso, 2014, p. 975); a “mãe preta”, representada pela sociedade racista como resignada e passiva ante a opressão e a exploração. Gonzalez, inspirada por formulações lacanianas sobre a linguagem como fator de humanização e subjetivação, ultrapassa este estereótipo da figura amorosa, inofensiva, subserviente da mãe preta e a desloca da condição de objeto passivo para a de sujeito político capaz de construir uma “resistência passiva” (Gonzalez, 2018, p. 40). Foi esta que, por meio

9. Angela Davis, ao examinar o caso estadunidense, explica que a “[...] postura dos senhores em relação às escravas era regida pela conveniência: quando era lucrativo explorá-las como se fossem homens, eram vistas como desprovidas de gênero; mas, quando podiam ser exploradas, punidas e reprimidas de modos cabíveis apenas às mulheres, elas eram reduzidas exclusivamente à sua condição de fêmeas” (Davis, 2016, p. 19).

10. Derivada do quimbundo, a palavra *mu’kama* passou a significar, no Brasil, a “[...] escrava negra moça e de estimação que era escolhida para auxiliar nos serviços caseiros ou acompanhar pessoas da família e que por vezes era ama-de-leite” (Gonzalez, 1983, p. 229).

de uma sabedoria ancestral, assumiu uma função materna e, “[...] ao exercê-la, passou todos os valores que lhe diziam respeito para a criança brasileira”, isto é, para a “[...] dita cultura brasileira” (Gonzalez, 1983, p. 235). Ao africanizar a cultura, a mãe preta transmitiu aos filhos dos senhores da casa-grande o que Lélia denominou “pretuguês” – “[...] a marca da africanização do português falado no Brasil” (Gonzalez, 1988, p. 70).

Também a partir dessa perspectiva que destaca a resistência, Nascimento encontrou nos quilombos pistas fundamentais, o que a levaram a demonstrar profunda indignação com os eternos estudos sobre o escravo que a academia teimava em realizar, desenvolvendo “[...] uma narrativa histórica de naturalização e manutenção das pessoas negras como inertes frente à escravidão” (Barreto, 2018b, p. 32). Ora, para sobreviver às dores e humilhações, o povo negro organizou frequentes levantes, lutas e organização de quilombos. Estes, aliás, foram mais que territórios de guerra contra o sistema escravocrata. Tratava-se de “[...] uma forma de organização política e social com implicações ideológicas muito fortes na vida do negro no passado e que se projeta no século XX” (Nascimento, 2018, p. 98). A historiadora reconhece que houve fugas, suicídios, abortos, assassinatos de senhores escravocratas como reação ou vingança contra os maus-tratos e humilhações. Porém, o que impulsionou efetivamente as comunidades quilombolas foi “[...] a capacidade de criar uma sociedade alternativa, com valores próprios, diferentes dos valores dominantes na sociedade em que os negros foram integrados à força” (ibid., p. 99). Neste sentido, as pesquisas da autora voltam-se para a compreensão dos aspectos relacionados ao que denominou a paz quilombola, que correspondem aos momentos de desenvolvimento social e econômico dessas comunidades:

Períodos em que se desenvolveram a agricultura, a pecuária, a fabricação de instrumentos de trabalho e de armas para a defesa. Nestes períodos, os quilombos chegaram a estabelecer relações econômicas dentro do sistema, alugando suas pastagens para o gado de pequenos proprietários, comerciando seus produtos com os habitantes das vizinhanças. (Ibid., p. 100)

O combate aos habitantes dos quilombos, portanto, não pode ser explicado apenas pela referência à diminuição da força de trabalho escravo causada pelas fugas. A repressão foi maior nos “[...] momentos de crise econômica, quando os quilombos vitoriosos chegaram a representar uma ameaça, como seus concorrentes dentro do próprio sistema” (ibid., p. 100). O racismo brasileiro não permitiria que estes territórios de resistências fossem conhecidos, exceto de maneira depreciativa. Assim, os livros didáticos apresentam os/as quilombolas como escravizados/as rebeldes, que não queriam aceitar a escravidão e fugiam para as matas, onde viveriam

de forma mais ou menos primitiva. Nesta perspectiva reducionista, a população dos quilombos é circunscrita ao período da escravidão, o que não permite perceber a continuidade física de muitos territórios quilombolas, que “[...] são atualmente favelas ou ex-favelas com grande contingente de população negra” (ibid., p. 217)¹¹. No percurso de Nascimento, o quilombo passa a ser reconhecido como uma instituição que atravessou o tempo e adquiriu novos contornos na sociedade capitalista. Quilombo é espaço de resistência, de persistência, é território que acolhe e protege os corpos negros da violência racial. Quilombo é o próprio corpo negro ou os corpos negros que se aglutinam e guardam em si a memória ancestral e de resistência.

Gonzalez se dedica à análise do modo de produção capitalista, do seu processo de internacionalização e, no interior deste, da inserção dependente da formação social brasileira. Em diálogo com Louis Althusser e Nicos Poulantzas, a autora considera que, com a determinação econômica, estão as instâncias ideológica e política necessárias à reprodução da estrutura capitalista, sendo o racismo (e o sexismo) um dos principais determinantes da posição dos negros nas relações de produção e distribuição (Gonzalez, 2018). Antecipando-se aos atuais debates sobre a interseccionalidade, observa que, no interior da estrutura capitalista, ganha corpo a divisão racial e sexual do trabalho, que leva à tríplice discriminação sofrida pelas mulheres negras. Se com a pergunta “E a trabalhadora negra, cumé que fica?”, lançada no jornal *Mulherio*, em 1982, a autora denunciava que esta mulher não seria admitida nos postos de trabalho onde se exigia a “boa aparência”, restando-lhe a invisibilidade do emprego doméstico, o que diria hoje em face da precarização ainda maior das relações de trabalho, que insiste em reservar às mulheres negras as ocupações mais degradantes?

Estas e muitas outras indagações sobre o racismo levaram Lélia a perceber um traço comum da presença negra na construção cultural do continente americano. O racismo desempenha um papel ideológico fundamental na internalização da “superioridade” do colonizador pelo colonizado e, visando à exploração e à opressão, assume táticas distintas com ao menos duas faces: a do “racismo aberto” (como a segregação racial estadunidense) e o “racismo disfarçado” – presentes na América Latina –, que prefere classificar como “racismo por denegação”. Enquanto nas sociedades de racismo aberto a miscigenação é impensável perante a busca pela “pureza” e manutenção da “superioridade” branca. Nas sociedades latinas “[...] prevalecem as ‘teorias’ da miscigenação, da assimilação e da ‘democracia racial’” (Gonzalez, 1988, p. 72). Segundo a autora, nesta região constituíram-se sociedades

11. O mesmo, segundo a autora, ocorre em várias regiões do país.

racionalmente estratificadas, que garantem a superioridade branca enquanto grupo dominante, dispensando o recurso ao racismo aberto. É a ideologia do embranquecimento que mantém negros e povos originários na condição de subalternos:

Veiculada pelos meios de comunicação de massa e pelos aparelhos ideológicos tradicionais, ela reproduz e perpetua a crença de que as classificações e os valores do ocidente branco são os únicos verdadeiros e universais. Uma vez estabelecido, o mito da superioridade branca demonstra sua eficácia pelos feitos de estilhamento, de fragmentação da identidade racial que ele produz: o desejo de embranquecer (de *'limpar o sangue'*, como se diz no Brasil) é internalizado com a simultânea negação da própria raça, da própria cultura. (Ibid., p. 73)

Lélia identifica, entre as regiões do continente, vários elementos de africanização, em especial no que tange à resistência cultural dos negros. Procura romper com “[...] a reprodução inconsciente da posição imperialista dos Estados Unidos, que afirmam ser ‘A AMÉRICA’” (ibid., p. 76). Para ultrapassar o debate acerca dos termos “afro-americanos” e “africanoamericano”, que deixam de fora a imensa maioria dos/as habitantes do continente, a autora propõe a categoria político-cultural de “amefricanidade”. Por meio dela, é possível romper limites territoriais, linguísticos, ideológicos e atingir uma consciência efetiva de nós mesmos. Segundo Gonzalez (1988, p. 76), a “[...] amefricanidade incorpora todo um processo histórico de intensa dinâmica cultural (adaptação, resistência, reinterpretção e criação de novas formas)”. A experiência amefricana é a da diáspora, bem distinta daquela dos africanos/as que permaneceram no continente. Todavia, a autora reconhece a herança africana como fonte revivificadora da heroica resistência e “[...] criatividade na luta contra a escravização, o extermínio, a exploração, a opressão e a humilhação”. Este reconhecimento, em última instância, significa identificar e valorizar “[...] um gigantesco trabalho de dinâmica cultural que não nos leva para o lado do Atlântico, mas que nos traz de lá e nos transforma no que somos hoje: amefricanos” (ibid., p. 79).

Nascimento, na contracorrente, buscava os elos da nossa história fragmentada. No roteiro que escreveu para o filme *Ôrí*, de Raquel Gerber (1989), é incessante o movimento estabelecido entre “[...] África e América e novamente Europa e África. Angola. Jagas. E os povos do Benin de onde veio minha mãe”, e conclui: “Eu sou atlântica.” (Nascimento, 1989 apud Ratts, 2006).

Dos processos intelectuais aparentemente solitários, as concepções de Gonzalez e Nascimento se encontram e nos fornecem elementos para compreendermos a estreita relação entre desenvolvimento do capitalismo, racismo e dominação

patriarcal. Os caminhos trilhados por Lélia e Beatriz nos conduzem diretamente para as encruzilhadas das resistências. A amefricanidade de Lélia Gonzalez sempre esteve “[...] nas revoltas, na elaboração de estratégias de resistência cultural, no desenvolvimento de formas alternativas de organização social livre” (Gonzalez, 1988, p. 79), justamente onde se encontra a linha de continuidade histórica dos quilombos estudados pela atlântica Beatriz Nascimento.

REFERÊNCIAS

- BARRETO, Raquel (2018a). Introdução: Lélia Gonzalez, uma intérprete do Brasil. In: BONIFÁCIO, Denise; DEUS, Suelma e VITÓRIO, Kajali (2018). A dimensão étnico-racial na formação e na intervenção dos assistentes sociais: um debate em aberto. *Revista da ABPN*. Ed. Especial, Caderno Temático: Letramentos de Reexistência, v. 10, pp. 425-440.
- CARDOSO, Cláudia Pons (2014). Amefricanizando o feminismo: o pensamento de Lélia Gonzalez. *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis, v. 22, n. 3, pp. 965-986.
- Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) (2005). *Assistentes sociais no Brasil: elementos para o estudo do perfil profissional*. Brasília, CFESS.
- DAVIS, Angela (2016). *Mulheres, raça e classe*. São Paulo, Boitempo Editorial.
- EVARISTO, Conceição (2017). *Becos da memória*. Rio de Janeiro, Pallas Editora.
- GONZALEZ, Lélia (1983). Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Ciências Sociais Hoje*. Brasília, Anpocs, n. 2, pp. 223-244.
- _____(1988). A categoria político-cultural de amefricanidade. *Tempo Brasileiro*. Rio de Janeiro, n. 92/93, pp. 69-82.
- _____(2018a). *Primavera para as rosas negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa*. São Paulo, Editora Diáspora Africana.
- _____(2018b). Introdução: Beatriz Nascimento, uma breve apresentação. In: NASCIMENTO, Beatriz. *Quilombola e intelectual: possibilidades nos dias de destruição*. São Paulo, Editora Diáspora Africana.
- HOOKS, Bell (1995). Intelectuais negras. *Revista Estudos Feministas*. Rio de Janeiro, n. 2, pp. 464-478.
- KILOMBA, Grada (2019). *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro, Editora Cobogó.
- LIRA, Priscila Lemos et al (2019). Assistentes sociais no combate ao racismo: resultado de enquête do Cress (SP). *Anais...* Brasília, v. 16, n. 1, pp. 1-12.
- NASCIMENTO, Beatriz (2018). *Quilombola e intelectual: possibilidades nos dias de destruição*. São Paulo, Editora Diáspora Africana.

- ÔRÍ (1989). Direção: Raquel Gerber. São Paulo, Angra Filmes. 90 min.
- RATTS, Alex (2006). *Eu sou atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento*. São Paulo, Imprensa Oficial.
- RATTS, Alex e RIOS, Flavia (2010). *Lélia Gonzalez*. São Paulo, Selo Negro.
- ROCHA, Roseli (2014). A inserção da temática étnico-racial no processo de formação em Serviço Social e sua relação com a educação antirracista. In: ABRAMIDES, Maria Beatriz e DURIGHETTO, Maria Lúcia (orgs.). *Movimentos sociais e Serviço Social – uma relação necessária*. São Paulo, Cortez Editora.
- VINHAS, Wagner (2016). *Palavras sobre uma historiadora transatlântica: estudo da trajetória intelectual de Maria Beatriz Nascimento*. Tese de doutoramento em Estudos Étnicos e Africanos. Salvador, Universidade Federal da Bahia.
- VITÓRIO, Kajali Lima (2019). *O debate racial na agenda política do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS)*. Dissertação de mestrado em Serviço Social e Políticas Sociais. Santos, Universidade Federal de São Paulo.

A IMBRICAÇÃO DAS RELAÇÕES SOCIAIS DE CLASSE, SEXO, “RAÇA”/ETNIA E LGBTQIA+: DEBATES NECESSÁRIOS ACERCA DAS LUTAS ANTICAPITALISTAS

Alana Andreia Pereira¹

INTRODUÇÃO

A partir dos estudos e pesquisas realizados no Núcleo de Estudos e Pesquisas em Aprofundamento Marxista do Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da Pontifícia Universidade de São Paulo (Neam/PEPGSS/PUC-SP), ao longo dos anos de mestrado e agora de doutorado, bem como por aprofundamentos feitos a partir da tese de doutorado em andamento, pretendemos, com este capítulo, contribuir para o debate das lutas anticapitalistas, defendendo a tese da consubstancialidade e coextensividade das relações sociais capitalistas de classe, sexo, “raça”/etnia e LGBTQIA+.

Defendemos o postulado do marxismo feminista classista que entende haver, na luta anticapitalista, uma imbricação sem hierarquias entre as lutas contra o classismo, patriarcado, racismo e LGBTQIA+fobia. Sentimo-nos contempladas pelo manifesto do “Feminismo para os 99%” da população (Arruzza, Bhattacharya e Fraser, 2019), na defesa de que o nosso feminismo existe pelo fim do capitalismo e do patriarcado, sendo antirracista, anti-imperialista, anti-LGBTQIA+fóbico, ecosocialista – portanto, anticapitalista – e busca unir movimentos sociais, superando oposições ultrapassadas entre “política identitária” e “política de classe”.

1. Pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Aprofundamento Marxista (Neam). Doutoranda em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Mestre em Serviço Social pela PUC-SP e em Avaliação de Gestão de Políticas Sociais pela Université Pierre Mendès/France (UPMF). Assistente social da Prefeitura Municipal de Jaguariúna/SP. E-mail: alana.aap@gmail.com

Partimos do pressuposto de que, quando falamos em classe trabalhadora, recorremos a uma categoria analítica que nos remete à “classe que vive do trabalho” (Antunes, 2009), considerando todos que vivem e sobrevivem “assalariadamente”.

Soma-se a isso tratar-se de uma classe trabalhadora bastante heterogênea, por conter diversas determinações das relações sociais capitalistas. Este fato nos permite dizer que não há hierarquias no interior da classe trabalhadora, mas, sim, determinações consubstanciadas e coextensivas das relações sociais capitalistas enoveladas.

Para fundamentar tais afirmações perpassamos por questões centrais dos debates sobre opressões, exploração do “trabalho livre” e prioridade ontológica da questão de classe. Obviamente, sem secundarizar nenhuma das questões, porém pretendendo atingir a articulação necessária à superação do capitalismo em prol da emancipação humana.

DEBATES FEMINISTAS ACERCA DAS OPRESSÕES NO CAPITALISMO

Barroso (2018) realizou aprofundado estudo acerca dos principais posicionamentos feministas críticos sobre o debate das opressões no capitalismo, identificando quatro teses principais 1. a tese da indiferencialidade do capitalismo sobre as opressões, de Wood (2011 apud Barroso, 2018); 2. a perspectiva da teoria unitária, de Arruzza (2015 apud Barroso, 2018); 3. o postulado da interseccionalidade de Crenshaw (1989; 2002 apud Barroso, 2018); 4. a perspectiva da consubstancialidade e coextensividade das relações sociais, de Kergoat (2009), no cenário do feminismo marxista francófono, Saffioti (2004 apud Barroso, 2018) e Cisne (2014) no feminismo marxista crítico brasileiro. Ressalvando certas divergências existentes entre as autoras com relação a algumas categorias teóricas, concordamos com Barroso quanto a essa forma didática de entender tais teses.

Wood (2011 apud Barroso, 2018) entende que o capitalismo seria indiferente às determinações sociais diferenciadas das pessoas que explora, pendendo para a provável cooptação das opressões disponíveis:

Embora o capitalismo possa usar e faça uso ideológico e econômico da opressão de gênero, essa opressão não tem um status privilegiado na estrutura do capitalismo. Ele poderia sobreviver à erradicação de todas as opressões específicas das mulheres, na condição de mulheres – embora não pudesse, por definição, sobreviver à erradicação da exploração de classe. Isso não quer dizer que o capitalismo tenha passado a considerar a liberação das mulheres

necessária ou inevitável. Mas significa que não há necessidade estrutural específica de opressão de gênero no capitalismo, nem mesmo uma forte disposição sistêmica para ela. (Wood, 2011, p. 232 apud Barroso, 2018, p. 449)

Federici (2017, p. 11 apud Barroso, 2018, pp. 449-450) não partilha com esta ideia. Devemos concordar com ela quando diz que a opressão das mulheres é uma forma constitutiva do capitalismo, reconstruída em seus termos para cumprir novas funções sociais, que nós entendemos serem relações sociais de exploração.

Arruzza (2015 apud Barroso, 2018, p. 450) também se diferencia de Wood, defendendo que a opressão é produzida a partir de uma necessidade do capitalismo. Com a autora temos a defesa da "tese unitária", uma das quatro teses citadas, que afirma: "[...] nos países capitalistas não existe mais um sistema patriarcal que seja autônomo do capitalismo. Relações patriarcais continuam a existir, mas não são parte de um sistema separado" (Arruzza, 2015, p. 37 apud Barroso, 2018, p. 450). Ou seja, a opressão de gênero² existe e é central não como consequência do capitalismo, mas partícipe dele.

Crenshaw (2002 apud Barroso, 2018), a partir de suas experiências no movimento feminista negro norte-americano, forjou o conceito de interseccionalidade, afirmando que raça, gênero e classe estão em intersecção, causando distintas formas de opressão:

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. (Crenshaw, 2002, p. 177 apud Barroso, 2018, p. 451)

A perspectiva da interseccionalidade nos parece mais dialógica que dialética, pois apresenta relações sociais de forma setorializada, contribuindo com a fragmentação ao denotar linearidade a um debate em movimento. Ao fixar os sujeitos em identidades, contribui com a naturalização, o sectarismo e as defesas identitaristas.

É sabido que o conceito de interseccionalidade possui caráter político de extrema relevância para as conquistas do movimento de mulheres negras.

2. Assim como Cisne (2014a; 2014b) preferimos o termo relações sociais de sexo (incluindo sexualidade), pois "[...] busca representar a mediação das relações sociais de classes sociais com as demais relações sociais, se propondo à inserção do debate das opressões entendidas de forma entrelaçada" (Pereira, 2019).

Entretanto, cabe problematizar que sua grande aceitação está relacionada com as opções políticas que o capitalismo nos oferece, sejam elas do liberalismo dos sicários, o neoliberalismo, o populismo reacionário, a “terceira via” – todas estas, vestes usuais do neoliberalismo, ainda que possam se reivindicar como movimento das “esquerdas”.

A luta pressupõe ir contra todas as formas de capitulação das lutas daquelas e daqueles que tiveram seus anseios “incorporados” em pautas de governos, naturalmente, nos termos do capitalismo:

No caso do neoliberalismo progressista, temos como objetivo separar a massa das mulheres da classe trabalhadora, de imigrantes e de grupos étnicos minoritários das feministas do Faça Acontecer, de antirracistas meritocráticos, de anti-homofóbicos e de cúmplices do capitalismo verde e da diversidade corporativa [...]. No que diz respeito ao capitalismo reacionário, temos como objetivo separar as comunidades da classe trabalhadora das forças que promovem o militarismo, a xenofobia e o etnonacionalismo, que se apresentam enganosamente como defensoras do “homem comum”, ao mesmo tempo que, às escondidas, promovem a plutocracia. Nossa estratégia é atrair frações da classe trabalhadora desses dois blocos pró-capitalistas. Dessa forma, buscamos construir uma força anticapitalista ampla e poderosa o suficiente para transformar a sociedade. (Arruzza, Bhattacharya e Fraser, 2019, p. 94)

Com esses direcionamentos em mente, defendemos o posicionamento de Kergoat (2009), Saffioti (2015) e Cisne (2014) quanto tese da consubstancialidade e a coextensividade das relações de classe, patriarcado, “raça”/etnia –, adicionando a LGBTQIA+fobia –, que consiste em compreender as relações sociais como um “nó” de codependência, ou seja, são coextensivas, coproduzem mutuamente e se reproduzem.

As três autoras, no entanto, colocam a questão de formas diferenciadas. Kergoat (2009) defende que:

[...] de acordo com uma configuração dada de relações sociais, o gênero (ou a classe, a raça) será – ou não será – unificador. Mas ele não é em si fonte de antagonismo ou solidariedade. Nenhuma relação social é primordial ou tem prioridade sobre outra. Ou seja, não há contradições principais e contradições secundárias. Quando as mulheres da rede hoteleira Accor enfrentam conflitos, o fazem como mulheres, trabalhadoras, mulheres negras; não fazem reivindicações separadas. Lutando dessa maneira, elas combatem a superexploração de todos e todas, e sua luta, assim, tem alcance universal. (Kergoat, 2009, p. 99 apud Barroso, 2018, p. 453)

Saffioti (2004 apud Barroso, 2018) entende que o conceito de relações entre as classes sociais gozaria de uma regulamentação diferenciada, já que as relações de gênero estariam subordinadas às relações de produção.

A defesa da centralidade ontológica da exploração sobre a opressão é defendida por Cisne (2014), entendendo que a classe, por ter uma prioridade ontológica, pode articular as demais contradições, ou seja, a questão do classismo ganha centralidade em relação ao sexo e à raça não no sentido de secundarizar, mas inferindo que o modo de produção capitalista caracteriza e define a formação social contemporânea.

Destaca-se que, no feminismo materialista, o termo “raça” é utilizado com cunho político, considerando-o um processo que naturaliza a opressão de um grupo social por outros, pautado “[...] num sistema de marcas físicas totalmente arbitrárias que teve a sua origem e causa no sistema escravista do século XVIII” (Cisne e Gurgel, 2014, p. 249 apud Barroso, 2018, p. 454).

Almeida (2016 apud Barroso, 2018) aprofunda a questão compreendendo o racismo como uma relação social que se estrutura política e economicamente, não podendo ser tratado como mero problema ético, categoria jurídica ou problema psicológico.

Em relação à questão “ético-racial” do marxismo e do feminismo, encontramos em Angela Davis (2016), no livro *Mulheres, raça e classe* (publicado em 1981), uma brilhante análise sobre as contradições entre as relações sociais patriarcais, racializadas e capitalistas. A autora não trabalha com o termo consubstancialidade, mas suscita elementos a respeito da imbricação destas questões.

Davis (2016) analisou diversos processos históricos que marcaram as lutas contra as opressões por “raça”, sexo e classe, sendo uma das pioneiras do movimento negro e de mulheres negras a falar sobre a frequente convergência entre racismo e sexismo em prol da manutenção das estruturas do capitalismo.

Ela fala sobre a exploração da força de trabalho das mulheres da classe trabalhadora, evidenciando a superexploração da mulher trabalhadora negra e, também, das violências do sexismo e da ameaça do estupro. Identifica que os ataques às mulheres seguem um padrão estabelecido pelo racismo, o que a faz defender a incorporação da luta contra o racismo à luta do movimento antiestupro da época. Tais elementos expressam o envelhecimento quando infere que a violência sexual é uma das facetas da profunda e contínua crise do capital, que “[...] persistirá enquanto a opressão generalizada contra as mulheres continuar a ser muleta essencial para o capitalismo” (Davis, 2016, p. 203).

As lutas necessárias à superação das opressões estão tão enoveladas que tratar delas de forma parcelizada nos parece impossível. Basta pensarmos na luta antirracista, contra o neocolonialismo e anti-imperialista, já que o:

[...] sistema social que se orgulha do “trabalho livre” e do “contrato salarial” só pôde ter início devido à violenta pilhagem colonial e à “caça comercial de peles negras” na África, seu recrutamento forçado para a escravidão no “Novo Mundo” e a expropriação de povos indígenas. Longe de ser interrompida quando o capitalismo decolou, a expropriação baseada na raça de povos privados de liberdade ou dependentes serviu, desde então, como condição oculta para possibilitar a lucratividade do “trabalho livre”. [...] Em cada fase, até o presente e incluindo-o, a expropriação de pessoas racializadas permitiu ao capital aumentar seus lucros por meio do confisco de recursos naturais e capacidades humanas por cuja renovação e produção ele nada paga. Por razões sistêmicas, o capitalismo sempre criou classes de seres humanos racializadas, que têm sua pessoa e seu trabalho desvalorizados e submetidos à expropriação. (Arruzza, Bhattacharya e Fraser, 2019, pp. 77-78)

As formas de manutenção da taxa de lucro pelo capitalismo nos assola das mais diversas formas, seja por transferências de recursos destinados à política social para o pagamento da dívida pública, ofertas de salários ínfimos no setor de serviços – que visam a substituir o setor industrial e sindicalizado – ou as formas de contratações informais, o microempreendedorismo e as estratégias de endividamento da classe trabalhadora via microcrédito.

Na esteira das opressões necessárias ao modo de produção capitalista, nos propomos a situar o debate da incorporação de algumas pautas da luta LGBTQIA+ pelo capitalismo, o que permitem esboçar como os limites da emancipação política circunscrevem as opressões, uma vez que a população LGBTQIA+ tem sido “aceita” no capitalismo, sob seus termos. Entretanto, a violência promovida pela LGBTQIA+fobia continua firme, deixando mortos e mutilando corpos.

Anterior ao estabelecimento das ideias burguesas como ideias dominantes, igrejas e comunidades diferenciavam o sexo aceito do sexo pecaminoso. Com a complexificação das relações de produção capitalista, o modo de ser burguês foi se delineando, instituindo o binarismo de gênero e a heteronormatividade sob a sanção do Estado. Na difusão da sexualidade “moderna”, não podemos deixar de citar o papel do colonialismo, da cultura de massa e dos repressivos critérios legais estatais – como o reconhecimento legal da família como mulher, homem e filhos (ibid.).

As perspectivas em disputas que corroboram o capitalismo estão entre o reacionarismo sexual e o liberalismo sexual. O autoritarismo sexual advém de formas

“neotradicionais”, que se apresentam como normas atemporais, mas que se modernizaram em resposta ao desenvolvimento capitalista. Opostamente, encontramos um novo projeto, orquestrado pelo liberalismo sexual, que ganha força a partir das desilusões com os projetos societários que transbordaram no movimento de Maio de 1968³ pelo mundo. Tal projeto consiste em:

[...] normatizar formas de sexo que no passado foram tabus no interior de uma zona expandida de regulação estatal e de maneira favorável ao capital que incentiva o individualismo, a vida doméstica e o consumo de mercadorias. (Ibid., p. 69)

Esses fatos ficam evidentes se pensarmos na liberdade *trans*, no direito ao uso de nome social, cirurgias de transgenitalização e outros procedimentos. Enquanto isso, pouco se faz para atingir a estrutura social que perpetua a transfobia e a LGBTQ+fobia. Por exemplo, temos o papel da família na reprodução social, que não é desafiado.

Ademais, exige-se a postura da “normalidade gay”, que pressupõe a normalidade capitalista e, em última instância, corroboram com “[...] a aceitação de pessoas gays ‘sensatas’, ‘corretas’, para legitimar projetos imperialistas e neocoloniais (ibid., pp. 72-73).

O resultado é que hoje os movimentos de libertação sexual estão presos entre a cruz e a espada: um lado quer entregar mulheres e pessoas LGBTQ+ à dominação religiosa e patriarcal, enquanto o outro nos serviria em uma travessa para a predação direta do capital. [...]. Lutamos para libertar a sexualidade não apenas das formas de família procriadora e normativa, mas também das restrições de gênero, classe e raça e das deformações do estatismo e do consumismo. (Ibid., p. 73)

Não desmerecemos as conquistas sociais advindas deste processo de lutas, como o direito ao casamento igualitário, já reconhecido por muitos Estados, mudanças estas associadas ao neoliberalismo. Queremos questionar o custo de tais inserções e as formas escamoteadas que perpetuam as desigualdades sociais, pois, enquanto gays da classe média e da classe dominante adquirem direitos sociais e respeitabilidade, a repressão das pessoas *queer* pobres continua e é ainda mais acirrada quando se trata de grupos étnicos discriminados.

3. Esse mês ficou marcado pela insurgência de diversos movimentos sociais, iniciando com atividades de estudantes, a juventude da época buscava lutar pela liberdade sexual, como também por algumas pautas de luta das mulheres, etc., como a igualdade entre os sexos.

A liberdade individual, na aparência, se opõe às opressões, mas enquanto a estrutura do capitalismo – que emana a opressão – não for desafiada, as opressões, as expropriações e a exploração persistirão.

A POLÊMICA DA CENTRALIDADE DA QUESTÃO DE CLASSE

Aprofundando o debate das opressões, Barroso (2018) expõe sua preocupação em dar centralidade às demais opressões de sexo/gênero e “raça”, propondo-se a discutir uma suposta separação entre exploração e opressões, entendendo que dar centralidade à questão de classe poderia incorrer em fragmentações que impossibilitam a apreensão da perspectiva de totalidade.

A autora refere que a superação das opressões seria impossível sob a lógica do capital, portanto, para ela, a emancipação política e humana da classe trabalhadora depende, de modo indissociável, da superação de todas as formas de opressão:

[...] acredita-se que afirmar o significado sócio-histórico das relações de raça e sexo/gênero também como contradições centrais na reprodução do modo de produção capitalista não significa, em absoluto, negar ou secundarizar a condição determinativa do papel da classe. Ao contrário, refere-se à necessidade de conferir substância material aos modos de ser e reproduzir da própria determinação de classe. Disso decorre que, ao apreendermos como se materializam as relações sociais de produção e reprodução no capitalismo, estamos levando em conta os processos concretos de que se vale a existência dessa forma social, de onde entendemos serem imprescindíveis as determinações de sexo/gênero e de raça, articulando, na perspectiva de totalidade, as determinações de classe. (Barroso, 2018, p. 460)

Concordamos com Barroso no entendimento de que a emancipação humana só é possível a partir da superação de todas as opressões. Inferimos, entretanto, que a emancipação política já foi realizada pela burguesia na construção social do papel do cidadão.

Dar centralidade ao classismo não é igual a secundarizar as demais formas de opressão, nem secundarizar as demais lutas como unidades que revelam a heterogeneidade da classe trabalhadora. Ao contrário, trata-se de evidenciar que tais opressões não nascem no capitalismo, mas são constitutivas da lógica do capital de produção e reprodução social.

Nestes termos afirmamos a centralidade da questão de classe, pois consideramos que a transformação do modo de produção de exploração capitalista pelo

trabalho associado é uma possibilidade concreta, momento essencial e condição *sine qua non* para a superação das demais opressões na transição do socialismo para o comunismo, caso contrário, poderíamos incorrer em uma perspectiva utópica, que desconsidera o processo dinâmico e contraditório das relações sociais.

Requer compreender que a liberdade coletiva – ontológica –, que buscamos com o fim das opressões, se choca com o capitalismo como um limite estrutural. A centralidade vem neste sentido, ou seja, de compreender que é um processo de disputa de consciência de classe, antirracista, contra a LGBTQIA+fóbica e contra o patriarcado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se concordamos que é o ser social dos sujeitos que determina sua consciência, logo, é evidente que a transformação que buscamos não pode se dar somente por uma educação libertária, não classista, antirracista, não heteronormativa e não LGBTQIA+fóbica. Cabe considerarmos que somente a mudança da base real, isto é, do modo de produção, pode transformar a superestrutura jurídica e política expressas nas relações sociais.

Concordamos com Cisne (2018, p. 215) ser “[...] fundamental a intervenção coletiva nas relações materiais que determinam as ideias dominantes”, pois, como o feminismo marxista compreende a opressão das mulheres, ela é constitutiva das sociedades de classes, tem sua gênese no advento da propriedade privada e das lutas de classes, sendo a forma da família nuclear sua expressão contemporânea.

Promover o desenvolvimento dos sujeitos – e não do capital – é a questão central. Para tanto, torna-se imprescindível superar a subsunção do trabalho ao capital por meio do trabalho associado de produtores livres (Iasi, 2005). O fim da forma mercadoria pode permitir, concretamente, priorizar as necessidades dos sujeitos, transformando relações sociais coisificadas em humanizadas.

O fim das opressões requer o fim das desigualdades econômica e sociocultural. Trata-se de ultrapassar a estrutura social na qual vivemos. Afinal, o processo de coisificação das relações sociais é uma expressão do modo de produção coisificado. Contrariar o capitalismo é central, pois, desafiando o contrato social de trabalho forjado pela burguesia de exploração do “trabalho livre” e as demais emancipações políticas contraditórias do mundo civilizado, abrimos a possibilidade concreta de emancipar humanamente não só a classe trabalhadora, compreendida aqui em sua heterogeneidade, mas também emancipar a humanidade.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, R (2009). *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo, Boitempo.
- ARRUZZA, C., BHATTACHARYA, T. e FRASER, N (2019). *Feminismo para os 99%: um manifesto*. São Paulo, Boitempo.
- BARROSO, M. F (2018). Notas para o debate das relações de exploração-opressão na sociedade patriarcal-racista-capitalista. In: *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 133, pp. 446-462, set./dez.
- CISNE, M (2014a). Relações sociais de sexo, “raça”/etnia e classe: uma análise feminista-materialista. In: *Temporalis*. Brasília (DF), ano 14, n. 28, pp. 133-149, jul./dez.
- _____(2014b). *Feminismo e consciência de classe no Brasil*. São Paulo, Cortez.
- _____(2018). Feminismo e marxismo: apontamentos teórico-políticos para o enfrentamento das desigualdades sociais. In: *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 132, pp. 211-230, maio/ago.
- DAVIS, A (2016). *Mulheres, raça e classe*. São Paulo, Boitempo.
- KERGOAT, D. (2009). Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, H. et al. (org.). *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: Editora Unesp, pp. 67-71.
- MARX, Karl (2010a). *Sobre a questão judaica*. São Paulo, Boitempo.
- _____(2010b). *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo, Boitempo.
- _____(2013). *O capital: crítica da economia política. Livro 1: o processo de produção do capital*. São Paulo, Boitempo.
- PEREIRA, A. A (2019). As relações sociais sexuais são centralmente alienadas: contribuições para o debate. In: *Anais do 16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”*, pp. 1-13, Brasília (DF, Brasil).
- SAFFIOTI, H (2015). *Gênero patriarcal e violência*. 2 ed., São Paulo, Expressão Popular, Fundação Perseu Abramo.

A MULHER NEGRA E POBRE NO OLHO DA BARBÁRIE

Eliana Pereira da Silva¹

No “olho do furacão”, e no cerne das contradições do sistema, as mulheres negras recebem as maiores e mais incisivas repercussões da barbárie contemporânea, expressa na vida cotidiana de milhões de trabalhadoras e trabalhadores das cidades e suas periferias. Os mais diversos indicadores sociais exemplificam essas disparidades, expressas também no enfrentamento cotidiano das consequências diretas dessas desigualdades.

A barbárie que acompanhou as grandes crises e inflexões da sociedade moderna, da acumulação primitiva às grandes guerras do século XX, se atualiza hoje como expressão e esgotamento de um ciclo “civilizatório” e o acionamento das suas formas brutais de renovação do capitalismo (Menegat, 2006).

Na atual conjuntura de contrarreformas, um jogo de tensões e agudização das contradições se intensifica a partir da reatualização das determinações sociais e históricas inerentes à formação social do país, ou seja, as decisões pelo alto, a apropriação do fundo público para os interesses privados da burguesia, o autoritarismo, o acirramento das desigualdades estruturais nas formas de dominação-exploração de classe, gênero, raça/etnia.

A expansão do conservadorismo e das forças reacionárias, a militarização da vida cotidiana² e a regressão dos direitos sociais são traços importantes do trato da questão social, expressões da face contemporânea da barbárie (Netto, 2012, 2013).

-
1. Pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Aprofundamento Marxista (Neam). Mestre e doutoranda em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).
 2. De acordo com Barroco (2015), a gestão da crise e das tensões adotada pelo Estado brasileiro em suas funções de articulação entre consenso e coerção passa a se objetivar através de programas sociais compensatórios e da institucionalização da repressão armada e militarização da vida cotidiana. A militarização da vida cotidiana, seja na ocupação de favelas, na desocupação de áreas de moradia no campo e na cidade, no extermínio de indivíduos e grupos sociais, na defesa ideológica do armamento e do aprisionamento em massa, atende aos interesses econômicos e políticos das elites nacionais e internacionais. Além de visar o controle social, participa do processo de acumulação capitalista, favorecendo

A degradação das condições de vida atingem especialmente a população negra, historicamente situada na base da pirâmide da classe que vive do próprio trabalho no Brasil e que, portanto, produz a riqueza. O recrudescimento das condições de vida da população, cada vez mais pauperizada e dependente de programas sociais e de assistência sucateados, é acompanhado do acirramento da repressão e violência.

No Brasil, mesmo diante do período que propiciou o acesso a um padrão maior de consumo nos últimos anos, parte significativa da população subsiste a condições precárias de vida e proteção do trabalho.

Segundo dados de 2016 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Brasil alcançou, nos últimos 15 anos, a melhora de indicadores sociais importantes – como a queda da taxa de mortalidade infantil, a ampliação do acesso à educação, especialmente em relação aos jovens e adultos inseridos no ensino superior, a redução do trabalho infantil, entre outros (IBGE, 2016)³. Apesar desses avanços, as propostas do governo no período de 2002 a 2016 não foram suficientes para o enfrentamento das desigualdades históricas do país.

Em relação à ampliação da participação das mulheres no mercado de trabalho, é importante destacar que se deu, segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), nas ocupações femininas com menor qualificação profissional, alta informalidade e menor renda, quase sempre provenientes das classes mais pobres e majoritariamente negras, expressando, assim, a face precária desse massivo recrutamento de mulheres, alocando-as nos empregos domésticos e de prestação de serviços (Ipea, 2013).

Já a síntese de indicadores sociais (IBGE, 2016) sobre a análise das condições de vida da população brasileira, aponta para uma significativa elevação dos índices de desigualdade, violência e precarização das condições de vida da população, entre a população autodenominada como negra (preta e parda). Os negros são 63% dos desocupados no Brasil (IBGE, 2017) e, quando empregados, apresentam rendimentos inferiores aos demais trabalhadores do mercado formal. De acordo com

interesses de latifundiários, de indústrias de armamento e de segurança, de investimentos imobiliários, eliminando a população sobrando para o capital, disciplinando a força de trabalho para o mercado informal [...] (Barroco, 2015, p. 629).

3. Os dados apresentados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad) 2004-2015 indicam avanços em relação à infância e adolescência, à educação e ao mercado de trabalho. A estimativa da mortalidade infantil no Brasil, em 2015, foi de 13,8 mortes por mil nascidos vivos, segundo a estimativa mais recente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em 2000 esse indicador era estimado em 29,0 mortes por nascidos vivos. Em relação ao trabalho infantil de crianças de 05 a 09 anos de idade, em 2005, 1,8% trabalhavam e em 2015 0,6 (IBGE, 2016).

o Ipea (2016), 39,1% das mulheres negras ocupadas estão inseridas em relações precárias de trabalho, seguida pelos homens negros (31,6%), mulheres brancas (27,0%) e homens brancos (20,6%). As disparidades em relação ao mundo do trabalho revelam, para além dos números, o peso das determinações sociais e históricas às quais uma fração expressiva de mulheres e negros empobrecidos estiveram no limiar do trabalho formal e assalariado.

A maioria das mulheres que vivem em condições precárias, que moram em favelas e periferias no Brasil, é negra, bem como a maioria das que trabalham. No conjunto da população trabalhadora, a mulher negra figura o contingente mais explorado e oprimido: compõe o quadro de terceirizados e quarteirizados no mercado de trabalho, recebendo, em média, menos de dois salários-mínimos por mês.

É importante destacar que, no processo da precarização das condições de vida e de trabalho, no cenário de crise política e econômica, as mulheres em geral – e particularmente as mulheres negras – são as que mais sofrem com a retirada de direitos proposta pelos planos de austeridade.

A partir das ações do congelamento dos gastos com serviços públicos nos próximos 20 anos, conforme a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 55, de 2016, cerca de 543 mil benefícios do Programa Bolsa Família (PBF) foram cortados no ano de 2018 (Madeiro, 2017) (PEC 55/2016). Segundo pesquisas, é o maior corte da história do programa, que existe há 15 anos e impactou de forma importante as condições de vida e sobrevivência das famílias pobres, especialmente no que se refere à autonomia das mulheres⁴. Os cortes nas áreas da assistência e saúde já sinalizam impacto em indicadores como aumento da taxa de mortalidade infantil e problemas relacionados à primeira infância⁵.

Os retrocessos e cortes de investimentos para os serviços públicos oneram o trabalho das mulheres, . que, mesmo diante dos avanços e conquistas em relação

4. Esta é uma das conclusões do livro *Vozes do Bolsa Família: autonomia, dinheiro e cidadania* (Editora Unesp) de Walquíria Leão Rego, professora de Teoria Social da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), e Alessandro Pinzani, professor de Ética e Filosofia Política da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Durante cinco anos, entre 2006 e 2011, os dois pesquisadores fizeram cinco viagens para entrevistar mulheres titulares do Cartão da Cidadania, que dá acesso ao benefício, em regiões de Minas Gerais, Alagoas, Piauí e Maranhão. Ao todo, foram 150 entrevistadas. O objetivo da pesquisa era compreender de que forma a nova renda e sua regularidade tinha modificado as suas vidas. Fonte: Geledés. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/o-impacto-do-bolsa-familia-entref-as-mulheres/>. Acesso em: 8 maio 2018.

5. Estudos recentes analisam impacto da retirada de investimento nos programas de transferência na saúde e mortalidade infantil, autonomia e condição de vida das mulheres. Fonte: UOL. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2018/05/26/corte-bolsa-familia-investimento-saude-mortalidade-infantil-estudo.htm>. Acesso em 8 ago. 2018.

aos direitos nas últimas décadas, ainda são as principais responsáveis por todo o trabalho da reprodução, isto é, o trabalho doméstico, o cuidado com as crianças e idosos etc.

No Brasil, a maioria das famílias que são chefiadas por mulheres, é de mulheres negras (Ipea, 2016). Historicamente, mesmo tendo companheiros, são elas as responsáveis pela própria sobrevivência e a de seus familiares.

Os ataques à previdência social prejudicam, sobretudo, as mulheres que trabalham em média mais horas por semana, considerando a dupla jornada de trabalho. Também são as mulheres que começam a trabalhar mais cedo. O aumento da contribuição previdenciária dos trabalhadores domésticos de 15 para 25 anos atinge especialmente as mulheres negras, pois a maior parte dos(as) trabalhadores(as) domésticos(as) é composta por mulheres, na sua maioria negras.

As mulheres negras são as que pagam, proporcionalmente, mais impostos para o sistema tributário brasileiro. De acordo com o estudo realizado em 2018 pelo Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc), os 10% mais pobres da população, compostos majoritariamente por negros e mulheres, comprometem 32% da sua renda com impostos, enquanto os 10% mais ricos, na maioria brancos e homens, empregam cerca de 21% em pagamento de tributos⁶ (Inesc, 2018).

A reforma trabalhista aprovada em 2017 atinge principalmente os trabalhadores informais, mulheres, negros e a população LGBTQIA+ – que são a maioria da população inserida em trabalho terceirizado (Abramides, 2018).

Mulheres negras constituem maioria entre as mulheres chefes de família e na formação de famílias monoparentais. É relevante destacar que o exercício da maternidade, difícil para as mulheres pobres em geral, incide sobre as mulheres negras com um agravante: o genocídio da população jovem e negra assola as periferias das grandes cidades com presença constante do medo e situações de violência.

O sexismo, o racismo e a pobreza submetem as mulheres negras às piores condições de vida e dificuldades de acesso aos serviços e direitos sociais, forjando experiências de vida cotidiana marcadas pela multiplicidade de violências sobrepostas, a reificação e objetificação das relações de trabalho, além das violências produzidas pelas forças de segurança do Estado, do crime organizado e das milícias.

6. Segundo o Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc), mulheres negras pagam proporcionalmente mais impostos do que homens brancos. Segundo Evilasio Salvador (UNB), coordenador da pesquisa, a comprovação foi obtida a partir do cruzamento de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) e Pesquisa de Orçamento Familiar (POF), ambas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Fonte: Carta Maior. Disponível em: <https://www.carta-maior.com.br/?/Editoria/Politica/No-Brasil-mulheres-negras-pagam-mais-impostos-do-que-homens-brancos%250A/4/31788>. Acesso em 25 jun. 2018.

Na trajetória de vida das mulheres negras e pobres da periferia não é incomum a experiência de afastamento dos filhos, em razão da dificuldade e da falta de meios para assisti-los ou por motivo de institucionalização (abrigo e reclusão). Muitas vezes consideradas como as únicas responsáveis pelas famílias, carregam o jugo de uma vida marcada pela luta, pela defesa e garantia dos direitos dos filhos. Usualmente, são responsabilizadas e discriminadas pelos serviços, sentem-se culpadas pelas situações e oprimidas em seu direito de serem mulheres e mães. A preocupação com os filhos e com os demais retrata importante traço da construção social do gênero em nosso país – a superexploração e a subjugação, associadas à responsabilidade exclusiva pela reprodução social da vida.

As violências sexista e racista condicionam a experiência de vida da população em geral – e das mulheres negras em particular. O Brasil ocupa o quinto lugar no *ranking* de índice de violência contra a mulher. O perfil preferencial das mulheres vítimas de homicídios são meninas e mulheres negras, a maioria com idade de 18 a 30 anos (Waiselfisz, 2015). A análise das taxas de homicídios de mulheres, considerando a questão da incidência de raça/cor na violência letal, indica aumento de 54% nos últimos 10 anos, enquanto a quantidade anual de homicídios de mulheres brancas diminuiu 9,8%.

Os índices alarmantes de violência dirigida à população negra nos últimos anos, expressam um ciclo de desenvolvimento do capital com limites claros das possibilidades de emancipação da população negra.

No jogo das contradições desse cenário de barbárie, torna-se imprescindível desvelar o caráter estrutural do patriarcado e do racismo e a maneira como se articula a organização, a hierarquização e a dominação-exploração de determinados segmentos da população. Estruturalmente, tais questões incidem sobre o cotidiano da maioria da população, na configuração das suas lutas e como o Estado, em seu modo burguês, representará, especialmente nos momentos de crise, os interesses de determinada classe em detrimento de outras.

No Brasil, a ascensão das forças mais conservadoras e reacionárias, que opera em diferentes esferas da sociedade, encontra respaldo em movimentos da ultradireita financiados pela burguesia nacional e internacional. Tal cenário, caracterizado por alguns como abertamente fascista (Iasi, 2017), alimenta uma cultura que se expressa em várias formas de ódio e intolerância, na defesa aberta de pautas que se dirigem à regressão de direitos e perspectivas de ações no campo democrático.

De acordo com Abramides (2018), desde 2016 tramitam no Congresso Nacional 55 projetos de lei cujas ameaças se referem especialmente à desregulamentação do trabalho, ao avanço da privatização e das medidas relacionadas com a violação e quebra de direitos sociais referentes à raça, gênero, etnia e orientação

sexual, por exemplo: a instituição do estatuto da família com retrocesso para grupos LGBTQI+; a instituição do estatuto do nascituro inviabilizando inclusive o aborto previsto no Código Penal; a redução da idade penal, entre outros.

As disputas em torno da “ideologia de gênero” compõem o cenário de crises e acirramento do conservadorismo em suas diversas perspectivas. A apologia dos conservadores aos valores da família tradicional, por exemplo, conecta-se às propostas de privatização e regressão dos direitos sociais, na qual as famílias são responsabilizadas pela reprodução social em um contexto de desproteção social.

Também destaca-se, nesse cenário, o controle da sexualidade e a repressão aos movimentos sociais vinculados à politização e luta pela manutenção e expansão dos direitos sociais. A concepção patriarcal de família é convocada como eixo fundamental da organização e manutenção da ordem social.

Acirra-se o controle do corpo das mulheres, questão presente em vários momentos da história, que se reatualiza com o chamamento das mulheres para a esfera privada – responsabilizando-as, isolada e exclusivamente, por toda a economia e cuidado das famílias.

Essas são apenas pistas de como o conservadorismo reacionário no contexto de barbárie neoliberal se volta para a “restauração” da ordem desafiada pelos movimentos sociais, vinculada a pautas raciais, de gênero, e pela conquista de direitos nos últimos 15 anos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As promessas do progresso e desenvolvimento do capitalismo nunca foram realidade concreta na vida de grande parte da população negra, mulheres e trabalhadores pobres do Brasil. Os poucos avanços na melhoria das condições de vida, bem como o ingresso de esferas da população pobre no mercado de consumo, são contraditoriamente limitados pelo avanço de uma política macroeconômica de exploração e precarização das condições de vida e trabalho de grande parte da população, especialmente para a população negra e pobre.

O capitalismo tem a barbárie como algo que lhe é inerente: a violência e a superexploração de determinados segmentos, sustentadas pelo machismo e pelo racismo estruturais do modo de produção.

Historicamente, mulheres negras, pobres e periféricas estiveram submetidas às piores condições de vida, à superexploração e à violência. Como sujeito político da luta de classes, construíram meios de luta e resistências históricas que, de alguma

forma, solaparam e contribuíram para fazer frente ao sistema de exploração-dominância. São muitas as histórias invisibilizadas nos registros da história “oficial”, com a presença importante na cultura e no legado para as lutas contemporâneas.

O debate sobre as lutas e resistências das mulheres nas periferias da cidade, especialmente o mais contemporâneo e realizado pelas lideranças mais jovens, não está descolado do debate sobre a violência urbana, a guerra às drogas, o genocídio da população jovem e negra, o encarceramento em massa, entre outras iniquidades. Isso porque as premências da luta pela sobrevivência e ampliação das condições de vida e igualdade de direitos (gênero e raça) estão atadas no cotidiano e nas experiências vividas em seus territórios. Elas são, entre várias expressões de luta, as principais responsáveis pelo protagonismo dos movimentos contra a impunidade e a sistemática violação de direitos humanos, a exemplo do Movimento Mães de Maio e outros modos de organização coletiva e comunitária.

Apesar de a luta de classes basear-se na exploração de uma classe sobre a outra, isso não significa que, na classe trabalhadora, não existam diferentes expressões da história de organização, resistência e luta pela emancipação da classe. Se, por um lado, as transformações do mundo do trabalho arrefeceram as tradicionais formas de organização da luta dos trabalhadores e potencializou o individualismo, por outro, novas maneiras de expressão e organização da luta estão por se entender na contemporaneidade da crise estrutural do capital.

REFERÊNCIAS

- ABRAMIDES, Maria Beatriz (2006). *O projeto ético-político profissional do serviço social brasileiro*. Tese de doutoramento em Serviço Social. São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- _____. (2016). *80 anos de Serviço Social no Brasil: organização política e direção social da profissão no processo de ruptura com o conservadorismo*. Serviço Social & Sociedade. São Paulo, n. 127, pp. 456-475, set./dez.
- _____. (2018) *Trabalho, Sindicato, Saúde e Serviço Social: Crise do capital e desafios para a classe trabalhadora*. São Paulo, no prelo.
- ACQUAVIVA, Graziela (2015). *Vítimas indiretas dos homicídios: testemunho de mulheres em São Paulo*. Tese de doutoramento em . São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- ACQUAVIVA, Graziela e ISOLDI, Isaura (2002). Vidas nuas, mortes banais. *Serviço Social & Sociedade*, n. 70, São Paulo, Cortez, julho.
- BARROCO, Maria Lucia S (2015). Não passarão! Ofensiva neoconservadora e Serviço Social. *Revista Serviço Social e Sociedade*. São Paulo, 124, pp. 623-636, out./dez.

- BRASIL (2015a). Secretaria de Políticas para as Mulheres. Relatório Socioeconômico da Mulher- 2014. Brasília.
- _____(2015b). Ministério das Mulheres e da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos. Balanço – Uma década de conquistas. Ligue 180. Central de Atendimento à mulher. Secretaria de Políticas para as Mulheres. Brasília.
- CARNEIRO, Fernanda (2006). Nossos Passos vêm de longe... In. WERNECK, Jurema (org.). *O livro da saúde das mulheres negras: nossos passos vêm de longe*. 2 ed. Rio de Janeiro, Pallas/Criola.
- CARNEIRO, Sueli (2003). Mulheres em movimento. *Estudos Avançados* v. 17, n. 49, Paulo Set./Dez. 2003.
- _____(2011). *Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir da perspectiva de gênero*. Geledés, Disponível em: <https://www.geledes.org.br/enegrecer-o-feminismo-situacao-da-mulher-negra-na-america-latina-partir-de-uma-perspectiva-de-genero/>. Acesso em: 14 maio 2014.
- _____(2011). *Racismo, Sexismo e Desigualdade no Brasil*. São Paulo, Selo Negro.
- CARNEIRO, Sueli e SANTOS, Thereza (1985). Mulher Negra. In: COSTA, Albertina Gordo de Oliveira (org.). *Política Governamental e a mulher. Década da Mulher*. Governo do Estado de São Paulo.
- CASTELO, Rodrigo (2012). O novo desenvolvimentismo e a decadência ideológica do pensamento econômico brasileiro. *Serviço Social & Sociedade*. São Paulo, n. 112, pp. 613-636, out./dez.
- Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN) (2014). Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias. Infopen Mulheres, jun.
- IASI, Mauro Luís (2017). O Serviço Social aos 80 anos diante de um novo Brasil. *Serviço Social & Sociedade*. São Paulo, n. 128, pp. 72-84, jan./abr.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2014). Estatística de Gênero. Uma análise dos resultados do Censo Demográfico 2010. *Estudos e Pesquisas. Informação Demográfica e Socioeconômica*. Rio de Janeiro, n. 33.
- _____(2016). Síntese de Indicadores Sociais. Uma análise das condições de vida da população brasileira – 2016. *Estudos e Pesquisas. Informação Demográfica e Socioeconômica*. Rio de Janeiro, n. 36.
- Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC) (2018). Completar referência.
- Instituto de Pesquisa Econômica Avançada (IPEA) (2013). *Dossiê mulheres negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil*. Brasília.
- _____(2016). Ministério do Planejamento, Gestão e Orçamento. *Mulheres e trabalho – breve análise do período 2004-2014*. Nota técnica n. 24. Brasília,
- Instituto Patrícia Galvão (2017). *Feminicídio. #Invisibilidade que mata*. São Paulo, Fundação Rosa Luxemburgo.

- MADEIRO, Carlos (2017). Com redução de 543 mil benefícios em 1 mês, Bolsa Família tem maior corte da história. *UOL*. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2017/08/11/bolsa-familia-reduz-543-mil-beneficios-em-1-mes-programa-tem-maior-corte-da-historia.htm>. Acesso em: 8 maio 2018.
- MENEGAT, Marildo (2006). *O Olho da barbárie*. São Paulo, Editora Expressão Popular.
- NETTO, José Paulo (2012). Crise do capital e consequências societárias. *Serviço Social & Sociedade*. São Paulo, n. 111, pp. 413-429, jul.set.
- _____(2012). *Crise do Socialismo e Ofensiva Neoliberal*. 5 ed. São Paulo, Cortez Editora.
- _____(2013). Uma face contemporânea da barbárie. *Revista Novos Rumos*. Marília, v. 50, n. 01.
- PASSOS, Najla (2014). No Brasil, mulheres negras pagam mais impostos do que homens brancos. *Revista Carta Maior*. Disponível em: <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/No-Brasil-mulheres-negras-pagam-mais-impostos-do-que-homens-brancos%250A/4/31788>. Acesso em 25 jun. 2018.
- WASELFSZ, Júlio Jacobo (2015). *Mapa da violência 2015*. Homicídio de Mulheres no Brasil. Brasília.
- _____(2016). *Mapa da Violência 2016. Homicídios por armas de fogo no Brasil*. Brasília, Flasco Brasil.
- WERNECK, Jurema (2009). *Nossos passos vêm de longe! Movimentos de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo* In: *Vents d'Est, vents d'Ouest: Mouvements de femmes et féminismes anticoloniaux* [en línea]. Genève: Graduate Institute Publications, 2009 (gerado el 13 octubre 2016). Disponível em <http://books.openedition.org/iheid/6316>. Acesso em: 8 ago. 2017.
- WERNECK, Jurema e LOPES. F. (orgs.) (2012). *Saúde da População Negra*. 2 ed. Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN).

O MITO DA PROTEÇÃO CONTRA A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Talita Melo¹

Nina, assistente social que trabalhou por quatro anos num Centro de Defesa e Convivência da Mulher (CDCM)², disse, em entrevista concedida no bojo da minha pesquisa de mestrado³:

Esse espaço de escutar, de escutar elas, de acolher, delas entenderem que elas não estavam erradas. Eu acho que o acolhimento, o principal, assim, o acolhimento, o espaço. Um espaço que elas possam simplesmente falar, independente de qualquer denúncia, de [...] o acolher mesmo, o escutar. Eu acho que elas não vieram nem ouvir, mas foi mais falar [...]. (grifos nossos)

Havia lhe perguntado, assim como às outras entrevistadas, que função cumpria os CDCMs. Obviamente, não me referia à tipificação formal do serviço e seus objetivos manifestos. Perscrutava o objetivo e o funcionamento reais da declarada política de proteção social a vítimas de violência doméstica. Não apenas Nina, mas todas as entrevistadas recorreram às palavras “escuta” e “acolhida” para distinguir o papel essencial do serviço.

-
1. Advogada e mestra em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo(PUC-SP). Este artigo é baseado na dissertação de mestrado desenvolvida entre 2016 e 2019 no Programa de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), defendida com o título *O mito da proteção da segurança social contra a “violência doméstica”: reestruturação do contrato sexual-racial na dinâmica de Centros de Defesa e Convivência da Mulher da cidade de São Paulo*. A pesquisa desenvolvida consistiu em: i) traçar perfil das mulheres atendidas; ii) entrevistas de seis trabalhadoras de três Centros de Defesa e de Convivência da Mulher (CDCMs), localizados no extremo leste da cidade de São Paulo; iii) “memórias de campo”, oriundas de três anos (2014 e 2017) em um dos CDCMs em trabalhei.
 2. OCDCM é um serviço da proteção especializado da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social de São Paulo (SMADS), voltado ao atendimento de mulheres em situação de violência doméstica.
 3. Os nomes que aparecem neste artigo foram criados para identificar as trabalhadoras, preservando suas identidades pessoais. Todas concordaram em conversar comigo sobre suas experiências na rotina de atendimento nos CDCMs.

Eliana, psicóloga em um CDCM, descreve, por sua vez, o manejo profissional em que consiste o “acolher”:

[...] é acolher a dor dessa mulher, é acolher o sofrimento dessa mulher e construir possibilidades, né? [...] o processo de construção de enfrentamento à situação de violência, ele também ocorre em equipe. Então os casos são discutidos, chega determinado caso, esse caso é discutido dentro da equipe, o profissional que a atendeu [traz] o relato da história dessa mulher e a gente discute em equipe algumas possibilidades. [...] após essa escuta [...] a gente pensa dentro daquilo que ela trouxe alguns caminhos possíveis, algumas rotas possíveis para isso e, depois, a gente leva novamente pra essa mulher e ali são feitas algumas propostas pra ela, que às vezes a mulher acha interessante, ou a gente repensa [...]. Então a gente vai construindo com essa mulher outras rotas. (grifos nossos).

O “acolhimento” se manifesta na forma de um “engendramento” das atendidas a um “processo” por “rotas” e “caminhos” tecidos por um fazer “cuidadoso” das funcionárias. A rotina também se mostra na dinâmica coletiva das atividades desenvolvidas nos CDCMs, em que o acolhimento se traduz num “introduzir à convivência”: *“Em conjunto, a gente sempre pensa, olha, é importante inserir numa oficina, não apenas enquanto um espaço de geração de renda, mas muito mais como um espaço de convivência, né?”*.

O comprometido trabalho das funcionárias desses serviços está, inclusive, na contramão da maioria dos serviços e soluções para a violência doméstica criada até aproximadamente os anos 2000, marcados, segundo Eliana, por “ouvidos surdos”. No século XXI, um novo paradigma de proteção às mulheres se desenvolveu, na confluência do desenvolvimento concomitante da implementação do Sistema Único da Assistência Social (SUAS) e da reconfiguração da política de enfrentamento à violência doméstica, manifesto na Secretaria de Políticas para Mulheres (SPM), núcleo de tais políticas. O enfrentamento da violência doméstica resumia-se a acolhimento sigiloso (casas abrigo) e “denúncia” (Justiça criminal). Hoje, a política se projeta como uma rede de serviços expandida e articulada, calcada no objetivo da prevenção. Não mais centrado apenas no episódio em si da violência e/ou em suas consequências para o agressor, o tratamento atual é marcado por permanência, cotidianidade e por dirigir-se, sobretudo, às mulheres – agredidas ou não – num intuito preventivo de “sensibilização política” (Melo, 2019, pp. 145-154 e pp. 192-213).

Há um deslocamento do foco nos atos criminosos do agressor, ainda existente, para a violência como percebida pelas mulheres (dor, sofrimento, angústia, raiva, esperança etc.). A própria Lei Maria da Penha (LMP), vigente desde

7/8/2006, é bastante reveladora do “novo paradigma protetivo”. Em detrimento da noção de “tipo penal” (crime), ainda que persista o disciplinamento judicial-penal, são “[...] as formas de violência” previstas no artigo 7º (Brasil, 2006) que dão à lei a peculiaridade que tanta legitimidade política lhe trouxe. Ao contrário da razão penal clássica, em que a vítima, confiscada do conflito penal, somente aparece objetivada na ordem violada (lesão corporal, ameaça, dignidade sexual) por meio das “formas de violência”, a LMP faz aparecer a vítima subjetivamente, pelos afetos que experimenta na situação de violência, detalhadamente descritos nos incisos que tratam dos cinco tipos de violência.

O que é acolhido pelas funcionárias dos CDCMs na forma de “rotas” e “convívio” são os afetos ligados à violência sofrida (apatia, desânimo, rancor, tristeza, irritação etc.), expressivos de uma “reação” das mulheres que procuram os serviços quando algo vai mal na rotina doméstica. Essa reação com a qual lidam as funcionárias é incorporada a uma rotina de orientações e encaminhamentos em uma rede de serviços de proteção (apoio psicológico, delegacias especializadas, defensorias públicas, orientação jurídica, atividades de terapia ocupacional, casas abrigo etc.), apostando-se na reversão do afeto deprimido em afeto de ruptura com a violência.

Destacados aspectos de uma proteção estruturada, conforme a razão dos afetos, revelam que prepondera uma espécie de promoção da segurança emocional das atendidas nos CDCMs, cujo vínculo afetivo com as profissionais também é um dos pilares. A modalidade protetiva baseada em afetos não é novidade em termos de política de segurança social. De acordo com Sposati (2016), seguranças “de convívio” e “de acolhida” são modalidades protetivas da política de proteção social estruturada a partir da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), de 2004, que estabeleceu as diretrizes do Suas [Sposati, 2016, pp. 7-13].

Diante da crise irrestaurável da economia capitalista, que aponta para a derrocada da sociedade salarial e o fim do modo de vida baseado na proteção do salário, Sposati, ante o alargamento “dos esquecidos e invisíveis da bacia das almas”, defende uma “repactuação da política de proteção social” que leve à reconfiguração da política de assistência social no sentido de “respostas não financeirizadas” à “necessidades sociais desmercadorizadas” [Sposati, 2016, p. 11 e 12], levando a cabo, inclusive, uma reivindicação histórica contra a perspectiva do mínimo da assistência social, grosso modo, seu caráter residual (Pereira, 1995).

Ironicamente, o ideal de alargamento dessa modalidade protetiva defendido por Sposati (2016) tem se concretizado de modo a conformar um padrão de proteção de crise, conforme demonstra o estudo de Boschetti (2016), e a operar uma captura ideo-política do enfrentamento da “questão social”, segundo Mota (2010). Essa expansão e centralidade que a política de assistência social vem adquirindo

é, na acepção de Netto (2013). De acordo com o autor, a maximização de um mínimo, pode ser verificada no estabelecimento da global meta de “erradicação da miséria”, que, em sentido contrário, “reduz a proteção social a um direito à assistência social”, cujo significado é a proliferação de ações ultrafocalizadas, paradoxalmente, no alargado setor dos supérfluos que se amontoam numa crise permanente. Nesse passo, não só a maximização das funções políticas da assistência social não enfrentam o velho problema do “mínimo”, como, segundo se depreende de Netto (2013), o mínimo adquire função máxima, já que a proteção social no início do século XXI, centrada na política de assistência social, adquire a função de “gestão dos miseráveis”. Isto é, contenção dos supérfluos do sistema econômico vigente e produção e administração do estado de exceção em que vivem esses esquecidos, no caso “as esquecidas da bacia das almas”.

A condição de supérfluas (Scholz, 2016) marca o perfil das mulheres atendidas nestes CDCMs (Melo, 2019, pp. 21-40). São, em sua maioria, mulheres negras que chefiam famílias em contextos de miséria, em situação de desemprego ou precariedade, cujos rendimentos insuficientes são garantidos ou complementados com aqueles oriundos de programas de transferência de renda, dos quais a maioria é beneficiária. Como demissão da vida social organizada em torno do salário, esse “matriarcado da miséria” (Carneiro, 2011) termina de ser inscrito com a inclusão dessas mulheres no contrato sexual-racial, submetidas ao poder político-jurídico do macho de instaurá-las no limiar entre a vida e a morte. Empurradas, assim, pelo racismo-sexismo-capitalismo, a um viver no registro de uma vida sócio-psíquica de um “não valor” (Scholz, 1996), a superfluidade de suas existências é subjetivamente marcada por apatia e solidão, como observa Rosa, advogada:

Porque eu sinto uma solidão enorme na fala das mulheres, assim, sabe? [...] Eu sinto que é uma solidão muito profunda, assim [...]. É tão violento, assim, o dia a dia, que não tem essas possibilidades de encontro. Então acho que o CDCM termina sendo esse lugar pra elas, assim. Um lugar [para] estabelecer relações. (grifos nossos)

A gestão social dessas subjetividades supérfluas foi o que Nina, involuntariamente, também acabou por formular:

Eu entendia esse espaço como mínimo e, quando elas me colocavam o que era esse espaço pra elas, elas colocavam como máximo pra vida delas [...]. Então, eu comecei a refletir que talvez não seja um espaço mínimo mesmo, mas um espaço máximo para elas. Não tô falando nem de algo material, mas de um espaço de escuta mesmo, de fortalecer de verdade [...]. A gente fica muito na teoria nesses diálogos e aí, quando a gente vê algo se concretizando, a pessoa ali, pelo menos,

se sentindo à vontade pra falar, sendo acolhida, a gente vê que não é um espaço mínimo [...]. Se você vê uma mulher falando que esse espaço foi importante, esse mínimo, pra ela, se tornou um máximo. (grifos nossos)

Ao dizer que esse mínimo “não tem a ver com algo material”, mas com escuta/acolhida, Nina se aproxima de Sposati (2016) no destaque às modalidades de seguranças “não financeirizadas”, já que o central ou diferencial no tratamento ofertado nos CDCMs é justamente esse acolhimento cuidadoso. Porém, ao constatar que a escuta/acolhida é um “mínimo que é máximo”, ela permite que estendamos a essas modalidades de proteção a crítica que Mota (2010) e Netto (2013) dirigem às modalidades financeirizadas da política de assistência social (programas de transferência de renda). Se para Sposati a existência de tais modalidades “não-financeirizadas” romperia com a lógica criticada por Mota e Netto, Nina revela o contrário e nos oferece a possibilidade de pensar criticamente o modo “feticizado” como também o enfrentamento da violência doméstica é feito.

Dessa maneira, a hipótese levantada é que esse mínimo da escuta e da acolhida da mulher equivale a uma gestão dos afetos ligada à reação das mulheres perante a violência doméstica. Significa pôr em questão se a segurança emocional promovida nos CDCMs não opera uma política de segurança, em face da potencial violência das mulheres, relativa à violência doméstica, na medida em que a acolhida consiste em um processar burocrático-afetuoso da reação em forma de afeto.

Na reflexão de Stella, orientadora socioeducativa em um dos CDCMs, são encontrados subsídios que corroboram tal hipótese e ajudam a avançar em sua elaboração. Lentidão, repetição e uma espécie de aprisionamento psicológico às medidas sugeridas pelas profissionais parecem marcar a rotina do CDCM:

Pra mim a função do CDCM é isso, é essa ponte aí. É de acesso aos direitos [...]. Mas isso acontece de uma maneira muito devagar, assim, muito devagar. Como se fosse necessário que ela permanecesse ali durante um tempo. Então o que eu imagino como romper o ciclo de violência que é pra ontem, o CDCM, não, o CDCM é marcar um atendimento, atendimento psicológico, daqui um tempo. Uma pessoa que tá num ciclo extremo de violência doméstica não dá pra ter atendimento semanal, sabe? O que eu tive no Coletivo Mulheres de Ori[coletivo de mulheres do qual ela faz parte] que me ajudou a romper o ciclo de violência no CDCM acontece, mas de uma maneira muito devagar. O CDCM [...] não tá ali pra atender uma mulher em situação de violência doméstica. E aí ele funciona de uma maneira muito precária, [...] não consegue suprir a necessidade de uma mulher em situação de violência [...]. (Grifos nossos)

Se um serviço destinado a isso, não consegue “suprir a necessidade de uma mulher em situação de violência”, o que faz, então, ao atender, ou seja, ao fazer esse mínimo? Na passagem seguinte, Stella fala de uma função de *mediação* que o CDCM cumpre relativamente a outros serviços de proteção, reforçando o aprisionamento das atendidas ao plano de atendimento de etapas e metas traçado pelas profissionais para a ruptura com o ciclo de violência:

O acesso a alguns espaços é muito difícil. Então essa mulher precisa sempre tá lá no CDCM pra se imbuir de informação. [...] então ela precisa tá sempre no CDCM porque ela precisa de uma carta, ela precisa de uma declaração, ela precisa que alguém entre em contato com algum lugar. Então ela precisa tá lá naquele lugar, naquele espaço. Ai ela recebe um encaminhamento, sei lá, pra algum outro lugar e aí nesse lugar ela não tem orientação devida, então ela tem que voltar no CDCM pra poder saber que é que tá acontecendo, o que ela tem que fazer agora. (grifos nossos)

De acordo com Stella, o que se passa é uma adesão subjetiva das atendidas àquele mínimo de afeto como efeito de uma “manipulação afetiva” que ali se opera, relacionada a um “atendimento além”, expressivo, aliás, do celebrado “novo paradigma protetivo” que ganhou a cena política a partir dos anos 2000:

[...] o trabalho ali vai muito além de um serviço de atendimento de enfrentamento à violência doméstica [...] como tem essa relação muito próxima, é muito fácil manipular, é muito fácil manipular as mulheres ali, porque vai pela questão sentimental, vai pela questão de afeto. (grifos nossos)

Curioso que um trabalho “muito além de um serviço de enfrentamento da violência” seja, justamente, um trabalho de “não enfrentamento”. “Acolher”, “receber”, “acalmar”, “anestesiado”, nas palavras de Stella, delineiam um quadro oposto a “enfrentamento”:

Pra mim não é enfrentamento, sabe, o que o CDCM faz. Pra mim [...] ele acolhe a mulher, ele vai anestesiando, ele recebe, ele vai falar o que ela pode, ele vai falar os direitos dela, ele vai falar as possibilidades que ela tem, ele vai acalmar. (grifos nossos)

Surpresa com suas considerações, pergunto-lhe mais diretamente se “o que ela está dizendo é que as nossas ações geram um anestesiamento da própria capacidade de reagir dessa mulher”. Ela responde:

É isso, é uma anestesia e uma janela. É abrir uma pontinha de uma janela assim de que tem alguma solução, que tem alguma esperança, demora muito tempo pra acontecer, demora muito tempo. E eu acho que até pensar no feminismo, assim, exatamente, sabe? “Cada mulher tem um tempo [...]”. Sim, cada mulher tem um tempo, mas você pode morrer essa noite, sabe?! [...] Como eu posso dizer? Ai, porque eu sou contra, assim, algumas coisas do feminismo no geral, eu sou contra, assim, que cada mulher tem um tempo. (grifos nossos)

Nota-se, assim, que a descrição desse processo lento, gradual, em etapas e progressivo da promoção da proteção, já percebido na explicação de Eliana, para Stella está associado a uma afetuosidade que aprisiona. Stella descreve, paradoxalmente, uma prática de perversidade (involuntária) associada a essa “questão sentimental”: um conforto emocional, compensatório, inclusive, do desconforto emocional causado pela violência, que tem como efeito a inserção num tempo-estado de conformidade. Sua percepção, especialmente por ter sido exteriorizada com profundo incômodo quanto à afetuosidade apassivante, remete às considerações de Bell Hooks (2019) acerca de “branquitude”:

*Se a máscara da branquitude, o fingimento, representa-se sempre como *benigna, benevolente*, então o que essa representação encobre é a *imagem do perigo*, a sensação da *ameaça* [...]. Aquela representação da branquitude, e sua associação com a *inocência*, que cercou e assassinou Emmett Till, era um sinal, feito para torturar com o lembrete de um *terror* futuro possível. (Hooks, 2019, p. 312, destaques nossos)*

A branquitude consiste numa violência encoberta e realizada como benevolência. Ela se produz como uma alienação da violência nos sujeitos brancos (negação), que se consubstanciam como “inocentes”, na medida em que projeta como violento o “outro negro”. Em outro escrito, Hooks (2013) localiza, com ainda mais precisão, essa fantasia da inocência na “mulher branca” como produto da relação serva-senhora, que também projeta a mulher negra como “hostil”:

*[...] as brancas em geral não conseguiram reconhecer que a *intimidade e o carinho podem coexistir com a dominação*. [...] Muitas negras [...] entendem que *as brancas mantêm uma postura egocêntrica e infantil de inocência e irresponsabilidade à custa das mulheres negras*. [...] muitas vezes, em círculos feministas, *ouvi brancas falarem sobre a hostilidade de uma determinada negra* perante as mulheres brancas como se esse sentimento não tivesse suas raízes nas relações históricas e nas interações contemporâneas. (Hooks, 2013, p. 134, 136, 137 e 138, destaques nossos)*

Carneiro (2001) explicita que a feminilidade branca se constitui como mito da fragilidade. Davis (2016, p. 24) trata da ideologia da feminilidade e a contrasta com a experiência das mulheres negras, que “[...] extraíram da consciência de sua habilidade para o trabalho a confiança em sua força por lutar por si mesmas e seu povo”. Por fim, o discurso de Truth, “E eu não sou uma mulher?”, termina por autorizar uma interpretação de que a “feminilidade negra” é, em verdade, uma “anti-feminilidade”.

Dessa perspectiva, o que Stella parece compartilhar acerca do manejo protetivo nos CDCMs, calcado numa generosa acolhida, configura-se como operação de branquitude, silenciamento e abrandamento dos ânimos como subtração da força do agir ou “inocenciabilização” da violência da ação, relacionada, para ela, ao tempo (é pra ontem).

Em estudo que contou com entrevistas de mulheres pardas e pretas com histórico de violência doméstica, Pereira(2016) dedicou parte da análise aos relatos de situações em que mulheres pretas disseram que reagiram à agressão contra seus agressores. A autora destacou, nestes casos, a inclinação das mulheres à ruptura com o contrato sexual, contrastando com pesquisas tradicionais sobre violência doméstica, situadas, segundo aponta, em uma perspectiva branca que realça a tendência feminina à repactuação do contrato sexual, ou melhor, a uma “reação” cautelosa apta a readequar os papéis sociais da relação conjugal e pacificar o conflito doméstico. Segundo o estudo de Pereira, nas ações daquelas que não tinham uma feminilidade a tutelar, porque a experiência é de anti-feminilidade, não se hesitou em pôr limite ao poder de decisão sobre a vida e a morte que constitui a espinha dorsal do contrato sexual-racial. No corte do elo – e não na negociação – com o poder político-jurídico de decidir sobre a morte, de que trata Pereira, reside a violência da ação apontada por Stella, um corte imposto com o tempo da morte (“que é pra ontem”).

Semelhante à crítica de Pereira, Stella atribui ao feminismo (branco) a estratégia política desse prolongamento da reação das mulheres no tempo e na forma de ações consistentes, segundo analisei, em novas dinâmicas contratuais, em que se engendram pela benevolente burocracia protetiva, com seus infinitos planos de atendimento.

A reflexão de Stella também ecoa na crítica de Bell Hooks (2000) em “Recusando-se a ser uma vítima”, segundo a qual a estratégia de se conceber como vítima é uma versão da “feminilidade branca” e se constitui um modo de angariar ascensão rumo ao pareamento com a supremacia masculina-branca, contrastando com a estratégia das mulheres negras de, justamente, cortar o elo com a supremacia

branca (masculina), consistindo na “recusa a ser uma vítima” na “responsabilidade” de construir suas próprias experiências de vida fora dos marcos da sociabilidade erigida para impor a morte – morte em vida às afro-americanas. Vejamos:

[...] enfrentando [...] a injustiça cruel do apartheid racial, eu vivia em um mundo em que as mulheres ganhavam força no compartilhamento de saber e recursos, e não porque se juntavam na base de serem vítimas.[...] nós nos identificávamos mais pela experiência da resistência e triunfo do que pela natureza de nossa vitimização. [...] “inspiradas pela retórica da luta pela libertação negra, este grupo de mulheres [...] achou que seria útil abraçar a identidade vitimada sem testemunhar o assassinato de nenhuma líder do movimento feminista[...] a retórica da vitimização funcionou para as mulheres brancas [que...] nos anos 80 tinham alcançado mais ganhos no curto espaço de dez anos que mulheres negras e homens negros tinham conseguido depois de décadas de luta. (Hooks, 2000 in Santos, 2015, pp. 93 e 95, destaques nossos)

Para Hooks (2000), a estratégia da vitimização está na base da derrota imposta pela supremacia branca aos levantes negros das décadas anteriores e do racismo reestruturado a partir dos anos 1980. A estratégia política da vitimização, emplacada com a conquista dos direitos civis, acabou por formar as gerações seguintes na expectativa de verem cumpridos os direitos por meio da “mediação” compassiva de uma sociedade que não foi efetivamente transformada:

[...] o investimento branco nesta equação, as pessoas negras que abraçam a identidade vitimada fazem isso, pois acham que isto medeia suas relações com os brancos, que é mais fácil fazer apelos por *compaixão* que por reparação. enquanto estadunidenses brancas e brancos tiverem mais disposição a *se preocupar e cuidar de pessoas negras com uma “identidade negra vitimada”*, uma mudança de paradigmas não terá lugar. [...] porque tem havido um crescente nível de *expectativa*. aquelas pessoas negras criadas no sul segregacionista que foram ensinadas a esperar nada além de exploração das mãos de brancos não se desapontaram ou ficaram psicologicamente abaladas com formas de exclusão social e discriminação. (Hooks, 2000 in Santos, 2015, pp. 97 e 98, destaques nossos)

A retórica da vitimização inscreve e expressa, assim, uma espécie de “contrato de proteção”, um elo entre brancos e negros, que transfere a responsabilidade pela autodeterminação negra por fazer florescer a vida das pessoas negras e criar um sistema de crenças alternativo à generosidade da preocupação e do cuidado brancos.

O engendramento do grupo social oprimido na expectativa da compaixão, que se traduz numa posição amortecida, à espera de proteção, faz lembrar o que Mbembe (2016) concebe por “necropolítica”: uma “leitura da política como o trabalho da morte”, a soberania como o “exercício do direito de matar” e o poder que o realiza, não apenas uma gestão da vida, um “biopoder”, mas uma gestão como um jogo permanente de criação de uma sociabilidade em permanente estado de terrorização – um “necropoder”. Localizando já na “fazenda” e na “colônia” a estrutura político-jurídica que Giorgio Agamben localizou no “campo de concentração”, “horror situado fora da vida e da morte”, Mbembe (2016, p. 124) aprofunda a análise de que o “estado de exceção” é o “*nomos* do espaço político em que vivemos”. Na racialização dos corpos e dos espaços que o empreendimento colonial fundou deitam as raízes do regime político-jurídico, que institui uma vida como “terceiro status entre sujeito e objeto” e daquele que ele sustenta, o mundo civilizado.

Crítico às narrativas civilizadas de que o estado de exceção consiste num lapso do direito ou a necropolítica uma falha democrática, Mbembe demonstra não só a permanência, mas a tendência à generalização dessa formação social colonial de instituição da morte em vida quanto mais ela parece superada no tempo:

[...] propus a noção de necropolítica e necropoder para explicar as várias maneiras pelas quais, em nosso mundo contemporâneo, [...] [surgem] formas novas e únicas da existência social nas quais vastas populações são submetidas a condições de vida que lhes conferem o status de “mortos-vivos”.

Dessa perspectiva, anestesiadas, como efeito da política de proteção, as mulheres atendidas permanecem sustentando o trabalho da morte numa condição de mortas-vivas, reproduzindo-se as condições da própria violência doméstica. Ao localizar um problema na adesão afetiva, no tempo lento, gradual, progressivo, e associá-los à política feminista, Stella identifica uma política da espera que faz lembrar o tempo cíclico da violência doméstica.

O regime de espera é concebido por Arantes (2014), ainda que sem notar o investimento branco, como elemento central da mesma estrutura jurídico-política da zona de exceção. O regime da urgência permanente (aceleração do tempo) acarreta, paradoxalmente, o regime da paralisia social do tempo morto, característico da modernidade: “[...] à deriva e à espera, estes seres [na antessala da civilização] nada mais possuem a não ser a crueza elementar de sua própria vida biológica que Agamben chamou de vida nua”.

Calcados na “lógica de intervenção ativa guiada pela racionalidade sumária do risco”, o pragmatismo da ação política nos CDCMs se volta a confrontar, com suposta efetividade, o alarmante cenário de feminicídios, convertendo-se em

infinitos fazeres precavidos de funcionárias – não sem razão, também amedrontadas – destinados à precaução das vítimas, cujo significado é o aprisionamento num tempo lento, progressivo e cuidadoso de espera do melhor momento, que nunca chega, para a ruptura com a violência doméstica.

A racialização que, segundo Mbembe (2016), fundamenta a existência de tais zonas de exceção, se encontra assentada, conforme diz Stella, na cisão e no pacto entre atendidas e funcionárias da proteção, uma cisão/combinção entre a “feminilidade negra” e a “feminilidade branca”, que reflete na cisão entre as “vítimas” e as “funcionárias feministas”. Estas projetam politicamente para as primeiras uma rota de empoderamento, que se torna crítica (“rota crítica”) (Melo, 2019, pp. 251-275), rumo à cidadania e à condição de sujeitos jurídicos, mas que acaba apenas por entranhá-las nas teias da rede de proteção, ao medirem perambular entre um serviço e outro, num terceiro *status* entre morte e vida, um verdadeiro limbo jurídico.

Não se trata de imputar racismo às trabalhadoras, feministas ou não – e, muitas delas, mulheres negras –, e sim de perceber a estrutura de branquitude, ou de “feminilidade branca”, em que consiste a proteção ofertada nestes CDCMs e que se manifesta em práticas institucionais historicamente idealizadas a partir do feminismo vitorioso na passagem democrática. Os CDCMs insinuam-se, assim, como uma ocupação – no sentido de sobreposição política, espacial e histórica – no território em que outrora se ensaiara a experiênciade um feminismo negro, comunitário e periférico, derrotado historicamente (ibid., pp. 92-121).

Importa, fundamentalmente, desdobrar da reflexão de Stella uma análise dos CDCMs como parte da totalidade da reprodução ampliada do racismo-capitalismo-patriarcado, como uma nova face do contrato sexual-racial – estrutura de violência travestida de proteção, tortura cotidiana, que impele à passividade, a um modo de letargia política (Pateman, 1993).

A proteção dos CDCMs como estrutura da branquitude opera, dessa maneira, a violência do engendramento das mulheres num tempo de espera, que se traduz na condição de mortas-vivas, cujas ligações com o arrefecimento de sua luta política contra a violência patriarcal levanto como questão, tendo em mente que a violência doméstica entre as mulheres negras cresce desde o advento da LMP e, de modo geral, a violência cresce de maneira diretamente proporcional ao crescimento da rede de serviços de proteção⁴.

4. Ver em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/entenda-a-violencia/pdfs/rede-de-enfrentamento-a-violencia-contra-as-mulheres>.

Lucinda, coordenadora de um CDCM, falou de um lugar de paz para as mulheres negras da periferia: “[...] *enfim, buscar esse lugar de paz aqui [...]. Em que medida aqui acaba sendo o único teto que elas têm, teto que eu digo de sossego mesmo, do pouco tempo que tem esse sossego*”. O tempo-espaço de paz ao qual ela, militante de um feminismo negro e periférico, se refere, provavelmente alude a um tempo-espaço de paz dos quilombos, das casas de candomblé, dos clubes de mães, das igrejas presbiterianas de que trata Bell Hooks.

Vale, assim, se perguntar se a paz dos CDCMs não alude a uma “inocente” manifestação da necropolítica, portanto, a uma paz como “farsa”, expressiva de uma operação fetichista de captura política da política da violência da ação, que desmascara, assim, o caráter mítico da proteção social.

REFERÊNCIAS

- ARANTES, Paulo (2014). “Zonas de espera: uma digressão sobre o tempo morto da onda punitiva contemporânea”. In: Arantes, Paulo. *O novo tempo do mundo*. São Paulo, Boitempo Editorial.
- BOSCHETTI, Ivanete (2016). *Assistência social e trabalho no capitalismo*, São Paulo, Cortez Editora, pp. 109-173.
- BRASIL. Secretaria de Políticas para as Mulheres. Crescimento de mais de 160% entre 2003 e 2011. *Rede de enfrentamento à violência contra as Mulheres, 2011*. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/entenda-a-violencia/pdf/rede-de-enfrentamento-a-violencia-contra-as-mulheres>. Acesso em: 15 mar. 2020.
- CARNEIRO, Sueli (2001). Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: Seminário Internacional sobre Racismo, Xenofobia e Gênero. *Anais...* Durban, ago./2001.
- _____. (2011). “O matriarcado da miséria”. In: CARNEIRO, Sueli. *Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil*. São Paulo, Selo Negro Edições.
- DAVIS, Angela (2016). *Mulheres, raça e classe*. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo, Boitempo Editorial.
- FALQUET, Jules (2017). “Guerra de baja intensidad contra las mujeres? La violencia domestica como tortura: reflexiones a partir de El Salvador”. In: FALQUET, Jules. *Pax neoliberalia*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Madreselva Editorial.
- HOOKS, Bell (2000). *Feminist theory: from margin to center*. Londres, Pluto Press.
- _____. (2013). “De mãos dadas com minha irmã :solidariedade feminista”. In: Hooks, Bell. *Ensinando a transgredir, a educação como prática da liberdade*. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo, Editora Martins Fontes.

- HOOKS, Bell (2019). “Representações da branquitude na imaginação negra”. In: Hooks, Bell. *Olhares negros, raça e representação*. Tradução de Stephanie Borges, Editora Elefante.
- MBEMBE, Achille (2016). Necropolítica. *Arte & Ensaios*. Revista do Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais da Escola de Belas Artes da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGAV/EBA/UFRJ). Rio de Janeiro, n. 32, dez.
- MOTA, Ana Elizabete (org.) (2010). *O mito da assistência social: ensaios sobre Estado, política e sociedade*. 4 ed. São Paulo, Cortez Editora.
- NETTO, José Paulo. (2013). *Uma face contemporânea da barbárie*. Novos rumos, vol. 50, nº 1. Disponível em: <http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/novosrumos/article/view/3436/2657>. Acesso em: 15 mar. 2020.
- PATEMAN, Carole (1993). *O contrato sexual*. Tradução de Marta Avancini. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra.
- PEREIRA, Bruna Cristina Jaquetto (2016). *Tramas e dramas de gênero e de cor: a violência doméstica contra mulheres negras*. Brasília, Brado.
- PEREIRA, Potyara A. P (1995). A construção do conceito de assistência social: aproximações e divergências na produção do serviço social. *Cadernos do Núcleo de Seguridade e Assistência da PUC-SP*, 2.
- SANTOS, Djamila Tais Ribeiro dos (2015). Simone de Beauvoir e Judith Butler: aproximações e distanciamentos e os critérios da ação política. Dissertação de mestrado. Guarulhos, UNIFESP. Disponível em: <http://repositorio.unifesp.br/bitstream/handle/11600/49071/dissertacao-djamila-tais-ribeiro-dos-santos.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 15 mar. 2020.
- SCHOLZ, Roswitha (1996). O valor é o homem: tese sobre a socialização pelo valor e a relação entre os sexos. Tradução de José Marcos Macedo. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, n. 45, jul., pp. 15-36.
- SCHOLZ, Roswitha (2016). *Silvia Federici: acumulação primitiva, reprodução e globalização*. In: Cristóvão Colombo forever-para a crítica das actuais teorias da colonização no contexto do “Colapso da modernização”. Publicado na revista EXIT! Krise und Kritik der Warengesellschaft, nº 13, pag. 46-100. Disponível em: http://www.obeco-online.org/roswitha_scholz24.htm. Acesso em 15/03/2021.
- SPOSATI, Aldáiza (2016). Qual política de assistência social queremos defender no contexto de crise do capital? *Argumentum*. Vitória, v. 8, n. 2, pp. 7-13, maio/ago.

VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: PATRIARCADO, RELAÇÕES DE CLASSE E RAÇA

Léa Gomes da Cruz Soares¹

A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E A RELAÇÃO COM O PATRIARCADO

Este artigo foi pensado a partir da dissertação de mestrado, *Mulheres, Mulheres Trans e Travestis em Situação de Violência na cidade de Santo André: Estratégia de Enfrentamento*, priorizando as categorias gênero, violência, patriarcado e relações de classe e raça, posto que trataremos de um tema que exige o entendimento da importância e da relação entre essas categorias – uma vez que as mulheres são exploradas nas relações de classe e nas relações sociais – não podendo deixar de ponderar as dimensões correlatas (raça e etnia), tema com destaque nos estudos e pesquisas acadêmicas. As categorias são modos de ser, são ontológicas. O método materialista histórico-dialético utiliza categorias como totalidade, mediação e contradição, elementos fundamentais.

No âmbito da pós-modernidade, do pós-estruturalismo e do marxismo, o conceito de “gênero” é disputado ideologicamente. Algumas correntes estruturalistas defendem o aprofundamento dessa categoria; outro segmento defende sua desconstrução. Há autores que defendem esse conceito, bem como há críticas das autoras francófonas², que defendem o emprego do conceito de “relações sociais de sexo”.

1. Mestra em Serviço Social e assistente social na Prefeitura de Santo André.

2. Francófonas: região linguística descontínua. Corresponde à comunidade linguística que envolve todas as pessoas que têm em comum a língua francesa, chamadas de “francófonas” (“francoparlantes” e “francófalantes” são grafias utilizadas). “Fran-có-fo-no (franco+fono) adjetivo e substantivo masculino 1. Que ou Quem fala francês. Adjetivo 2. Que tem o francês como língua ou dominante (ex: país francófono)”. Disponível em: <http://priberam.pt/dlpo/> e [www.http://wikipédia](http://wikipédia). Acesso em: 16 nov. 2017.

O conceito de gênero, no seio do feminismo materialista francófono, tem sido pensado criticamente pela maioria de suas integrantes, utilizando e fazendo a defesa das relações sociais de sexo – e não de gênero. Para Cisne:

Gênero e relações sociais de sexo são distintos, embora, muitas vezes, encontremos textos que os tratam como sinônimos. Para entendermos o segundo, é fundamental que se localizem a sua origem e o seu significado. Advindo da escola feminista francesa, na língua original é chamado *rappports sociaux de sexe*. Observemos que na língua francesa esse conceito não é denominado *relations sociales de sexe*. Expliquemos melhor. No francês, existem duas palavras para uma única tradução, no português: relações. *Rapport* designa relações mais amplas, estruturais, enquanto *relations* diz respeito às relações mais pessoais, individuais, cotidianas. O conceito de *rappports sociaux de sexe* é diretamente fundamentado no de relações sociais de classe. Uma relação [*rapport*] social está vinculada aos conflitos e tensões entre os grupos sociais com interesses antagônicos. Portanto, atravessa todo o tecido do campo social e dos fenômenos daí decorrentes. Nas palavras esclarecedoras de Kergoat, com base no pensamento de Goldelier: Uma *rapport* social é uma relação antagônica entre dois grupos sociais, construída em torno de uma problemática. É uma relação de produção material e ideal. (Cisne, 2014, p. 136)

Conforme vemos nas reflexões da autora, há uma diferenciação entre os conceitos, pois *rapport* designa relações mais amplas, enquanto *relations* diz respeito às relações mais pessoais, individuais, cotidianas. O conceito de *rappports sociaux de sexe* está diretamente fundamentado nas relações sociais de classe. Segundo a autora, “[...] uma relação *rapport* social está vinculada aos conflitos e tensões entre os grupos sociais com interesses antagônicos. Todavia atravessa todo o tecido do campo social e dos fenômenos daí decorrentes” (ibid., p.136). Com o objetivo de trazer o gênero enquanto conceito relacional e categoria analítica, pois a opressão de gênero por si só não se segura, vamos trabalhar com o pensamento de Saffioti, que afirma:

Como gênero é relacional, quer enquanto categoria analítica quer enquanto processo social, o conceito deve ser capaz de captar a trama das relações sociais, bem como as transformações historicamente por elas sofridas através dos mais distintos processos sociais, trama essa na qual as relações de gênero têm lugar. (Saffioti, 1992, p. 210)

A autora nos faz pensar o quanto as relações sociais estão ligadas às relações de gênero e suas tramas, seja enquanto categoria analítica ou processo social.

AS PARTICULARIDADES DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Pretende-se discutir o conceito de gênero, patriarcado e as relações de classe com suas vertentes na sociedade, partindo da premissa enunciada por Beauvoir (1980, p. 9): “Não se nasce mulher, torna-se mulher”. Segundo a autora, “[...] nenhum destino biológico psíquico ou econômico define a forma que a mulher ou a fêmea humana assume no seio da sociedade”. Portanto, para Beauvoir, é o conjunto articulado da civilização que elabora o que se qualifica, e de forma ainda pejorativa, como é o feminino na cultura. A partir dessa reflexão, vemos que nos anos 1980, as(os) intelectuais das ciências sociais iniciam os primeiros estudos sobre gênero, buscando compreender o processo histórico sobre o papel da mulher e sua relação com a vida social, trazendo aspectos históricos, críticos e de transformação.

Assim, compreende-se que o gênero se realiza culturalmente, por meio de ideologias que tomam formas específicas em cada momento histórico e estão associadas a apropriações político-econômicas e culturais, que se dão como totalidades em lugares e períodos determinados.

A partir da década de 1980, o movimento feminista brasileiro trouxe à baila a questão da violência contra a mulher, sendo o II Congresso da Mulher Paulista (CMP) cenário importante para essa iniciativa. O SOS Mulher, em São Paulo, foi criado após o Encontro de Valinhos; na sequência, no Rio de Janeiro e em Pernambuco; no Estado de Minas Gerais, houve a criação do Centro de Defesa da Mulher – entidades autônomas com o propósito de realizar atendimento à mulher em situação de violência. As profissionais, voluntárias, faziam grupos socioeducativos para a reflexão sobre a questão da violência e buscavam a mídia para alcançar a opinião pública e o debate sobre a temática.

Naquele momento, as feministas denunciavam a violência doméstica e sexual sem terem casos concretos para mostrar, como os assassinatos, por exemplo. Com a criação do SOS, em outubro de 1980, foi possível registrar, em um ano, 700 casos de violência contra a mulher.

Os assassinos de mulheres no Brasil sempre acabavam sendo absolvidos, pelos crimes de feminicídios, pois estes eram considerados crimes em defesa da honra, reforçando o papel do homem no patriarcado. Com a condenação de Doca Street, pelo assassinato de Ângela Diniz, houve um momento novo na luta contra a violência, pois quando o milionário Doca Street matou sua mulher, na cidade de Cabo Frio – Litoral do Rio de Janeiro -, as feministas marcaram presença nas ruas, exigindo a punição e condenação do criminoso.

As feministas cariocas tiveram um papel fundamental nesse caso, pois sua luta fez com que a justiça carioca condenasse Doca Street, representando um novo

passo nessa luta contra a violência. A partir deste caso, outros grupos feministas passaram a pressionar o poder judiciário na condenação de homens assassinos de mulheres, principalmente os da classe alta.

Há dados que apontam um número elevado de mulheres que sofrem violência, sendo que oito mulheres são agredidas por hora no Estado de São Paulo; dez assassinadas por dia; três estupradas por hora, só na capital, e mais de 91 mil assassinadas no Brasil nos últimos trinta anos³.

A partir das relações violentas, as mulheres ficam sujeitas a todos os tipos de violência: física, psicológica, sexual, moral e até patrimonial. A sociedade patriarcal propicia ao homem poder absoluto sobre as mulheres, poder este que determina o que deve ou não ser feito e obedecido.

Para entendermos essa questão, nos apoiamos no pensamento de Saffioti (2001), que destaca:

No exercício da função patriarcal, os homens detêm o poder de determinar a conduta das categorias sociais nomeadas, recebendo autorização ou, pelo menos, tolerância da sociedade para punir o que se lhes apresenta como desvio. Ainda que não haja nenhuma tentativa, por parte das vítimas potenciais, de trilhar caminhos diversos do prescrito pelas normas sociais, a execução do projeto de dominação-exploração da categoria social homens exige que sua capacidade de mando seja auxiliada pela violência. Com efeito, a ideologia de gênero é insuficiente para garantir a obediência das vítimas potenciais aos ditames do patriarca, tendo esta necessidade de fazer uso da violência. (Saffioti, 2001, p. 10)

Assim, pode-se ver que o homem, para manter sua forma viril de poder, se respalda na violência como dominação e exploração, com o apoio e a autorização da sociedade patriarcal, como bem afirma a autora.

As relações de gênero têm sido marcadas pela violência, ou seja, por atos de violação da liberdade e do direito de alguém – geralmente das mulheres – ser sujeito constituinte da sua própria história. Na ação violenta, o sujeito é tratado como coisa, caracterizando-se pela inércia, pela passividade e pelo silêncio. Silêncio que oculta o medo e a culpa (Chauí, 1985, pp. 35-36).

Vale dizer que a opressão de gênero se constrói por ter bases estruturais, adquirindo, portanto, relativa independência, passando a interagir de maneira própria com a opressão de classes e as demais formas de opressão da sociedade,

3. *Mapa da Violência*. Disponível em: https://www.Mapadaviolencia.org.br/pdf2012_atual_mulheres.pdf. Acesso em: 20 jul. 2017.

por exemplo, referente à raça. Existe a compreensão da necessidade de que a luta contra a opressão de gênero se insere na luta contra todos os tipos de opressão e pela conquista de uma sociedade radicalmente nova, sem discriminação de sexo, gênero, raça e classe.

O CICLO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER

A violência doméstica é considerada uma das mais cruéis e penosas em relação a todos os tipos de violência contra a mulher existentes no mundo, pois o lar é considerado um lugar que acolhe e proporciona bem-estar, mas, por conta da violência doméstica, se transforma em local de risco constante, trazendo o medo e deixando a mulher em estado de ansiedade permanente. Além disso, esse ambiente está envolto por várias emoções e sentimentos afetivos, lembrando que a maioria das casas tem em sua porta um tapete dizendo “seja bem-vindo”. Isso denota uma simbologia e um contraste grande ligado à violência, uma vez que os autores de agressões têm um perfil sociável, mostrando-se à sociedade, à família e aos amigos como um grande homem, a melhor pessoa do mundo, ao mesmo tempo em que o ambiente se transforma em palco de horrores. Também há outros objetos na casa que denunciam a violência, como pedaços de madeira, ataduras, armas de fogo e armas brancas (tesouras, facas, estiletes, facões, entre outras).

Nesse sentido, observa-se na fala de Catarina:

Eu comecei a faculdade na época, fui fazer pedagogia na Fundação Santo André, com três meses que eu estava cursando, fui morar em uma república, foi quando eu conheci ele, que sai da república e fui alugar uma casa, ele continuou os estudos e eu parei. Enquanto ele estudava eu passava, lavava e cozinhava, eu lembro de uma surra que ele me deu, esses dias eu encontrei essa caixa de sabão POP e quando a gente é nova não sabe muita coisa de serviço de casa; eu deixei uma calça dele de sarja de molho, ele torceu essa calça e me deu tanto nas costas, esses dias eu vi no mercado, me deu um negócio. (Catarina, mulher cisgênero – CIS – sujeita da pesquisa)

Quando alguém se depara com a realidade no cotidiano da violência doméstica, vê-se que, realmente, o lar é o local de risco constante. Na fala de Catarina, fica nítido o quanto o ambiente doméstico é violento e perigoso, cheio de armadilhas.

Se considerarmos os tipos de violência, veremos que a violência sexual aparece como a mais grave, segundo pesquisa realizada em 2005 pela Secretaria Especial de Comunicação Social (Secom) – Subsecretaria de Pesquisa e Opiniões Públicas. A violência física torna-se mais grave para mulheres que trabalham fora de casa. Já a

violência patrimonial, é percebida de forma mais intensa no caso de mulheres com rendimento até dois salários mínimos. Neste sentido, 60% das mulheres afirmaram que o abuso se dava contra seus rendimentos, que se encontravam nessa faixa de renda.

A violência de gênero tem sua origem na sociedade privada; as mulheres são oprimidas pela sociedade patriarcal, na qual as violências sofridas podem ser físicas, sexuais, emocionais, patrimoniais e morais. Com esse entendimento, a relação de gênero não é vista como uma relação interpessoal, pois seria como se estivéssemos “[...] singularizando os casais, perdendo de vista a estrutura social e tornando cada homem um inimigo das mulheres”. Nesta concepção, “[...] o encontro amoroso seria impossível” (Saffioti, 1999, p. 86). Assim, quando não é o macho que agride, alguém assume esse papel. (Saffioti, 2001)

[...] eu cheguei ir na DDM umas três vezes, que uma filha da puta da delegada brigou comigo e eu desisti de tudo, depois eu fui embora, fora o chá de cadeira que a gente fica o dia inteiro esperando alguém para te atender, a escritã demorou atender, eu fui a pé, uma vez que ele estava trabalhando, cheguei ir e voltei, me deu uma raiva, voltei pra trás como se nada tivesse acontecido, não que eu estou me vitimizando, não é isso, mas que é muito revoltante ser tratada como um lixo muitas vezes, e não é só homem não, mulher também, uma vez que eu fui atrás, não vou desistir não, a gente espera o maior tempão e ainda leva um esporro. Algumas mulheres falam você não tomou providência porque não quis ou então você gosta de apanhar, um exemplo, eu já escutei isso de uma delegada – eu não acho isso certo, mas, às vezes, pode ser uma lavada que a mulher precisa para acordar, assim, mas eu sou contra, tá certo que, às vezes, você precisa de umas sacolejadas né, mas você tá muito vulnerável, acaba de levar uns esporros aí vem outro e faz isso entendeu. (Catarina, sujeita da pesquisa)

Percebe-se nesta fala o quanto está carregada de violência através do ato vivido por Catarina. O próprio Estado, representado pela delegada de polícia, a revitimiza e inibe a tomada de decisão, colocando-a na condição inicial de subalternização e inércia, desencorajando-a e reforçando o estado machista e patriarcal.

REPRESENTAÇÃO DO CICLO DA VIOLÊNCIA

Este ciclo caracteriza-se pela continuidade no tempo, meses ou anos. Devido à “repetição sucessiva”, pode terminar em feminicídio⁴, cada vez mais frequente, por períodos menores, entre as fases de tensão e apaziguamento e aumento dos ataques violentos, em situações limite:

1. aumento de tensão: as tensões acumuladas no cotidiano, as injúrias e ameaças tecidas pelo agressor criam na vítima uma sensação de perigo iminente;
2. ataque violento: o agressor maltrata física e psicologicamente a vítima; os maus-tratos tendem a aumentar em frequência e intensidade;
3. lua-de-mel: o agressor envolve a vítima de carinho e atenções, desculpando-se pelas agressões e prometendo mudar (nunca mais voltará a exercer violência).

NÚMERO DE HOMICÍDIOS DE MULHERES POR FEDERAÇÃO

De acordo com dados do Atlas da Violência (2017), os índices relativos ao número de homicídios de mulheres no Brasil é muito alto de 2005 a 2015. A Lei Maria da Penha (Brasil, 2006) ficou conhecida como Lei do Feminicídio, posto que torna o assassinato de mulheres um crime hediondo, principalmente por envolver violência doméstica e familiar. A alteração do artigo 121 do Código Penal teve importância no que se refere aos registros oficiais: no Brasil, 4.621 mulheres foram assassinadas em 2015 – 4,5 mortes para cada 100 mil mulheres, como aponta pesquisa do Ipea realizada em 2017. Ainda assim, por meio dos dados do Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM) do Ministério da Saúde, não é possível identificar as vítimas do feminicídio, pois as informações não são fornecidas pela base de dados deste sistema. Não podemos deixar de destacar os homicídios de mulheres negras, que, de forma bastante desigual, contribuiu com o aumento significativo quando comparado às mortes de mulheres brancas. Observa-se que, enquanto houve redução nas mortes de mulheres brancas, ficando em torno de 7,4%, entre

4. Considera-se o feminicídio como perseguição e morte intencional de pessoas do sexo feminino, um crime hediondo no Brasil. Configura-se quando são comprovadas as causas do assassinato, devendo este ser exclusivamente por questões de gênero, ou seja, quando uma mulher é morta simplesmente por ser mulher. De modo geral, o feminicídio pode ser considerado uma forma de misoginia, isto é, de ódio e repulsa às mulheres ou contra tudo o que seja ligado ao feminino.

2005 e 2015 (Ipea, 2017), houve 3,1 mortes para cada 100 mil mulheres não negras. Esse índice está abaixo da média nacional, por outro lado, o índice de morte de mulheres negras teve aumento de 22% no mesmo período, alcançando a taxa de 5,2 mortes para cada 100 mulheres negras, bastante acima da média nacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estas considerações foram tecidas a partir do contexto social e materializado nas desigualdades, principalmente no universo das mulheres – mulheres trans – e travestis em situação de violência. Por meio da destreza que flui em seus corpos, em volta do gênero, da sexualidade e do sexo, são pessoas que desequilibram a sociedade conservadora, de dominação, tornando-se, assim, alvo de ataques do sistema hegemônico no que se refere à opressão, à dominação e ao abuso produzidos pelo patriarcado, pelo capitalismo, pela heteronormatividade – como sistema ideológico, político – e pelo próprio racismo.

REFERÊNCIAS

- ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa e CABRAL, Maria do Socorro Reis (1995). *Novo sindicalismo e serviço social*. São Paulo, Cortez Editora.
- ABRAMIDES, Maria Beatriz e DURIGUETTO, Maria Lúcia (2015). *Movimentos sociais e serviço social: uma relação necessária*. São Paulo, Cortez Editora.
- ALMEIDA, Suely Souza de (1998). *Feminicídio*. Rio de Janeiro, Editora Revinter.
- ANTUNES, Ricardo (1995). *O sentido do trabalho*. São Paulo, Cortez Editora.
- _____(2011). *Adeus ao trabalho*. 15 ed. São Paulo, Cortez Editora.
- BEAUVOIR, Simone de (1967). *O segundo sexo: a experiência vivida*. 2 ed. São Paulo, Difusão Européia do Livro.
- _____(1980). *O segundo sexo*. Tradução de Sérgio Milliet. Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira, v. I/II.
- CHAUÍ, Marilena (1985). “Participando do debate sobre mulher e violência”. In: CARDOSO, Ruth et al. *Perspectivas antropológicas da mulher*. Rio de Janeiro, Editora Zahar, pp. 35-36.
- _____(2011). *Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas*. 13 ed. São Paulo, Cortez Editora.
- CISNE, Mirla (2012). *Gênero, divisão sexual do trabalho e serviço social*. São Paulo, Editora Outras Expressões.

- CISNE, Mirla (2014). *Feminismo e consciência de classe no Brasil*. São Paulo, Cortez Editora.
- D'ATRI, Andrea (2017). *Pão & rosas: identidade de gênero e antagonismo de classe no capitalismo*. São Paulo, Edições Iskra.
- ENGELS, Friedrich (2012). *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. São Paulo, Editora Expressão Popular.
- HELLER, Agnes (1980). *O cotidiano e a história*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. São Paulo, Editora Paz e Terra.
- OLIVEIRA, Tibério Lima (2016). *Meu corpo, um campo de batalha: a inserção precária das travestis no mundo do trabalho em tempos de crise capital*. Dissertação de mestrado em Serviço Social. Natal, Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
- SAFFIOTI, H. I. B. (1992). "Rearticulando gênero e classe social". In: COSTA, A. O.; BRUSCHINI, C. (orgs). *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos; São Paulo, Fundação Carlos Chagas.
- _____(1999). Já se mete a colher em briga de marido e mulher. *São Paulo Perspec.*, vol.13, out./dez, n.4, p. 86.
- _____(2001). Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. *Cadernos Pagu*, n.16.

TERCEIRA PARTE: **QUESTÃO RACIAL:**
ARTE, RELIGIÃO, INFÂNCIA,
ADOLESCÊNCIA E FUTEBOL

ARTE DE RUA – UM GRITO DO CORAÇÃO

Juliana Abramides dos Santos¹

INTRODUÇÃO

A arte urbana, enquanto principal vertente plástica no mundo, é uma estética periférica que se manifesta de forma diferenciada – como expressão de resistência e ocupação urbana, artística, política e cultural. Afirmamos a pertinência escutar a voz, os gritos que vêm das ruas; dar à luz imagens e comunicações enquanto formas de afirmação da existência subjetiva pessoal e contestação ao mundo normativo, autoritário, destruidor da natureza, à desigualdade, ao racismo, ao preconceito e à discriminação.

Grafitos e pixadores desenham o fluxo urbano e expressam a indignação, a negação das injustiças, o combate à discriminação e à opressão social de classe, gênero, raça e etnia. O que ocorre, com consciência política ou não, mas aparece como um *cri de coeur* – um grito que vem do coração.

GRAFFITI E PIXO²

O *graffiti* e o picho despontam em São Paulo, marcadamente, a partir de 1979, quando determinados grupos e sujeitos passam a expressar publicamente inquietações e insatisfações diretamente vinculadas às desigualdades social e racial. Os *graffitis* têm sido, desde então, *happenings*, teatro urbano escritural (Décio

-
1. Pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Aprofundamento Marxista do Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (Neam/PEPGSS/PUC-SP). Mestre e doutora em Serviço Social pela PUC-SP.
 2. A despeito de as *tags*, *graffitis* e pichos serem feitos nas grandes cidades em todo o mundo, este tipo de *graffiti* (a *tag* reta ou picho) é tipicamente paulistano, uma vez que o traçado, a tipologia, os riscos assumidos para fazer as inscrições na ilegalidade, como em topo, laterais e por vezes em toda a fachada de prédios altos, nasceram na cultura da metrópole paulistana.

Pignatari), *performances* – com a escolha do local para o ato, o material, o risco, a fuga da polícia, a “adrenalina-emoção”.

Lembramos, aqui, um ícone do *graffiti* no Brasil e no exterior: Niggaz (Figura 1). Nascido no Grajaú – bairro da periferia da Zona Sul de São Paulo –, morreu jovem, aos 21 anos, mas seus murais continuam colorindo a cidade. Entusiasta e influente, o artista apresentava *graffitis* com forte identidade racial, que lembravam histórias em quadrinhos. Para ele, o pincel ou o *spray* eram armas de transformação do mundo. Niggaz, que sofreu por toda a adolescência racismo e preconceito, encontrou na arte uma forma de reconhecimento no mundo³.



Fonte: Neri (2016)

Figura 1 – Graffiti de Niggaz na Praça que leva seu nome na Vila Madalena

São Paulo⁴ tem a maior extensão e concentração de artes plásticas urbanas do mundo. Na década de 1970, encontravam-se inscritas, em algumas partes da cidade, grafias ordinárias, que aprendemos na escola depois de repeti-las tantas

3. Ver Livro: Niggaz – *Graffiti, memória e juventude*. Com financiamento da Funarte organizado por Mauro Neri em 2016.

4. São Paulo! Comoção de minha vida... Os meus amores são flores feitas de original... Arlequinal!... Traje de losangos... Cinza e ouro... Luz e bruma... Forno e inverno morno... Elegâncias sutis sem

vezes na aula de caligrafia. Na década de 1980, o movimento da “pixação” delimita espaço, com atuação de indivíduos e grupos grafando *tags*, símbolos, pseudônimos e logotipos. É quando começa a surgir a *tag* reta⁵, escrita peculiar e característica, com letras alongadas e pontiagudas, pintadas com rolo ou *spray*, que buscam ocupar o maior espaço possível do suporte. Diferencia-se das letras desenhadas, sendo o tipo de letra paulistana único no mundo.

A pixação é uma expressão cultural de comunicação que nasce nas periferias de São Paulo, nos anos 1980, e se espalha para outras metrópoles brasileiras. Sua trajetória se dá paralelamente ao movimento *punk* e, por muitos anos, esteve vinculada à disputa pelo espaço entre gangues⁶. Grafada com “x”, tal qual pixe, apresenta regras próprias – na visualidade que se define entre a tipografia, a letragem e a criação de signos. O movimento, tipicamente periférico, utiliza a cidade como suporte midiático. Hoje existem 10 mil pixadores ativos na cidade de São Paulo.



Fonte: Abramides, 2017.

Figura 2 – Pixação no centro da cidade de São Paulo

O pixador vive a cidade, acompanha qualquer transformação cotidiana – um muro ou poste novo –, porque sua observação espacial e da arquitetura é constante.

escândalos, sem ciúmes... Perfumes de Paris... Arys! Bofetadas líricas no Trianon... Algodão!... São Paulo! Comoção de minha vida... Galicismo a berrar nos desertos da América! (Poema Inspiração, de Mário de Andrade, em *Paulicéia Desvairada*, 1922).

5. O pixo reto, em São Paulo, começa com influência das letras de banda de metal, dos anos 1980; hoje apresenta um conjunto de códigos e regras singulares.
6. Devemos salientar que não trataremos das *street gang* (gangues de rua), por não serem objeto da tese.

Em busca de espaços, explora a cidade de outra forma. Se um prédio não foi construído para ser escalado, o pixador ressignifica os espaços:

Djan⁷ reflete sobre a fugacidade da inscrição urbana pixada: “*a propriedade privada é uma intervenção permanente no espaço público, diferentemente do pixo que é uma intervenção efêmera*”. São considerados locais de valoração positiva pelos pichadores: o alto de edifícios, pontilhões em rodovias; locais de alta visibilidade e difícil acesso e aqueles que podem ser publicados na mídia (fotos em jornais ou na televisão). Quanto mais disseminadas na cidade estiverem a própria marca, em locais de visibilidade e dificuldade, melhor.

O pixo, talvez, é colocado no âmbito do desprezo que a sociedade tem pela subalternidade – e somente quem o entende sabe o que nos muros está escrito: a voz dos sem voz; o grito mudo dos invisíveis; a criação de uma escrita cifrada por quem não teve alfabetização corrente; o desprezo à sociedade que, em geral, somente pode entendê-lo se estudar sua linguagem – assim como, ao pegar um texto em libanês, nunca estudado, é preciso aprender, sua língua, sua linguagem, para começar a compreendê-lo.

A composição social dos pixadores, organizados em gangues, outrora, ou em grupos que realizam as práticas majoritariamente de forma ilegal e não contratada, se constitui de sujeitos sociais pertencentes à classe trabalhadora, inseridos ou não no mundo do trabalho, inscritos nos setores mais pauperizados da população e moradores da periferia.

O MOVIMENTO HIP-HOP

O movimento *hip-hop* ganha força primeiro nos EUA, a partir da década de 1970, enquanto mistura heterogênea de culturas africanas vindas da diáspora, espalhando-se em seguida para outras partes do mundo, incluindo o Brasil, desde meados dos anos 1980. Marcado, sobretudo, pelo posicionamento contestatário às desigualdades sociais e raciais, utiliza-se de gestos, escritas, imagens etc., apoiando-se em quatro figuras artísticas: o(a) mestre(a) de cerimônia (MC), o(a) disc-jóquei (DJ), o dançarino/a (chamados em inglês de *b.boy/b.girl*), o(a) grafiteiro(a).

7. Cripta Djan, brasileiro, jovem, negro, criado na periferia de Osasco na grande São Paulo. Arquivista de documentos e grande conhecedor da pixação, compreende que o pixo e o *graffiti* tratam da mesma coisa, porque a origem do *graffiti* é o *write* (escrever), a primeira forma das *tags* nos EUA. Até hoje, nos guetos, utiliza-se o termo “escrita”. No início, era só a letra, como o pixo aqui também é, apenas com a diferença de que o *graffiti* foi absorveu e transformou a forma durante os anos 1970, e o pixo aperfeiçoou a tipologia e os signos.

Além disso, o *hip-hop* revela-se como espaço de uso social da linguagem, uma forma de estratégia contemporânea de enfrentamento à desigualdade e à exclusão social de jovens espalhados pelo mundo, que se presentifica desde a mundialização financeira e cultural do capital, permeado por um potencial social a partir da manifestação artística do *rap*, do *break*⁸ e do *graffiti*. Desde sua origem, o movimento é permeado de crítica social, luta contestatória, pela emancipação negra. Advindo e praticado majoritariamente e originariamente em comunidades periféricas, por jovens “pauperizados”, o *hip-hop* adquire um poder simbólico global ao aglutiná-los, em diferentes países, a partir de suas particularidades sócio-históricas e culturais, que apresentam o mesmo determinante estrutural: a sociedade de classes, produtora da desigualdade, da exploração, da opressão e dominação nas instâncias social, étnica, racial, de gênero, etária e de orientação sexual.

O movimento é inerentemente constituído de linguagem política; usa a comunicação como uma arma que provoca as pessoas e as fazem pensar. Em um passado recente, o *hip-hop* parecia ser passageiro, manifestação chata ou barulhenta, uma algazarra da juventude festiva. Contudo, nos últimos 35 anos, a cultura *hip-hop* emergiu da subcultura marginal para tornar-se um fenômeno que satura o *mainstream* (ditado pelo *status quo*) e tem impacto global na formação de opinião e pensamento. O *hip-hop* faz uma longa viagem: do Bronx, bairro periférico de New York, constituído majoritariamente por negros e latinos pobres, para o mundo, a ampla cultura que o rodeia é ativa, militante e emerge do contexto único afro-americano, que, tal qual os antecessores *blues*, *jazz* e *soul*, dá voz aos mais empobrecidos na escalada social americana.

De que maneira os ativistas, no *hip-hop*, demonstram estar firmes em práticas de incentivo às reparações históricas em que cada geração descobre a sua missão. O que leva essa geração à frente em termos de projeto de vida e sociedade? É inegável o potencial da disseminação e do diálogo sobre a constituição de cultura, mas há impacto nas políticas e debates públicos? Cabe-nos ressaltar o papel da cultura no processo de conscientização e mediação de conteúdos políticos, quando o *rap* – e toda a cultura *hip-hop*, em todas as suas vertentes – fala de desespero e niilismo mas também de esperança e luta para que os jovens negros busquem um modo de vida, uma profissão, ou uma forma política de justiça, reparação e igualdade étnico-racial.

8. Ao contrário do que a maioria das pessoas pode pensar, no Brasil, o *hip-hop* desponta por meio da dança, do *break*. Um dos responsáveis por sua difusão foi o *b.boy* (dançarino do *break*) Nelson Triunfo. Para saber mais sobre o assunto, leia *Hip Hop: a periferia grita*.

No Brasil, o *hip-hop*⁹ constitui-se como movimento social organizado pelos jovens afro-brasileiros como resposta à pobreza e ao racismo. Interessa-nos destacar que, tendo em vista a marginalidade racial e de classe no Brasil, o *hip-hop* apresenta uma preponderância central para a continuidade do ativismo contra-hegemônico. A luta cotidiana por desnaturalizar preconceitos e enraizar as políticas necessárias à melhoria de vida é conteúdo constante desta cultura urbana enquanto espaço de afirmação e questionamento, quebra de padrões e criação de novas narrativas.

O *rap* nacional mantém um impulso de afirmação da consciência racial e da desigualdade social. Não nos cabe trabalhar a particularidade do *rap*, mas lembrar uma figura ainda viva que estabelece bem as conexões entre marginalidade e jovens afro-brasileiros por meio da diáspora: o *rapper* afro-brasileiro Emicida. Vindo de um bairro pobre da zona norte, desde criança esteve cotidianamente exposto à violência policial e ao preconceito, além de presenciar corpos assassinados. O *hip-hop* tem sido fundamental na luta contra a opressão e o racismo; no estímulo à identidade racial e ao reconhecimento de si e de antepassados como belos, artísticos, fortes, inteligentes; à valorização da vida de negras e negros em todo o país. No *rap Pantera negra*, diz Emicida:

Minha pele, Luanda
Antessala, Aruanda
Tipo T'Challa, Wakanda
Veneno Black Mamba
Bandoleiro em bando
Qué o comanda dessas banda?
'Sa noite ceis vão ver mais sangue
Do que Hotel Ruanda

A era vem selvagem
Pantera sem amarra
Mostra garra negra
Eu trouxe a noite como camuflagem
Sou vingador, vingando a dor
Dos esmagados pela engrenagem
Ceis veio golpe, eu vim Sabotage

9. Apesar de ser fundamental, o assunto não é específico na tese. Sugerimos a leitura do livro organizado por Mônica do Amaral e Lourdes Carril: *O hip-hop e as diásporas africanas na modernidade: uma discussão contemporânea sobre cultura e educação*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A produção artística se refere a um mundo inteiramente nosso e possui caráter evocador de si mesma, refletindo as contradições da vida social. A arte atua, essencialmente, na conscientização dos conflitos histórico-sociais que brotam da realidade. Algumas expressões de artistas engajados apresentam formas contestatórias e insurgentes relacionadas a um tipo de sociedade. A juventude pobre e negra da periferia são filhos(as) da classe trabalhadora explorada e oprimida pelo capital. O racismo estrutural e estruturante mata lá e mata cá.

A precariedade das condições de vida, moradia e trabalho a que é submetida a maior parte da população jovem e negra, o descaso do Estado mínimo, a muralha cultural da elite, a segregação territorial e a gentrificação urbanística estão presentes na vida cotidiana daqueles que fazem a guerrilha do signo por meio da arte urbana. A arte de rua é a voz da cidade dos que clamam por igualdade de direitos, de condições e acesso. O gueto e a periferia estão vivos!

São os negros, entre todos os ainda mais perseguidos e confinados, que estão mais sujeitos à violência policial, ao preconceito, à discriminação e ao estigma, fortemente presentes em uma sociedade de classes de exploração e opressão. O subúrbio alastra-se, espalha-se. Como parte da cultura geral, a cultura de rua apresenta a voz sistematicamente negligenciada da sociedade:

A Periferia nos une pelo amor, pela dor e pela cor. Dos becos e vielas há de vir a voz que grita contra o silêncio que nos pune. Eis que surge das ladeiras um povo lindo e inteligente galopando contra o passado. A favor de um futuro limpo, para todos os brasileiros. A favor de um subúrbio que clama por arte e cultura, e universidade para a diversidade. (Vaz, 2012, p. 1)

A penalização da pobreza emerge como elemento central da implementação do projeto neoliberal, o “punho de ferro” do estado penal acasalando-se com a “mão invisível” do mercado, em conjunção com o desgaste da rede de segurança social.

Conhecer a linguagem dos pixos e *graffitis* é desvelar significados históricos e sentidos atribuídos pelos sujeitos sociais vivos e ativos que criam as artes urbanas. Toda pessoa tem capacidade de ser criativa, e cada uma, de maneira diferente, expressa sua criatividade e a busca pela emancipação, ou seja, com o fim da sociedade de classes, criar outra sociabilidade. Libertária e igualitária.

REFERÊNCIAS

- DUNAYEVSKAYA, Raya (1983). *American Civilization on Trial. Black masses as vanguard.* 4th expanded edition. USA, National Editorial Board of News & Letters.
- MOURA, Clóvis (2014). *Rebeliões da senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas.* 5 ed. São Paulo, Editora Anita Garibaldi.
- VAZ, Sérgio (2012). *Antropofagia periférica.* São Paulo, Cooperifa.
- WACQUANT, Loïc (2012). *Three steps to a historical anthropology of actually existing neoliberalism.* Berkeley, UC.
- _____(2014). “Marginalidade, etnicidad y penalidad en la ciudad neoliberal: una cartografía analítica”. In: *Tiempos Violentos.* Buenos Ayres, Herramienta.

RACISMO RELIGIOSO: UMA DAS FACES DO GENOCÍDIO DA POPULAÇÃO NEGRA

Elisa Vidal¹

O racismo religioso² é objeto concreto, violência pulsante e naturalizada em nosso país que se materializa por meio da destruição dos locais e objetos sagrados, agressões verbais, físicas, humilhações, depredação de monumentos simbólicos e até mesmo homicídios direcionados aos adeptos das religiões afro-brasileiras.

Mesmo diante deste cenário atroz, as comunidades tradicionais de terreiro resistem secularmente e carregam um legado de luta ante o conservadorismo, pela preservação de uma ancestralidade³ e pelo direito de manifestar livremente sua fé.

Segundo dados de 2010, disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) essas vertentes religiosas representam 0,3%⁴ – entretanto, são o principal alvo de discriminação religiosa. Por que isso ocorre?

-
1. Pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Aprofundamento Marxista do Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (Neam/PEPGSS/PUC-SP). Mestra e doutoranda em Serviço Social pela PUC-SP. Assistente social da Prefeitura Municipal de Osasco.
 2. Utilizo o termo racismo religioso em detrimento de intolerância religiosa, visto que, a perseguição dirigida ao povo de santo é expressão do racismo. Desta forma, o termo intolerância religiosa não atende à complexidade e à violência sistemática que atinge secularmente os adeptos das religiões de matriz africana.
 3. Antes que um conceito, a ancestralidade é a origem de um povo. Compara-o à concepção grega do *arké*. Ancestralidade é começo: remete ao início de determinado grupo, não a qualquer início, mas aos primórdios, momento fundante, tempo mítico imemorial, perdido (ou achado) no tempo cronológico, revivido no rito que cria todos os tempos, nos conduzindo a fazer uma experiência de um momento tão humano que só poderia ser divino (Júnior, 2011, p. 11).
 4. Importante ressaltar que o cerceamento da liberdade de crença, que historicamente atinge os seguidores de religiões afro-brasileiras, produz dados subestimados, pois foram se autodeclarando de outras vertentes religiosas, principalmente, enquanto católicos e espíritas. Não à toa, em 2010, o IBGE lançou a campanha “Quem é de axé, diz que é”, cujo objetivo foi incentivar a autodeclaração de sua real religião, o que acarretou em uma mudança nos resultados compilados.

O que há por detrás do discurso de ódio e perseguição dirigidas ao povo de santo?

Os determinantes contidos na desqualificação, demonização e tentativa de extermínio das tradições e das religiosidades não cristãs, só podem ser analisados se articulados a um elemento estrutural no contexto sócio-histórico brasileiro – o racismo⁵.

O racismo regula as relações concretas no capitalismo e tem ligação direta e indissociável com nosso passado escravista. Enquanto um sistema de poder com uma dimensão destrutiva, se sustenta ancorado em uma ideologia⁶ que visa manter privilégios e constrói, amparado em sofisticadas estratégias elaboradas pela classe dominante, um pensamento social que subjuga, aniquila e reduz o riquíssimo continente africano a uma ideia de primitivismo.

Fanon (2008, p. 30) é enfático ao dizer: “A civilização branca, a cultura europeia, impuseram ao negro um desvio existencial”. A escravidão atingiu não só a força de trabalho negra como também, de forma compulsória, buscou aniquilar a história, arte, costumes, tradições e tudo que conferia identidade aos africanos, ferindo a constituição destes enquanto sujeitos.

As religiões não estão a salvo nesse processo, a perseguição às vertentes afro-brasileiras são produto da tentativa de dominação instaurada no colonialismo, para tanto, “empreendem uma luta contra os saberes de uma ancestralidade negra que vive nos ritos, na fala, nos mitos, na corporalidade e nas artes de sua descendência. São tentativas organizadas e sistematizadas de extinguir uma estrutura mítico-africana milenar que fala sobre modos de ser, de resistir e de lutar.” (Nogueira, 2020, p. 55).

A ancestralidade aqui exposta, imbricada com o entendimento das religiões diaspóricas, é saudada a partir da luta pela preservação da natureza, dos saberes tradicionais, passando pela percepção do significado de ser um corpo negro no mundo, não só no presente como no passado.

-
5. O racismo é uma forma de discriminação que leva em conta a raça como fundamento de práticas que culminam em desvantagens ou privilégios para os indivíduos, dependendo do grupo racial ao qual pertencem (Almeida, 2018, p. 82). Expressa um sistema de poder e de ideias que regula as relações concretas no capitalismo e tem ligação direta e indissociável com nosso passado escravista.
 6. “[...] a ideologia não é ilusão nem superstição religiosa de indivíduos mal orientados, mas uma forma específica de consciência social, materialmente ancorada e sustentada [...]” (Mészáros, p. 22, 2012). Hannah Arendt (1989, p.189) discorre: “[...] a ideologia difere da simples opinião na medida em que se pretende detentora da chave da história, e em que julga poder apresentar a solução dos ‘enigmas do universo’ e dominar o conhecimento íntimo das leis universais ‘ocultas’, que supostamente regem a natureza e o homem”.

O ataque brutal que acomete os terreiros e o povo de axé visa a atingir a força dessa ancestralidade, buscando desenraizar e desorganizar a existência negra.

Chamo atenção para o fato de o racismo religioso não se restringir ao ataque de um conjunto de ritualísticas não cristãs, mas sim, de que há um genocídio⁷ em curso que pretende condenar o modo de ser e existir da população preta no mundo. Um genocídio que busca silenciar e distorcer tudo que foge aos padrões hegemônicos galgados em valores civilizatórios eurocêntricos. A sustentação ideológica e legitimadora base dessas práticas sociais é dada pelo racismo.

No Brasil, o Estado Democrático de Direito se orienta por uma gramática cristã, branca e patriarcal. Os discursos e atores sociais partem dessa premissa, não por acaso, quando analiso a hostilização perpetrada contra as religiões afro-brasileiras utilizo o termo racismo religioso e não intolerância.

Contrapondo a ordem social vigente, as comunidades tradicionais de terreiro constituem-se enquanto espaços políticos e sagrados de consagração de relações afetivas, resistência, saúde, identidade, de restituição de uma cidadania negada e por valorizar e reconstruir em nosso território culturas diaspóricas.

Por princípio, no interior dos barracões há uma ética descolonizada representativa de uma contracultura. Portanto, o alvo do racismo religioso não é individual, é a coletividade negra que se em posse da sua verdadeira história e valores civilizatórios tensiona a produção e reprodução social capitalista.

O preconceito de ordem religiosa não é motivado pelas diferenças de ritos, mas expressão das relações conservadoras da sociabilidade burguesa, produtora de relações sociais desiguais e de exploração.

Por isso, utilizo o termo racismo religioso ao analisar que a intolerância religiosa não expressa a materialidade da violação de direitos que tem atingido o povo de santo.

As agressões diuturnamente sofridas pelas comunidades tradicionais de terreiro são ações criminosas que depõe contra o instituído no artigo 5º da Constituição Federal de 1988 o qual dispõe ser “[...] inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e liturgias” (Brasil, 1988).

7. O termo genocídio deriva da junção do grego, *genos* – que significa raça, povo, tribo, nação –, e do latim, *cida*, que significa destruição, aniquilamento, matança etc. Por definição, caracteriza-se como um crime contra a humanidade, cujo objetivo é o extermínio de determinado grupo – motivado por diferenças étnicas, nacionais, raciais ou de ordem religiosa. No Brasil, a Lei n 2889/1956 define e pune este crime.

Além disso, já existem leis específicas que versam diretamente sobre discriminação religiosa, como a Lei nº 12.288/2010⁸ e a Lei nº 9459, de 13 de maio de 1997⁹, as quais instituíram que os crimes com motivação religiosas são passíveis de reclusão de um a três anos e/ou multa.

Ao invés de produzir possibilidades que assegurem a liberdade de qualquer culto religioso, o Estado brasileiro, muitas vezes, não legitima outras formas de religiosidade que não a cristã e, na contramão da laicidade estatal, percebe-se uma diretiva religiosa nas esferas democráticas, o que reduz o significado de Estado laico a apenas um conceito.

Os aparatos estatais são instrumentos úteis ao fomentar uma cultura anti-democrática em todo o tecido social. Representam uma legalidade burguesa e expressam diretrizes de um projeto de sociedade cristão e burguês. Portanto, a discriminação religiosa explicita o não reconhecimento social da existência e, consequentemente, do direito de liberdade de culto quando se trata de um legado diaspórico.

O ódio remetido à fé alheia, muitas vezes, relaciona-se com o desconhecimento da liturgia de determinada religião, que, somado à sensação de medo alimentado no imaginário social, deriva em uma visão carregada de estereótipos, concretizada em um movimento de satanização. Por exemplo, existe uma aversão, construída historicamente, quanto à prática do sacrifício animal – parte simbólica e essencial para a ritualística das religiões de matriz africana – com o intuito de fortalecer o estigma e criminalizar uma ancestralidade.

É indissociável para o “povo de axé” a relação entre Natureza e Sagrado.

Para as comunidades-terreiros, os grupos humanos não foram concebidos para “dominar a natureza”, mas como parte integrante desta. Mas o que entendemos por natureza? o próprio sagrado está manifestado no mundo através das árvores, das pedras, dos astros, e em todas as coisas confinadas no mundo inanimado inventado pela ciência do século XIX. Assim, o provérbio referido acima é uma afirmação de que sem a natureza, sem estarmos presos à teia da vida, manifestada pela nossa ancestralidade, nada somos. Esta é a razão pela qual desde cedo os ancestrais foram evocados ou cultuados nas árvores, pedras, raios, trovões, rios, chuvas, cachoeiras, fogo, vento, terra, água e astros. (Júnior, 2011, p. 38)

8. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12288.htm. Acesso em: 19 out. 2019.

9. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9459.htm. Acesso em: 20 out. 2019.

A ótica cristã não consegue compreender as mediações inerentes às religiões de matriz africana. A moral restritiva colonizadora não capta esse patrimônio cultural cuja ética se forja em outra lógica. O dogmatismo ocidental não cabe no âmbito aqui tratado.

A dicotomia bem *versus* mal ou virtude *versus* pecado, utilizadas amplamente como baliza moral nas religiões judaico-cristãs, não se expressam dessa maneira nas tradições diaspóricas. Chamo atenção para o fato de que essas relações são entendidas como forças complementares, portanto, para as religiões de matriz africana, elas não se anulam.

Outra diferença importante se dá na relação simbiótica entre a natureza e o sagrado, conforme nos indica a música *Salve as folhas*, do compositor Gerônimo, cantada por Maria Bethânia: “Sem folha não tem sonho, sem folha não tem festa, sem folha não tem nada”. Ou seja, para as comunidades tradicionais de terreiro, não há preservação da ética ritualística se não houver a mediação com os elementos da natureza.

Somente por meio de um processo de descolonização é possível depreender a essência das tradições negras. Ressalto, com isso, que o incessante movimento que correlaciona as religiões cristãs com as religiões afro-brasileiras é errôneo: orixá não é santo!

Todas as religiões são sincréticas e acompanham o contexto histórico em que estão inseridas, contudo, a forma como o sincretismo religioso se estabeleceu em nosso território foi, deliberadamente, produto de uma barbárie. Diante da impossibilidade de viver livremente sua fé, de maneira sagaz, os escravizados ao encontrar similaridades entre as características dos santos católicos e os orixás utilizaram do sincretismo como subterfúgio para que pudessem cultuar as suas divindades africanas.

O sincretismo e, por vezes, o segredo ritualístico, foram estratégias para que o núcleo duro dessas religiões permanecessem protegidos, foi o caminho utilizado para preservar os fundamentos e cultuar o sagrado no cotidiano, condição indispensável para os(as) africanos(as) sobrevivessem mesmo a mercê de toda a sorte de repressão.

O sincretismo também reforça a concepção que orixá não tem cor. O produto dessa errônea concepção é a perpetuação e até mesmo negação da origem negra na ritualística das religiões de matriz africana. Orixás são parte de uma cultura e mitologia que tem cor e é preta!

A memória ancestral reconstruída a partir da religiosidade africana foi e é fonte de autoconhecimento, de força negra e combustível da luta de um povo pela

sobrevivência. Entre outros aspectos, expressa a manutenção da vida familiar e da comunitária. É fundante no processo de enegrecer, de voltar às origens e se posicionar enquanto preto(a).

Os ataques brutais que acometem as comunidades tradicionais de terreiro visam desenraizar e desorganizar a existência negra. Uma das expressões materiais desse processo é o quadro de saúde dos afro-religiosos: não raras vezes, sofrem com problemas físicos e psicológicos provocados pelo número crescente de episódios criminosos que apedrejam, lincham, assassinam, quebram e humilham o “povo de axé”.

Em 2007, a Lei nº 11.635/2007 instituiu 21 de janeiro como o Dia Nacional de Combate à Intolerância Religiosa, visto que, nesta data em 2000, houve o falecimento de Mãe Gilda, sacerdotisa do Ilê Axé Abassá de Ogum, em Salvador/BA, que morreu em decorrência de um ataque cardíaco motivado por crime de racismo religioso.

Segundo dados disponibilizados pelo Disque 100, órgão criado em 2011 e que referencia denúncias contra discriminação religiosa, o número de casos cresce ano a ano e os alvos são, majoritariamente, as religiões de matriz africana. Para exemplificar, somente no primeiro semestre de 2019 houve 354 denúncias, um aumento de 56% em relação ao mesmo período do ano anterior. As vítimas são, em sua maioria, mulheres negras.

Eugênio (2019, p.10) é enfático ao discorrer:

O maior fato, porém, é que a perseguição, outrora perpetrada pelo Estado, agora se faz também por meio de outros segmentos religiosos, sobretudo os neopentecostais, que adquiriram nos últimos anos grande poder econômico e político e vêm colocando em questão a liberdade de consciência e de crença.

A mercantilização da fé e o movimento de salvação e batalha espiritual incitados por alguns grupos neopentecostais tem provido um discurso corrosivo repleto de preconceitos que infla a perseguição aos religiosos de matriz africana. Em termos concretos, fatia dos fiéis, principalmente, neopentecostais recorrem ao fundamentalismo¹⁰, subjuga a fé alheia e atacam as demais vertentes religiosas.

Sintoma desse contexto socio-histórico, a inserção dos traficantes nas igrejas evangélicas é notória e, nos últimos anos, há uma crescente investidura do chamado “narcopentecostalismo” nos barracões dos territórios em que suas facções

10. [...] Não é uma doutrina, mas uma forma de interpretar e viver a doutrina. [...] Representa a atitude daquele que confere caráter absoluto ao seu ponto de vista” (Boff, 2009, p. 49).

dominam. Na Baixada Fluminense, traficantes armados, autodenominados “Bonde de Jesus” são exemplo desse movimento e ganharam as manchetes dos veículos de comunicação ao agredirem sistematicamente religiões diversas a suas, principalmente, as de matrizes africanas.

De maneira arbitrária e violenta, os criminosos proíbem o trânsito de pessoas de branco na comunidade, invadem os terreiros, queimam, destroem objetos sagrados e ditam regras para as ritualísticas, causando um verdadeiro terrorismo religioso.

Na sociedade neoliberal e pós-moderna, o ódio é categoria necessária e expressa diariamente em todos os veículos de informação. O objetivo do racismo religioso é, dentre outros aspectos, reafirmar a supremacia branca, logo, a violência à que me refiro é estruturalmente racista e não pode ser tratada no âmbito da ação individual.

Não se pode desvincular essas posturas antidemocráticas da crise estrutural que atravessamos, que recai sobre a população preta de maneira brutal. As lógicas de dominação são articuladas e expressas na reprodução social de diversas formas, vide o genocídio da juventude negra, o encarceramento em massa, a perseguição religiosa e etc.

Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua do IBGE (2019)¹¹, a população negra são 56,2% da sociedade brasileira, ao passo que representam a parcela mais espoliada da classe trabalhadora.

O que estrutura o Estado brasileiro é o ódio pelo negro. Essa herança do regime escravocrata gerou graves consequências. Uma das mais notórias é a desigualdade social. Para Eugênio (2019, p. 53):

Perceber que a colonização ainda vigora, seja por meio da penetração financeira, da força do dinheiro de grandes bancos e empresas, seja pelos costumes adquiridos por contingências de governos absolutos ou imperialistas, mostra o quanto as políticas de expansão desrespeitaram culturas e dizimaram não só povos inteiros, mas a possibilidade de interpretar o mundo ou governar de outras maneiras.

Necessariamente, a normalização disto passa pelo racismo, que não se restringe a uma esfera específica da sociedade, mas a toda a sua estrutura, o denominado racismo estrutural.

11. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18319-cor-ou-raca.html>. Acesso em: 19 out. 2019.

Há um genocídio da cultura negra em curso há séculos. Contudo, não basta sinalizar, é preciso se responsabilizar pelo rompimento dessa lógica de extermínio e/ou marginalização que tem na branquitude¹² e no mito da democracia racial¹³ importantes aliados. Ambas estratégias ideológicas são produtos desse projeto de país que não enxerga a sua diversidade enquanto uma riqueza e enseja a manutenção do *status quo* sociorracial.

Só se rompem e superam atitudes repressivas a partir de ações concretas alicerçadas em leis. Nas últimas décadas, o Estado brasileiro tem avançado – fruto da luta dos movimentos sociais – e em 1989 houve a criminalização do racismo, em 1997 a lei que versa sobre o crime de intolerância religiosa e em 2003, fora instituída a obrigatoriedade do ensino geral da história da África e dos Afrodescendentes.

Entretanto, o já instituído muitas vezes não se efetiva na prática, seja porque as vítimas não conhecem os caminhos de denúncia, seja pela impunidade em face da agressão sofrida. Por isso, faz-se imprescindível que o crime de racismo religioso seja ainda mais colocado em pauta nos diversos espaços da sociedade.

A tipificação da violência é fundamental para que se possa combatê-la.

Para que essas leis sejam de fato efetivadas, é urgente e necessário a oferta de uma educação pluricultural e o fomento do diálogo inter-religioso a fim de se desconstruir o conhecimento colonizador e se preservar a memória e a história de nossa multicultural sociedade.

Quando se valoriza não se quer destruir, a partir dessa concepção, reitero que conhecimento crítico, diálogo e organização são vieses sem o que não há o combate real a qualquer ordem de discriminação.

O racismo religioso é orientado pelo ódio cego que reafirma que o não cristão é indigno de existir, atenta conta o direito humano de livre manifestação de fé e contraria todas as diretrizes do Serviço Social que, por princípios, combate o autoritarismo, o preconceito e defende no seio do Estado laico, a diversidade religiosa.

Tornou-se imperativo que o debate sobre o racismo religioso seja mais incorporado no interior da nossa categoria profissional. Por sua natureza essencialmente matriarcal e de origem negra, o preconceito que recai sobre as religiões de matriz

12. Refere-se a racialidade do branco, configurando uma visão de mundo, um posicionamento de vantagens calcado no silêncio e omissão (diante do racismo) por um lado, e por outro, na prática discriminatória sistemática com vistas a conseguir e manter situações de privilégio que impregna a ação e o discurso [...]” (Bento, 2002, p. 5).

13. No início da década de 1930, o chamado mito da democracia racial mostrou-se como uma importante construção ideológica que vendeu a imagem de que o nosso país é um “paraíso racial”. Este conceito até hoje camufla a realidade social conflitante e discriminatória ao negar a existência de desigualdades étnico-raciais.

africana implica, necessariamente, em uma discussão de classe, gênero e raça. Logo, é um compromisso da luta antirracista e anticapitalista abarcar a liberdade de credo – os terreiros não querem privilégios, querem direitos.

Diante do preconceito histórico que acompanha os praticantes das minorias religiosas não há outra possibilidade se não a de uma transformação social radical.

Todas as formas de exploração e opressão só serão suprimidas quando o sistema capitalista também o for. Isto posto, este ensaio aponta a urgência de reverter esse percurso histórico – que tem na exploração, na desigualdade social, no patriarcado e no racismo as suas bases excludentes. Daí a necessidade de uma transformação social radical, prerrogativa que deve ser reivindicada por toda a sociedade, sem o que não há efetivamente liberdade, equidade e respeito a diversidade.

O debate exposto versa sobre o direito de existir de povos socialmente excluídos. Enquanto houver silenciamento, há luta e há ancestralidade nos fazendo seguir com punhos cerrados na certeza de que enquanto houver opressão seremos resistência.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Sílvio Luiz de (2018). *Estado e direito: a construção de raça*. Maria Lucia da Silva; Marcio Farias; Maria Cristina Ocariz; Augusto Stiel Neto (Orgs.). In: *Violência e Sociedade: o racismo como estruturante da sociedade e da subjetividade do povo brasileiro*. São Paulo: Escuta.
- ARENDT, Hannah (1989). *Origens do totalitarismo*. Tradução de Roberto Raposo. São Paulo, Companhia das Letras.
- BENTO, Maria Aparecida Silva (2002). *Pactos narcísicos no racismo: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público*. Tese de doutoramento em Psicologia. São Paulo, Universidade de São Paulo.
- BOFF, Leonardo (2009). *Fundamentalismo, terrorismo, religião e paz: desafio para o século XXI*. Petrópolis (RJ): Editora Vozes.
- BRASIL (1956). *Lei nº 2.889 de 1º de outubro de 1956*. Define e pune o crime de genocídio. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l2889.htm. Acesso em: 20 out. 2020.
- _____. (1988). *Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 20 out. 2020.

- BRASIL (1989). *Lei nº 9.459 de 13 de maio de 1997*. Altera os arts. 1º e 20 da Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor, e acrescenta parágrafo ao art. 140 do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19459.htm. Acesso em: 20 out. 2020.
- EUGÊNIO, Rodnei William (2019). *A memória ancestral de Pai Pêrsio de Xangô: expansão e consolidação do candomblé paulista*. Tese de doutoramento em Ciências Sociais. São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- FANON, Frantz (2008). *Pele negra, máscaras brancas*. Tradução de Renato da Silveira. Salvador, EDUFBA.
- GONZALEZ, Lélia e HANSENBALG, Carlos (1982). *Lugar de negro*. Rio de Janeiro, Marco Zero Editora.
- IANNI, Octavio (1972). *Raças e classes sociais no Brasil*. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2010). *Censo 2010*. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/>. Acesso em: 10 maio 2020.
- JÚNIOR, Vilson Caetano de Sousa (2011). *Na palma da minha mão: temas afro-brasileiros e questões contemporâneas*. Salvador, EDUFBA.
- MÉSZÁROS, István (2012). *O poder da ideologia*. São Paulo, Boitempo Editorial.
- MOURA, Clóvis (1988). *Sociologia do negro brasileiro*. São Paulo, Editora Ática.
- MUNANGA, Kabengele (1996). “As facetas de um racismo silenciado”. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Raça e diversidade*. São Paulo, Edusp.
- NOGUEIRA, Sidnei (2020). *Intolerância Religiosa*. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen.
- PRANDI, Reginaldo (1996). *As religiões negras do Brasil: para uma sociologia dos cultos afro-brasileiros*. *Revista USP*. São Paulo, n. 28, pp. 64-83, dez./fev.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz (2019). *Sobre o autoritarismo brasileiro*. São Paulo, Companhia das Letras.
- SILVA, Maria Lucia da et al. (orgs.) (2018). *Violência e sociedade: o racismo como estruturante da sociedade e da subjetividade do povo brasileiro*. São Paulo, Editora Escuta.

RACISMO NA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA NO BRASIL: ENTRE A BOLA E A INSTITUCIONALIZAÇÃO

Márcia Campos Eurico¹
Roberta Pereira da Silva²

A morte brinca com balas nos dedos gatilhos dos meninos. Dorvi se lembrou do combinado, o juramento feito em voz uníssona, gritando sob o pipocar dos tiros: – a gente combinamos de não morrer!

— Conceição Evaristo —

A gente combina. Melhor ainda, a gente se organiza, mesmo quando desprezam a importância da categoria étnico-racial como estruturante do genocídio do nosso povo. A gente se organizou ao longo da história. No Brasil, desde os corpos jogados ao mar, até as fugas antes mesmo da chegada às fazendas, organizamos jornais e quilombos. É, organizamos quilombos, fomos muitas e muitos abolicionistas, foram revoltas, incêndios, foram mulheres liderando levantes, foram homens se negando a transportar negras e negros escravizados. Mesmo com tanta organização, mesmo com tanta “combinação”, nossas crianças e adolescentes ainda tombam, nossos jovens ainda têm medo, suas mães ainda gritam: – Não corra, se acalme, não reaja! Em nome desses e dessas, que combinaram e combinam todos os dias não morrer, escrevemos estas páginas, buscando explicitar o processo de

-
1. Assistente social, mestre e doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Integrante do Núcleo de Estudos e Aprofundamentos Marxista (Neam). Atua no Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS). Docente no Curso de Serviço Social e na Pós- Graduação da Faculdade Paulista de Serviço Social (Fapss-SP). Foi coordenadora da ênfase de Relações étnico-raciais e desigualdades/Antirracismo e Serviço Social do Grupo Temáticos de Pesquisa do Serviço Social, Relações de Exploração e Opressão de Gênero, Raça/etnia e Sexualidades (GTP/ Abepss), biênio 2019-2020.
 2. Assistente social, mestre em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Integrante do Núcleo de Estudos e Aprofundamentos Marxista (Neam). Atua no Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS). Membro do Observatório da Discriminação Racial no Futebol.

exploração, opressão e dominação na dinâmica das relações sociais, no Brasil, a partir da apreensão do racismo estrutural como constitutivo da formação social brasileira e como sua reprodução cotidiana impacta na trajetória de crianças e adolescentes, negras e negros, produzindo desqualificações e assimetrias em suas vidas.

O esforço empreendido por nós visa a explicitar similaridades entre os projetos de pesquisa desenvolvidos sobre a organização popular de negros e negras via futebol de várzea – que conta com um capítulo específico sobre as formas de violação dos direitos humanos de crianças e adolescentes que buscam o futebol como forma de profissionalização (Silva, 2017) – e a reprodução do racismo institucional na vida de crianças e adolescentes negros e negras em serviços de acolhimento (Eurico, 2018) enquanto expressões concretas do modo como o racismo incide sobre a população negra no Brasil.

Os temas de pesquisa se encontram na medida em que crianças e adolescentes negros e suas famílias, via de regra, não dispõem de condições mínimas de vida e sofrem com a pobreza geracional, naturalizada como fruto de incapacidades individuais, mas que, na essência, expressa o quanto o projeto de sociedade racista permanece exitoso. Êxito verificado na desproteção social das famílias negras e na capacidade de proteger suas crianças e adolescentes do “mundo capitalista”, cujas bases estruturais tratam de maneira hierarquizada e assimétrica os grupos étnico-raciais. Entretanto, é próprio das análises conservadoras atribuir a incapacidade às famílias, por serem negras e pobres.

O ponto de convergência entre as pesquisas é desvelado quando se identifica que há mais institucionalização de crianças e adolescentes negras e negros, menos investimento na manutenção de seus vínculos familiares e uma apreensão da história familiar desconectada das relações sociais capitalistas. Ou quando se identificam as violações cotidianas a que estão submetidas crianças e adolescentes negras e negros, das diversas regiões do país, que são autorizados pelos familiares a deixarem suas casas em busca de um sonho: mudar as condições de vida em um cenário em que as condições objetivas são absolutamente inexistentes, residindo de maneira precária nos clubes profissionais de futebol. Embora em cenário distintos, o racismo expressa toda a brutalidade desta sociedade:

[...] o racismo – que se materializa como discriminação racial – é definido pelo seu caráter sistêmico. Não se trata, portanto, de apenas um ato discriminatório ou mesmo de um conjunto de atos, mas de um processo em que condições de subalternidade e de privilégios que se distribuem entre grupos raciais se reproduzem nos âmbitos da política, da economia e das relações cotidianas. (Almeida, 2018, p. 27)

Hoje, passados 132 anos desde a abolição, a violência do Estado brasileiro, presente desde o período colonial, continua a atingir sobremaneira mais da metade da população brasileira, que é negra e medida pela régua do preconceito, da discriminação étnico-racial, do lugar da inferioridade, da baixa capacidade intelectual, entre outros atributos negativos que se reproduzem de maneira sistemática para legitimar o lugar da branquitude conforme Bento na condução da vida social e dos processos discriminatórios (Bento, 2002).

O projeto de sociedade livre dos custos³ da escravidão negra e da servidão indígena, tem como bases estruturantes o branqueamento da população, expresso nas políticas públicas e legislações sociais, a exemplo da defesa da educação eugênica na Constituição Federal de 1934. Para a classe dominante, que aspirava um Brasil “melhor”, a transição nacional ocorreria pela transição racial, ou, para ser mais exata, a miscigenação provocou uma desordem nacional, mas não era possível apagar essa marca do povo. Então, aqueles que eram totalmente avessos à mestiçagem, acusada por promover a degeneração⁴ da raça, foram substituídos por grupos que viam, na própria mestiçagem, a salvação do povo brasileiro. Salvação por meio do abandono da população negra à própria sorte, da intervenção estatal na vida privada – com a institucionalização de crianças e adolescentes a partir da concepção menorista – e do discurso da ascensão social via futebol, exemplo emblemático da “democracia racial”.

O processo histórico de desumanização dos corpos negros pela classe dominante, expresso na noção de branquitude e reproduzido pela própria classe trabalhadora, justifica ações autoritárias e violentas como forma de disciplinar as pessoas vistas como degeneradas. O modo como a política social responde às necessidades da população negra, a partir da negação de uma mesma humanidade, inclui: práticas históricas de encarceramento em massa; a suspensão do poder familiar por “motivos” financeiros e institucionalização de crianças e adolescentes por questões de pobreza; a internação, como medida corriqueira, em situações de atos infracionais cometidos por adolescentes negras e negros, ainda que a causa principal da

3. As constantes mobilizações, as estratégias individuais e coletivas de resistência, as fugas, a organização dos quilombos, as irmandades negras, enfim, diversas formas de pressão política ganham robustez ao longo do século XIX e apontam para um cenário nada favorável à classe dominante, amedrontada com a presença e resistência negra. Medo que será enfrentado com mais e mais violência estrutural.

4. “Nas décadas de 60 e 70 do século XIX, teóricos europeus, como o conde de Gobineau e o médico francês Louis Couty, e também um americano, o zoólogo Louis Agassiz, estiveram no Brasil e elaboraram análises sobre a ‘realidade brasileira’. Nessas análises, determinaram a ‘inferioridade negra’ e viram na mestiçagem a produção de elementos degenerados que só poderiam levar o Brasil à barbárie” (Valente, 1994, p. 32).

prática infracional no Brasil não esteja associada a ameaças graves contra a vida, – o que justificaria, segundo a legislação, a medida de internação; a baixa escolaridade da população negra em geral.

RACISMO NA INFÂNCIA: O QUE É E COMO SE IDENTIFICA?

Quando se analisa a situação da infância e da adolescência no Brasil, as violações de direitos decorrentes do racismo estrutural e as múltiplas violências cotidianas em relação a estes grupos são naturalizadas, uma vez que as práticas sociais desconsideram crianças e adolescentes como sujeitos de direito. A discussão sobre racismo na infância e adolescência é muito incipiente, pois, supostamente, não há racismo no Brasil e vivemos em uma “democracia racial”, sendo este ciclo geracional idealizado como um porvir, como humanidade a ser desvelada magicamente no final da adolescência rumo à vida adulta.

Análises superficiais apontam uma relação estática entre classe trabalhadora e pobreza, que atinge todas as pessoas da mesma forma, independente do seu grupo étnico-racial. As assimetrias raciais são mascaradas por meio do discurso da igualdade na riqueza e na pobreza, na saúde e na doença – parceria perfeita entre capitalismo e reprodução do racismo estrutural.

Entretanto, quando colocamos uma lupa e problematizamos que o quesito raça/cor precisa ser delimitado no trabalho cotidiano e nas diversas pesquisas, não restam dúvidas sobre o fato de que as crianças, nos serviços de acolhimento, e os adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio fechado, em sua maioria, são negros. Da mesma maneira, quando observamos a fundo as categorias de base que compõem os times profissionais de futebol no Brasil, identificamos uma nova modalidade de institucionalização, em que a cor dos pequenos jogadores também se evidencia.

As chamadas categorias de base, portanto, são responsáveis pela institucionalização de dezenas de crianças e adolescentes, seja em clubes que compõem as primeiras divisões, seja por via de agenciadores que lhes vendem o sonho de se tornar jogadores, retirando-os de suas famílias. Os clubes mais estruturados possuem alojamentos e equipe técnica (assistentes sociais, psicólogas, educadores etc.) que acompanha diariamente os futuros jogadores. Entretanto, tal estrutura está longe de representar a garantia de direitos fundamentais, assim como mantêm as situações de racismo, preconceito e discriminação étnico racial. Como se não bastasse, há situações alusivas à lógica manicomial e/ou carcerária, com frequentes abusos

sexuais, trabalho infantil, crianças e adolescentes residindo no mesmo alojamento ocupado por adultos, ausência de alimentação e recursos básicos, negação da convivência familiar e comunitária e, em alguns casos, a morte⁵.

É fundamental ressaltar que os locais onde se desenvolvem as categorias de base nos será apresentado pelo senso comum como locais de proteção, livres de situações violentas, vexatórias ou que violem direitos. As famílias, então, confiam aos clubes os cuidados de seus filhos, na esperança que lhes sejam garantidos alimentação, abrigo, escolaridade de qualidade, acrescida à oportunidade de “serem” alguém na vida.

Por outro lado, nos Serviços de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes (Saica) pesquisados, as condições de moradia precárias das famílias atuam como fator de desproteção social e favorecem a institucionalização. É preciso advertir que o acesso à moradia precária, longe de ser uma escolha da família, expressa as desigualdades sociais do capitalismo, numa relação contraditória entre o direito à moradia como um direito humano e o direito à propriedade como um direito burguês. A posse da terra é um bem inalienável, que o Estado protege de maneira sistemática – inclusive com apoio do Sistema de Único de Segurança Pública (Susp). Contudo, as barreiras impostas à população negra, durante e pós-escravidão, se expressam na permanência maciça de famílias negras vivendo nas favelas brasileiras.

Os equívocos na interpretação das medidas de proteção previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e ausência de articulação entre as políticas públicas invertem a ordem de prioridades. O acolhimento institucional ocorre de maneira descontextualizada e desencadeia outro tipo de abandono, que as crianças e adolescentes experimentam quando da separação de seus familiares. Em condições semelhantes, sobre o grupo familiar recai a culpa pela situação que os acolhidos vivenciam no Saica.

Sobre uma parcela grande de mulheres recai, também, o ônus de nascerem negras em uma sociedade patriarcal e racista, cuja marca registrada é a desqualificação de suas histórias, trajetórias, conquistas e batalhas cotidianas, pelo simples fato de pertencerem a um grupo racial construído socialmente sob a égide da inferioridade. Quando ocupam os estratos mais pauperizados da classe trabalhadora, e sua

5. “O lado sombrio da bola”, matéria publicada na *Revista Placar* em abril de 2013, por Breiller Pires, jornalista esportivo. Em setembro de 2016, publicou “Abuso sexual e tráfico de crianças ainda assombram o futebol brasileiro”, apresentando os desdobramentos do artigo de 2013 e uma lista dos recentes casos de abuso sexual e tráfico de crianças. Disponível em: http://www.vice.com/pt_br/read/abuso-sexual-e-trafico-de-criancas-ainda-assombram-o-futebol-brasileiro. Acesso em: 20 maio 2020.

capacidade protetiva é reduzida em face de diversas determinações, não raro são ameaçadas com o afastamento temporário ou permanente de suas crianças e adolescentes. Tal situação pode efetivar-se com o braço autoritário do Estado, que, na defesa da dessacralização da família, age de modo a tipificá-la como irrecuperável, o que só pode ser solucionado apartando crianças e adolescentes do grupo familiar a fim de salvá-los. Desse modo, o Estado aciona diversos mecanismos que, ao invés de fortalecerem os vínculos familiares, favorecem a culpabilização das mulheres e, em situações extremas, o acolhimento institucional de seus filhos e filhas.

O público-alvo do Saica tem história, classe social, raça e cor, sendo tarefa prioritária do serviço fazer emergir essa história com o objetivo de conhecer a essência do fenômeno de acolhimento como mais uma manobra capitalista de controle sobre a classe trabalhadora.

Quando a estrutura social racista, entretanto, segrega a ponto de naturalizar o lugar da pobreza e cercear, por exemplo, direitos elementares – como à convivência familiar e comunitária, moradia em condições mínimas de salubridade e segurança, mobilidade urbana (em uma cidade do tamanho de São Paulo) –, o pauperismo se coloca no cotidiano enquanto processo direto de privações e miserabilidades, em que o pertencimento étnico-racial parece não importar. Uma das saídas possíveis, e muito comum, é a carreira no futebol para mudar a vida dos meninos e suas famílias.

Os meios de comunicação, financiados por empresas nacionais e multinacionais, reproduzem a narrativa de valorização do seu produto (o futebol). Os clubes, por sua vez, necessitam de “pé de obra” para se manterem, portanto, a reprodução da ideologia da ascensão social por meio do futebol, e de que esta requer esforço e dedicação desde a primeira infância, cumpre uma função social bem delimitada. Se aprofundarmos o discurso em tela para além das aparências, apreendendo criticamente seus fundamentos, será possível encontrar vários indicadores ocultos na relação entre infância, adolescência e futebol.

Assim, o futebol é um exemplo secular de como opera a continuidade da lógica da “situação irregular”⁶. Pelas formas que assume na sociedade brasileira,

6. O Brasil possui uma história significativa no que se refere aos direitos da criança e do adolescente. Somente na década de 1990, a partir da mobilização de diversos segmentos da sociedade, temos promulgada a Lei 8069/90, denominada Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Anterior ao ECA, a infância era regida pelo Código de Menores “Mello Mattos”, instituído em 1927, com reformulações em 1979. O instrumento legal considerava a criança e o adolescente (pobres) como “menores” passíveis de ações do Estado, representado pela força pública (polícia) e pelo Juizado de Menores. Ancorado na filosofia higienista, os “menores” deveriam estar apartados da sociedade, ou seja, a política de atendimento, instaurada a partir da década de 1940, resumia-se à institucionalização.

as determinações do ECA parecem não valer para este espaço, já que as práticas desenvolvidas nas categorias de base dificilmente são consideradas violações de direitos, mesmo quando resultam em morte⁷. Ao analisarmos as relações de trabalho, é preciso destacar que a Lei 8069/90 determina que somente poderão trabalhar adolescentes com mais de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, aos 14. Pois bem, não é raro ouvir “melhor estar trabalhando do que estar nas ruas”, afirmação que se encaixa como uma luva na perspectiva do futebol, onde, usualmente, crianças a partir de 10 anos de idade já possuem contratos com clubes brasileiros.

Possuímos um arcabouço jurídico que não se efetiva no miúdo do cotidiano, e, quando pensamos no futebol, as contradições são acirradas e não se reconhece que os clubes são passíveis das determinações que regem o trato com a infância. Assim, mais uma vez, se reproduz a ideologia de ascensão social via trabalho duro, consolidada na heterogeneidade da vida cotidiana. Os órgãos que regem o futebol nacional (Confederação Brasileira de Futebol – CBF) e internacional (Federação Internacional de Futebol – FIFA) compreendem crianças e adolescentes como uma das partes presentes na relação contratual necessária ao esporte de alto rendimento, o que destoa, no Brasil, da doutrina de proteção integral:

Assim, ao analisar a legislação disponível hoje, é possível afirmar que a manutenção das categorias de base e as constantes convocatórias para testes e práticas nos centros de treinamento evidenciam a modalidade desporto de rendimento. Desse modo, contar com crianças – isto é, pessoas com até 12 anos incompletos – e adolescentes menores de 14 anos em categorias de base implica exploração do trabalho infantil. (Centro de Defesa da Criança e do Adolescente Yves de Roussan, 2013)

Os impactos na infância e adolescência, neste sentido, são destruidores. Pautar o trabalho infantil no futebol é urgente, e nos coloca na condição de responsáveis pelo enfrentamento desta demanda. A mercantilização da infância e as possibilidades lucrativas que um garoto pode apresentar a um clube são tão evidentes que, em março de 2017, foi apresentado um relatório assinado pelos deputados Andrés Sanchez (Partido dos Trabalhadores – PT) e Rogério Marinho (Partido

7. Em 2019, dez adolescentes morreram nas instalações do Clube de Regatas Flamengo após o incêndio do alojamento onde dormiam. É importante ressaltar que se localizava em um contêiner, incendiado após um curto-circuito no ar-condicionado. Naquelas condições precárias de moradia, viviam adolescentes entre 14 e 16 anos, sendo apenas dois brancos.

da Social Democracia Brasileira – PSDB), presidente do Corinthians e relator da reforma trabalhista, respectivamente, propondo a redução da idade mínima de 14 para 12 anos para a contratação de jogadores.

Outro ponto que deve, obrigatoriamente, ser destacado neste texto refere-se aos abusos sexuais ocorridos nas categorias de base, que também possuem ligação direta com as condições sociais vividas pelos garotos nestes alojamentos. Se em suas famílias são escassos os recursos básicos, acredita-se que nos clubes tais necessidades serão supridas, o que nem sempre se confirma. Os locais, chamados de alojamentos, onde residem crianças e adolescentes cujas residências se localizam em outros Estados, municípios e/ou países, em alguns clubes não apresentam condições mínimas de salubridade. As camas não têm colchões, o número de garotos excede a capacidade dos quartos e não há alimentação em quantidade e qualidade adequadas. Neste contexto, em troca de alimentação e alojamentos mais confortáveis, muitos adolescentes se submetem à situações de abuso sexual:

Em 2012, um atleta de 14 anos morreu em campo durante peneira na base vascaína, em Itaguaí. Seis meses depois, a Justiça interditou o alojamento em São Januário, que abrigava cerca de 50 adolescentes e tinha até camas sem colchão. O clube não foi condenado pela morte do garoto [...] Atlético Mineiro e Portuguesa Santista: os dois times foram sentenciados pela Justiça em 2012 por manterem jovens em pensões com más condições de higiene e sem comida. O Galo chegou a abrigar menores de 14 anos, o que é vedado pelo Ministério Público do Trabalho, enquanto a Portuguesa confinava meninos de outros estados. (Pires, 2013)

Os clubes não possuem alojamentos que permitam a presença em tempo integral dos familiares, como também não custeiam qualquer despesa no que se refere a visitas dos responsáveis. Configurando-se violação grave, prevista no Capítulo III: “Do direito à convivência familiar e comunitária” (Lei 8069/90), a ausência dos familiares torna as crianças e os adolescentes completamente vulneráveis aos abusadores, que se utilizam desta “ausência” e do fornecimento de “regalias” para consumir o abuso. São camas, alimentação, chuteiras, folgas nos treinos, entre outras ofertas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O silêncio acerca do racismo na infância e juventude é um ato devastador quando se analisam essas trajetórias ao longo da história do Brasil. Os dados que compõem a Campanha “Não é coincidência, é racismo”, do Unicef sobre a infância

negra⁸ explicitam as contradições presentes na vida da população negra e o quanto a ausência do debate sobre a condição étnico-racial configura-se como mais um fator de violência, à medida que questões estruturais são tratadas como problemas individuais.

Ao mergulhar no complexo processo de acolhimento institucional, por detrás da aparência de um lugar seguro, com teto, cama quentinha e cinco refeições diárias – que os profissionais, via de regra, apresentam como grande diferencial e sinônimo de acolhimento –, o que se revela é uma instituição projetada para enquadrar crianças e adolescentes, condená-los ao confinamento e reforçar, além do não lugar, a degeneração de suas famílias. Dizer que a família está degenerada, usando esta informação como justificativa para o acolhimento, é lançar mão de juízos de valor conservadores em relação ao modo de ser das famílias e defender a primazia do Estado em cuidar de seus filhos(as). Entretanto, crianças e adolescentes existem em relação às famílias que as constituem, por isso a conta não fecha. Famílias continuam sendo abandonadas, e os seus, institucionalizados. O acolhimento institucional é uma medida de proteção que deve ser utilizada como excepcionalidade, pautada na perspectiva ética e de garantia dos direitos humanos. Práticas antirracistas precisam mediar as relações institucionais e garantir, de fato, a proteção de crianças e adolescentes negras e negros para minimizar um processo que é traumático.

O futebol, além de ser um dos esportes mais populares do mundo, não requer equipamentos ou espaços especializados para treino, de tal modo que o campinho ou mesmo a rua de casa se tornam locais privilegiados para a prática. Os requisitos básicos serão, portanto, o talento, a dedicação e o esforço. Essa afirmação está evidenciada nos discursos do senso comum, na fala dos jogadores profissionais e na grande mídia, direta ou indiretamente. Isto interlaça perfeitamente com o discurso dominante, que reconhece as conquistas, sejam elas econômicas e/ou sociais, como resultado de características individuais e do trabalho duro, desvinculando qualquer tipo de relação com as condições objetivas históricas e sociais. Por outro lado, o modo como se popularizou o futebol no Brasil – o “futebol arte”, cujos dribles e ginga teriam vindo da capoeira e do samba –, acrescido ao número cada vez maior de jogadores negros como ídolos e destaques no esporte dos pés, criou a ideia de que o corpo negro é naturalmente apto ao futebol. Praticar esportes, entre eles o futebol, deveria estar calcado no direito ao esporte e ao lazer, e propiciar, além da socialização, o pleno desenvolvimento de capacidades físicas. Todavia, o que se vê

8. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/nao-e-coincidencia-e-racismo>.

é uma hiper- responsabilização da criança e do adolescente, um peso em suas costas para salvar suas famílias das expressões da questão social sem qualquer tipo de preocupação com o seu bem-estar, colocando-as em risco, pois, em nome da superação, entregam mais que habilidade, entregam a própria vida.

Para investigar as possibilidades históricas de desenvolvimento de crianças e adolescentes no interior do sistema capitalista, faz-se necessário pensar sua inserção de classe, o papel de gênero, seu grupo étnico-racial e a relação destes elementos com a totalidade social. O modo como cada família se organiza, como interage no âmbito das relações domésticas, nos espaços públicos de sociabilidade, quer seja na esfera micro ou macrosocial, imprime dada identidade a este coletivo e precisa ser desvelado para que a transformação das relações sociais possa ocorrer neste espaço e reverberar nas atitudes e nos posicionamentos de crianças,adolescentes e suas famílias ante a situações violentas.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, S. (2018). *O que é racismo estrutural?* São Paulo, Letramento.
- BENTO, M. A. (2002). Branqueamento e branquitude no Brasil. In: CARONE, Iray e BENTO, Maria Aparecida Silva (orgs.). *Psicologia social do racismo – estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. Petrópolis, Vozes.
- BRASIL, Lei 8069 de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente.
- CENTRO DE DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE YVES DE ROUSSAN (2013). *A infância entra em campo: riscos e oportunidades para crianças e adolescentes no futebol*. Salvador.
- CORRÊA, L. H. (1985). “Racismo no Futebol Brasileiro”. In: DIEGUEZ, Gilda Korff (org.). *Esporte e poder*. Petrópolis, Vozes.
- COSTA, E. V. (1988). *Coroas de glória lágrima de sangue: a rebelião dos escravos de demerara em 1823*. São Paulo, Companhia das Letras.
- EURICO, M. C (2018). A luta contra as explorações/opressões, o debate étnico-racial e o trabalho do assistente social. *Serv. Soc. Soc.* [online], n. 133.
- _____(2018). *Preta, preta, pretinha: o racismo institucional no cotidiano de crianças e adolescentes negras(os) acolhidos(as)*. Tese de Doutorado. São Paulo: PUC-SP.
- _____(2020). Tecendo tramas acerca de uma infância sem racismo. *Revista em Pauta*. n. 45
- FRANCO, J. H. (2007). *A dança dos deuses*. São Paulo, Companhia das Letras.
- PIRES, B. (2013). *O lado sombrio da bola*. Disponível em: <https://issuu.com/breiller/docs/abuso_sexual_futebol_revista_placar/4>. Acesso em: 20 maio 2020.

- PIRES, B. (2016). *Abuso sexual e tráfico de criança ainda assombram o futebol brasileiro*. Disponível em: <http://www.vice.com/pt_br/read/abuso-sexual-e-trafico-de-criancas-ainda-assombram-o-futebol-brasileiro>. Acesso em: 20 maio 2020.
- MOURA, C (1994). *Dialética radical do brasil negro*. São Paulo, Anita.
- ROSENFELD, A. (1993). *Negro, macumba e futebol*. São Paulo, Edusp.
- SILVA, R. P. (2017). *Campo de terra, Campo da Vida: Interfaces das expressões cotidianas e as alternativas de resistência popular e o Negritude Futebol Clube*. 2017. 1 v. Dissertação (Mestrado) – Curso de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- SILVA Jr., H; TEIXEIRA, D. (orgs.) (2016). *Discriminação racial na infância é sinônimo de maus-tratos: a importância do ECA para a proteção das crianças negras*. São Paulo, Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades (Ceert).
- TONINI, M. D. *Além dos Gramados: História oral de vida de negros no futebol brasileiro (1970-2010)*. 2010. 432 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.
- UNICEF, Fundo das Nações Unidas para a Infância. *O impacto do racismo na infância*. Brasília, Unicef, 2010.
- VALENTE, A. L. E. F. (1994). *Ser negro no Brasil hoje*. 11 ed. São Paulo, Moderna.

